



ALERJ **Procurador**

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 08/02/2026, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALE-RJ)**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking da **ALE-RJ** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estategia.com/rankings/6c58a9fe-2086-4541-9f94-439427330205>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/3cd66611-a435-4d8c-a071-e44c22c63e3b>

Por fim, comentamos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

[Acesse aqui](#)



Estratégia Carreira Jurídica – YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Sistema de Questões e Cast do Estratégia Carreiras Jurídicas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

QUESTÃO 01. Após a observância das formalidades legais, o Estado do Rio de Janeiro celebrou determinado contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa. Registra-se que, nos termos da legislação de regência, o referido contrato, em teoria, pode ter o prazo de até 35 anos.

Nesse cenário, considerando as disposições da lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que se está distante de um(a)

- a) contrato que tem por objeto os bens produzidos no país que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
- b) contrato que prevê a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.
- c) contrato de eficiência, sem investimento, que gere economia para a Administração.
- d) contratação, sem investimento, que gere receita para a Administração.
- e) contratação, com investimento, que gere receita para a Administração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema Licitações e Contratos Administrativos.

A alternativa E está correta. Conforme disciplina o art. 110 da lei 14.133/2021: “Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de: I - até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento; II - até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato. Nesse sentido, o texto da referida lei é claro. Se o contrato com a empresa Alfa pode ter o prazo de 35 anos, aplica-se o inciso II, ou seja, nos contratos com investimento que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública.

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 02. Maria, servidora pública no Estado do Rio de Janeiro, resolveu consultar o regime jurídico que lhe é aplicável, em especial no que se refere à concessão de licenças, em razão de determinado contexto fático por ela vivenciado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei Estadual nº 220/1975, é correto afirmar que será concedida licença

- a) a título de prêmio, pelo prazo de cinco meses, com vencimento e vantagens do cargo efetivo, depois de cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público estadual ou autárquico do Estado do Rio de Janeiro**
- b) à gestante, com vencimento e vantagens, pelo prazo de seis meses, prorrogável, no caso de aleitamento materno, por no máximo 30 dias, mediante a apresentação de laudo médico circunstanciado.**
- c) sem vencimento, pelo prazo improrrogável de cinco anos, ao servidor de área da saúde que for contratado por empresa ou que aderir à cooperativa que administre hospitais públicos terceirizados.**
- d) por motivo de doença em pessoa da família, com vencimento e vantagens integrais nos primeiros seis meses e com dois terços nos outros seis meses, no máximo.**
- e) para tratamento de saúde, com vencimento e vantagens, pelo prazo máximo de 24 meses.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema Licenças.

A alternativa A está incorrecta. A licença seria concedida a título de prêmio pelo prazo de 3 (três) meses. É o que estabelece o texto da lei no art. 19, inc. VI: “VI - a título de prêmio, pelo prazo de 3 (três) meses; com vencimento e vantagens do cargo efetivo, depois de cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público estadual ou autárquico do Estado do Rio de Janeiro”.

A alternativa B está incorrecta. A prorrogação no caso de aleitamento materno é de no mínimo trinta e no máximo noventa dias. Conforme o inc. III do art. 19: “III - à gestante, com vencimentos e vantagens, pelo prazo de seis meses, prorrogável, no caso de aleitamento materno, por no mínimo trinta e no máximo noventa dias, mediante a apresentação de laudo médico circunstanciado emitido pelo serviço de perícia médica oficial do Estado, podendo retroagir sua prorrogação até 15 (quinze) dias, a partir da data do referido laudo.”

A alternativa C está incorrecta. De acordo com o art. 19, inc. IV, o prazo de cinco anos é prorrogável uma única vez: “IX - Sem vencimento, pelo prazo de cinco anos, prorrogável uma única vez, ao servidor da área da saúde, que for contratado por empresa ou aderir a cooperativa que administre hospitais públicos terceirizados, nos termos fixados em Lei, sendo-lhe garantida a contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria, se obedecido o que prevê o § 5º deste artigo.”

A alternativa D está incorrecta. Concede-se licença por motivo de doença em pessoa da família nos primeiros 12 (doze) meses, conforme art. 19, inc. II: “II - por motivo de doença em pessoa da família, com vencimento e vantagens integrais nos primeiros 12 (doze) meses; e, com dois terços, por outros 12 (doze) meses, no máximo”.

A alternativa E está correta. É exatamente o que prevê o art. 19, inc. I da referida lei: “Conceder-se-á licença: I - para tratamento de saúde, com vencimento e vantagens, pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses”.

QUESTÃO 03. Henrique, servidor público federal, está atuando em processo administrativo, no qual o seu sobrinho, parente colateral de terceiro grau, participou com perito. Ciente da situação, Henrique deu continuidade à relação processual, sem comunicar os fatos à autoridade competente, por entender que não tem qualquer relação de proximidade com o familiar supracitado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

- a) O fato de o sobrinho do Henrique ter participado como perito no processo administrativo o torna impedido de atuar na referida relação processual, sendo certo que a omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave.
- b) A omissão de Henrique, ao não comunicar a hipótese caracterizadora de suspeição à autoridade competente, caracteriza mera irregularidade, não passível de sancionamento.
- c) Não há empecilho para que Henrique continua a atuar no processo administrativo, já que seu sobrinho não é familiar em linha reta, mas sim parente colateral de terceiro grau.
- d) Caso se comprove que Henrique, de fato, não tem qualquer proximidade com o seu sobrinho, inexistirá óbice na sua atuação no processo administrativo.
- e) Se está diante de hipótese de suspeição de Henrique, o qual deveria abster-se de atuar no processo administrativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema Processo Administrativo.

O art. 18 da Lei nº 9.784/1999 estabelece como uma das causas impeditivas para atuar em processo administrativo a participação como perito de parentes e afins até o terceiro grau: “Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que: II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau”. Além disso, Henrique não comunicou os fatos à autoridade competente, constituindo falta grave conforme prevê o parágrafo único do art. 19 da referida lei: “Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar. Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares”.

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 04. O Estado do Rio de Janeiro pretende proceder à desapropriação, por utilidade pública, de grande área localizada no Município de Campos dos Goytacazes, RJ, pertencente ao particular Matheus.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Decreto-Lei nº 3.365/1941, avalie as afirmativas a seguir.

I. A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro do prazo de três anos, contados da data da expedição do respectivo decreto, findos os quais este caducará. Nesse caso, somente em uma nova legislatura poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração.

II. Extingue-se em três anos o direito de propor ação que vise à indenização por restrições decorrentes de atos do poder público.

III. O poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe uma oferta de indenização. Registre-se que a notificação conterá, entre outras, a informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 dias e de que o silêncio será considerado rejeição.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Desapropriações por Utilidade Pública.

O item I está incorrecto. O prazo para que a desapropriação se efetive mediante acordo ou judicialmente é de cinco anos, de modo que o bem somente poderá ser objeto de nova declaração decorrido um ano. É o que estabelece o art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365/1941: “Art. 10. A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará. Neste caso, somente decorrido um ano, poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração”.

O item II está incorrecto. Na verdade, o prazo para a extinção do direito de propor é de cinco anos. Segundo o parágrafo único do art. 10 da mesma lei: “Extingue-se em cinco anos o direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público”.

O item III está correcto. É exatamente o que determina o art. 10-A, §1º, inc. IV do Decreto-Lei nº 3.365/1941: “Art. 10-A. O poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de

indenização. § 1º A notificação de que trata o caput deste artigo conterá: IV - informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 (quinze) dias e de que o silêncio será considerado rejeição".

QUESTÃO 05. Após a observância de todas as formalidades legais, o Estado do Rio de Janeiro publicou um edital de licitação, com o objetivo de realizar obras de grande vulto.

Nesse cenário, considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade da implementação de

- a) ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho pelo licitante vencedor, no prazo de seis meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.**
- b) programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de seis meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.**
- c) ações de mitigação, no prazo de seis meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.**
- d) programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 12 meses, contado da celebração do contrato, sob pena de caducidade do contrato administrativo.**
- e) ações de mitigação, no prazo de seis meses, contado da celebração do contrato, sob pena de rescisão do contrato administrativo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema Licitações.

A alternativa B está correta. No que se refere à contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, a Lei nº 14.133/2021 prevê a obrigatoriedade de programas de integridade pelo licitante vencedor no prazo de seis meses. É o que estabelece o §4º do art. 25: § 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 06. A concessionária de serviços públicos XPTO, no Município do Rio de Janeiro, ofereceu ao particular opções de datas diferentes para o vencimento de seus débitos. O usuário, por não concordar com as datas ofertadas, buscou informações sobre a matéria junto à legislação de regência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que a concessionária de serviços públicos XPTO

- a) em contrariedade à legislação, pois as concessionárias são obrigadas a oferecer ao consumidor ou usuário, dentro do mês de vencimento, no mínimo seis datas opcionais para escolherem as datas de vencimento de seus débitos.
- b) em observância à legislação, pois, na ausência de disposição normativa expressa, é possível a concessionária definir a data de vencimento dos débitos dos usuários, desde que não haja grave ofensa a direitos deles.
- c) em contrariedade à legislação, pois há disposição normativa expressa no sentido de que os vencimentos dos débitos dos usuários ocorrerão no quinto dia útil de cada mês.
- d) em observância à legislação, pois cabe às concessionárias definir, livremente, a melhor data para o vencimento dos débitos dos usuários.
- e) em contrariedade à legislação, pois cabe ao consumidor definir, livremente, a melhor data para o vencimento de seus débitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre os direitos dos usuários de serviços públicos concedidos, especificamente quanto à fixação das datas de vencimento dos débitos, conforme disciplina expressa da Lei nº 8.987/1995.

A alternativa A está correta, pois há disposição normativa expressa impondo às concessionárias o dever de oferecer múltiplas opções de datas de vencimento aos usuários. O art. 7º-A da Lei nº 8.987/1995 dispõe que: “Art. 7º-A. As concessionárias de serviços públicos deverão oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, no mínimo 6 (seis) datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.” Assim, ao oferecer opções de datas que não atendam a esse mínimo legal, ou ao impor datas sem observar essa exigência, a concessionária atua em contrariedade à legislação, violando direito expressamente assegurado ao usuário.

A alternativa B está incorreta, pois não há ausência de disposição normativa expressa sobre a matéria. Ao contrário, o art. 7º-A da Lei nº 8.987/1995 regula de forma clara e específica a obrigação das concessionárias quanto à oferta de datas de vencimento, afastando qualquer margem de discricionariedade ampla baseada em lacuna normativa.

A alternativa C está incorreta, pois não existe previsão legal determinando que os vencimentos dos débitos dos usuários ocorram obrigatoriamente no quinto dia útil de cada mês. Tal regra não consta da Lei nº 8.987/1995 nem de seu art. 7º-A, que adota modelo de flexibilização em favor do usuário, e não de fixação de data única.

A alternativa D está incorrecta, pois as concessionárias não podem definir livremente a data de vencimento dos débitos dos usuários. Sua atuação está juridicamente vinculada ao comando do art. 7º-A da Lei nº 8.987/1995, que impõe a oferta mínima de seis datas opcionais dentro do mês de vencimento, afastando qualquer liberdade absoluta na fixação dessas datas.

A alternativa E está incorrecta, pois, embora o sistema legal busque proteger o usuário, não lhe confere liberdade absoluta para escolher qualquer data de vencimento. O que a lei assegura é a existência de um conjunto mínimo de opções, previamente ofertadas pela concessionária, e não a escolha irrestrita e unilateral pelo consumidor.

QUESTÃO 07. Objetivando a formulação de um determinado requerimento ao poder público, João, servidor do Estado do Rio de Janeiro, constatou ser assegurado aos funcionários, nos termos da lei, o direito de requerer e representar.

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei Estadual nº 220/1975, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

I. O direito de requerer prescreverá em 5 anos, quanto aos atos de demissão, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, e em 180 dias, nos demais casos, ressalvados os previstos em leis especiais.

II. O prazo de prescrição contar-se-á da data da ciência do interessado, presumida da publicação do ato.

III. O recurso interrompe a prescrição até duas vezes.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F – V – V.

b) F – F – F.

c) V – F – F.

d) V – F – V.

e) V – V – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A (F – V – V)**. A questão tratou sobre o direito de requerer e representar do servidor público estadual, bem como sobre os prazos prescricionais e os efeitos do recurso administrativo, conforme disciplinado pelo Decreto-Lei Estadual nº 220/1975.

A afirmativa I está incorrecta, pois não corresponde ao regime prescricional previsto no art. 32 do Decreto-Lei nº 220/1975. O referido dispositivo estabelece que: "Art. 32. O direito de requerer

prescreve: I – em cinco anos, quanto aos atos de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade; II – em cento e oitenta dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo estiver fixado em lei.” A afirmativa, ao mencionar “ressalvados os previstos em leis especiais” de forma genérica, altera a redação normativa, que condiciona a exceção à existência de “outro prazo fixado em lei”, razão pela qual é considerada incorreta pela banca.

A afirmativa II está correta, pois o art. 32 do Decreto-Lei nº 220/1975 estabelece que o prazo prescricional tem início a partir da ciência do interessado, a qual é presumida pela publicação do ato administrativo. Trata-se de presunção legal de conhecimento, compatível com os princípios da publicidade e da segurança jurídica no âmbito da Administração Pública.

A afirmativa III está correta, pois o Decreto-Lei nº 220/1975 prevê expressamente que a interposição de recurso administrativo interrompe a prescrição, sendo essa interrupção limitada a duas vezes. Tal regra visa evitar a perpetuação indefinida do prazo prescricional por sucessivas impugnações administrativas.

QUESTÃO 08. O Estado do Rio de Janeiro se prepara para publicar um edital de licitação visando à celebração de uma parceria público-privada. Registre-se que a referida contratação será precedida de licitação, na modalidade diálogo competitivo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar que as concessões

- a) patrocinadas, em que mais de 70% da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública, dependerão de autorização legislativa específica.
- b) administrativas, em que mais de 70% da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública, dependerão de autorização legislativa específica.
- c) administrativas, em que mais de 50% da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública, dependerão de autorização legislativa específica.
- d) patrocinadas, em que mais de 50% da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública, dependerão de autorização judicial.
- e) patrocinadas, em que mais de 70% da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública, dependerão de autorização judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre o regime jurídico das parcerias público-privadas (PPPs), especialmente quanto às hipóteses em que é exigida autorização legislativa específica, conforme previsto na Lei nº 11.079/2004.

A alternativa A está correta, pois a Lei nº 11.079/2004 exige autorização legislativa específica quando se tratar de concessão patrocinada em que mais de 70% da remuneração do parceiro privado seja paga

pela Administração Pública. O art. 10, §3º, da Lei nº 11.079/2004 dispõe expressamente que: “§ 3º As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.” Trata-se de mecanismo de controle político-orçamentário reforçado, justificado pelo elevado grau de comprometimento de recursos públicos nesse tipo de ajuste.

A alternativa B está incorrecta, pois a exigência de autorização legislativa específica não se aplica às concessões administrativas, mas exclusivamente às concessões patrocinadas, conforme a literalidade do art. 10, §3º, da Lei nº 11.079/2004, que dispõe: “Art. 10. (...) §3º As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.” Como se observa, o dispositivo legal restringe expressamente a exigência de autorização legislativa às concessões patrocinadas, não havendo qualquer previsão legal que estenda essa exigência às concessões administrativas. Ao fazê-lo, a alternativa amplia indevidamente o alcance da norma, razão pela qual está em desconformidade com a Lei nº 11.079/2004.

A alternativa C está incorrecta, pois a Lei nº 11.079/2004 não estabelece o percentual de 50% como critério para exigir autorização legislativa específica. O percentual constitucionalmente relevante é o de mais de 70%, e apenas para as concessões patrocinadas.

A alternativa D está incorrecta, pois não existe qualquer exigência de autorização judicial para a celebração de parcerias público-privadas, seja na modalidade patrocinada, seja na administrativa. A autorização exigida pelo ordenamento é de natureza legislativa, e não jurisdicional.

A alternativa E está incorrecta, pois, além de mencionar indevidamente autorização judicial, restringe-se novamente a requisito inexistente no regime jurídico das PPPs. A Lei nº 11.079/2004 não atribui ao Poder Judiciário qualquer papel autorizativo prévio na celebração desses contratos.

QUESTÃO 09. Matheus, residente e domiciliado no Município de Macaé, RJ, é detentor de uma casa de praia na cidade de Cabo Frio, RJ, e praticou ato doloso de improbidade administrativa, que causou prejuízo ao erário. A conduta, perpetrada no Município do Rio de Janeiro e em seu desdobramento, consistiu na frustração, de forma dolosa, da licitude de processo licitatório, acarretando perda patrimonial efetiva.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que a ação de improbidade administrativa contra Matheus deverá tramitar no Município do(a)

a) Macaé, RJ, ou no Município de Cabo Frio, RJ, ou no Município do Rio de Janeiro, RJ, a critério do ente lesado.

b) Macaé, RJ, ou no Município de Cabo Frio, RJ, a critério do ente lesado.

c) Rio de Janeiro, RJ, ou no Município de Macaé, RJ, por prevenção.

d) Rio de Janeiro, RJ.

e) Macaé, RJ.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre a competência territorial para o processamento e julgamento da ação de improbidade administrativa, à luz da Lei nº 8.429/1992.

A alternativa A está incorrecta, pois não há liberdade de escolha do foro pelo ente lesado entre domicílio do réu, local do imóvel ou local do fato. A Lei de Improbidade Administrativa estabelece critério objetivo de competência, afastando qualquer opção discricionária do autor da ação.

A alternativa B está incorrecta, pois o domicílio do réu e o local de eventual bem de sua propriedade são irrelevantes para a fixação da competência na ação de improbidade administrativa. O critério legal não se vincula à residência do agente nem à localização de seu patrimônio pessoal.

A alternativa C está incorrecta, pois não há regra de prevenção aplicável ao caso. A Lei nº 8.429/1992 define previamente o foro competente, não condicionando a competência à existência de múltiplas ações ou à anterioridade de ajuizamento.

A alternativa D está correta, pois a ação de improbidade administrativa deve tramitar no foro do local onde ocorreu o dano ao erário ou onde foi praticado o ato ímparo. O art. 17, §4º, da Lei nº 8.429/1992 dispõe expressamente que: “§ 4º A ação será proposta no foro do local onde ocorreu o dano ou da sede da pessoa jurídica interessada.” No caso narrado, a conduta ímpresa — frustração dolosa da licitude de processo licitatório, com prejuízo ao erário — ocorreu no Município do Rio de Janeiro, razão pela qual esse é o foro competente para o processamento da ação.

A alternativa E está incorrecta, pois o domicílio do agente ímparo (Macaé/RJ) não é critério legal de fixação de competência na ação de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992.

QUESTÃO 10. O Governador do Estado Alfa solicitou à sua assessoria a confecção de um parecer jurídico versando sobre as características dos bens públicos dominicais, em observância à legislação que trata da matéria. Buscava, assim, dar continuidade às políticas públicas do referido ente federativo, de forma a satisfazer os direitos fundamentais da coletividade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que

a) muito embora os bens públicos dominicais não possam ser usucapidos, admite-se a alienação deles, desde que a transferência seja efetuada para outro ente federativo ou para entidades integrantes da Administração Pública indireta.

b) muito embora os bens públicos dominicais possam ser usucapidos, observadas as exigências da lei, não se admite a alienação deles.

c) muito embora os bens públicos dominicais possam ser alienados, observadas as exigências da lei, não se admite a usucapião deles.

d) os bens públicos dominicais não podem ser alienados, tampouco usucapidos, por expressa vedação legal.

e) os bens públicos dominicais podem ser alienados e usucapidos, observadas as exigências da lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre o regime jurídico dos bens públicos dominicais, especialmente quanto à possibilidade de alienação e à inaplicabilidade da usucapião, conforme o Código Civil.

A alternativa A está incorrecta, pois, embora os bens públicos dominicais possam ser alienados, não existe no Código Civil qualquer limitação que restrinja a alienação apenas a outros entes federativos ou a entidades da Administração Pública indireta. O art. 101 do Código Civil dispõe que: "Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei." O dispositivo não impõe restrição quanto ao adquirente, exigindo apenas o cumprimento dos requisitos legais.

A alternativa B está incorrecta, pois afirma que os bens públicos dominicais podem ser usucapidos, o que é incompatível com o regime jurídico dos bens públicos. Embora o art. 101 autorize a alienação, isso não altera a natureza pública do bem, que permanece insuscetível de aquisição por usucapião, conforme o sistema do Código Civil.

A alternativa C está correta, pois traduz corretamente o regime jurídico dos bens dominicais: eles podem ser alienados, desde que observadas as exigências legais, mas não podem ser usucapidos. O art. 101 do Código Civil autoriza expressamente a alienação dos bens dominicais, distinguindo-os dos bens de uso comum do povo e de uso especial, que são inalienáveis enquanto mantida a afetação. A inexistência de afetação não retira, contudo, a proteção típica dos bens públicos contra a usucapião.

A alternativa D está incorrecta, pois não há vedação legal à alienação dos bens públicos dominicais. Ao contrário, o art. 101 do Código Civil autoriza expressamente a alienação, desde que atendidos os requisitos legais, o que afasta a afirmação de inalienabilidade absoluta.

A alternativa E está incorrecta, pois, embora os bens públicos dominicais possam ser alienados, não podem ser usucapidos, já que a autorização para alienação prevista no art. 101 do Código Civil não implica a perda da natureza pública do bem nem autoriza sua aquisição originária por particulares.

QUESTÃO 11. Nos termos da Lei nº 13.019/2014, que trata das parcerias firmadas entre o poder público e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), a celebração de termo de colaboração ou de fomento, como regra, será precedida de chamamento público voltado a selecionar OSCs que tornem mais eficaz a execução do objeto.

Nesse cenário, considerando o disposto na Lei nº 13.019/2014, o edital de chamamento público trará as especificações elencadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) As datas e critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso.**
- b) As medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com as características do objeto da parceria.**
- c) A programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria.**
- d) A exigência de caução para a interposição de recurso administrativo.**
- e) A minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre o conteúdo obrigatório do edital de chamamento público para a celebração de parcerias entre o poder público e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), nos termos da Lei nº 13.019/2014, especialmente quanto às vedações legais aplicáveis a esse procedimento.

A alternativa A está incorrecta, pois as datas e critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive metodologia de pontuação e pesos atribuídos, devem constar do edital. Trata-se de exigência relacionada aos princípios da transparência, da isonomia e da seleção da proposta mais adequada ao interesse público, conforme o regime jurídico do chamamento público previsto na Lei nº 13.019/2014.

A alternativa B está incorrecta, pois o edital deve prever medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, quando compatíveis com o objeto da parceria. Essa exigência decorre da orientação inclusiva do regime das parcerias e da necessidade de adequação do objeto às normas de acessibilidade, em consonância com a Lei nº 13.019/2014.

A alternativa C está incorrecta, pois a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria é informação obrigatória do edital. A indicação da dotação orçamentária assegura a viabilidade financeira do ajuste e a regularidade da despesa pública, integrando o conteúdo mínimo do chamamento público.

A alternativa D está correta, pois a exigência de caução para a interposição de recurso administrativo é expressamente vedada pela Lei nº 13.019/2014. O art. 24, §1º, da Lei nº 13.019/2014 dispõe que: “§ 1º É vedada a exigência de garantia ou de qualquer outra contrapartida financeira como condição para a participação no chamamento público ou para a celebração da parceria.” A imposição de caução para recorrer configura barreira indevida ao direito de petição e ao contraditório, razão pela qual não pode constar do edital.

A alternativa E está incorrecta, pois a minuta do instrumento da parceria deve, sim, integrar o edital de chamamento público, permitindo que as OSCs conheçam previamente as condições jurídicas do ajuste e formulem propostas adequadas ao objeto pretendido.

QUESTÃO 12. A sociedade empresária Nino Ltda., que praticou ato lesivo à Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, celebrou acordo de leniência com o poder público, com observância das formalidades legais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que a celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica da(s) sanção(ões) de

- a) publicação extraordinária de decisão condenatória e de proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, além de reduzir em até dois terços o valor da multa aplicável.**
- b) publicação extraordinária de decisão condenatória e de multa aplicável, além de reduzir em até dois terços o valor da multa aplicável.**
- c) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, além de reduzir em dois terços o valor da multa aplicável.**
- d) multa, além de reduzir em dois terços o valor da multa aplicável e de proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público.**
- e) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, além de reduzir pela metade o valor da multa aplicável.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre os efeitos jurídicos da celebração do acordo de leniência no âmbito da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), especialmente quanto às sanções administrativas e civis que podem ser afastadas e à redução da multa aplicável.

A alternativa A está correta, pois corresponde exatamente aos efeitos previstos em lei para o acordo de leniência. O art. 16, §2º, da Lei nº 12.846/2013 dispõe que: “§ 2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do caput do art. 6º e no inciso IV do caput do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.” O art. 6º, inciso II, da Lei nº 12.846/2013 prevê a sanção de: “II – publicação extraordinária da decisão condenatória.” E o art. 19, inciso IV, da mesma lei estabelece: “IV – proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público.” Assim, o acordo de leniência isenta a pessoa jurídica dessas sanções e permite a redução de até dois terços do valor da multa.

A alternativa B está incorrecta, pois a celebração do acordo de leniência não isenta a pessoa jurídica da multa, mas apenas autoriza sua redução em até dois terços. A multa permanece aplicável, ainda que mitigada, nos termos do art. 16, §2º, da Lei nº 12.846/2013.

A alternativa C está incorrecta, pois, embora mencione corretamente a isenção da sanção prevista no art. 19, IV, omite a isenção da publicação extraordinária da decisão condenatória, prevista no art. 6º, II, que também é afastada pela celebração do acordo de leniência.

A alternativa D está incorrecta, pois afirma que a pessoa jurídica seria isentada da multa, o que contraria expressamente a Lei nº 12.846/2013. O acordo de leniência não exclui a multa, apenas permite sua redução, conforme previsto no art. 16, §2º.

A alternativa E está incorrecta, pois indica redução pela metade do valor da multa, quando a lei prevê expressamente a possibilidade de redução de até dois terços, nos termos do art. 16, §2º, da Lei nº 12.846/2013. Além disso, a alternativa não contempla corretamente todas as sanções que são afastadas pelo acordo de leniência.

QUESTÃO 13. A Fundação Saúde é uma entidade pública, de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que visa a gestão da saúde pública no Estado do Rio de Janeiro. Por integrar a Administração Pública Indireta, está vinculada à Secretaria de Estado de Saúde e atua em consonância com as diretrizes constitucionais e legais previstas para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Sobre o cenário apresentado, considerando as disposições da Constituição Federal, além do entendimento doutrinário dominante, assinale a afirmativa correta.

a) Somente por decreto poderá ser autorizada a instituição de uma fundação, manifestação da descentralização administrativa, cabendo ao Chefe do Poder Executivo definir as áreas de sua atuação.

b) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de uma fundação, manifestação da desconcentração administrativa, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.

c) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de uma fundação, manifestação da descentralização administrativa, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.

d) Somente por decreto poderá ser criada uma fundação, manifestação da descentralização administrativa, cabendo ao Chefe do Poder Executivo definir as áreas de sua atuação.

e) Somente por lei específica poderá ser criada uma fundação, manifestação da desconcentração administrativa, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre a instituição de fundações integrantes da Administração Pública Indireta, a forma constitucionalmente exigida para sua criação, bem como a natureza jurídica do fenômeno administrativo envolvido, à luz do art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

A alternativa A está incorrecta, pois a Constituição Federal não admite a autorização para instituição de fundação pública por decreto. O art. 37, XIX, da Constituição Federal exige lei específica para autorizar a instituição de fundações integrantes da Administração Indireta. Ademais, a criação dessas entidades envolve matéria sujeita ao princípio da reserva legal, incluindo impacto orçamentário, definição de competências e estrutura organizacional, o que afasta a utilização de ato infralegal. Ainda que a instituição de fundações configure hipótese de descentralização administrativa, não cabe ao Chefe do Poder Executivo, por decreto, definir livremente suas áreas de atuação.

A alternativa B está incorrecta, pois, embora acerte ao exigir lei específica para a autorização da instituição da fundação, classifica equivocadamente o fenômeno como desconcentração administrativa. A desconcentração ocorre no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, mediante a distribuição interna de competências entre órgãos. Já a criação de fundação pública implica a criação de pessoa jurídica distinta, com personalidade própria, caracterizando descentralização administrativa, conforme entendimento pacífico da doutrina administrativa e do próprio art. 37, XIX, da Constituição Federal.

A alternativa C está correta, pois reflete com precisão o modelo constitucional. O art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal dispõe que: “Art. 37. (...) XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.” Assim, a fundação pública depende de lei específica autorizadora, constitui hipótese de descentralização administrativa, e tem suas áreas de atuação definidas por lei complementar, em plena conformidade com o texto constitucional.

A alternativa D está incorrecta, pois a fundação pública não pode ser criada por decreto, em razão da exigência constitucional de lei específica. O decreto é ato normativo secundário, incapaz de atender à reserva legal imposta pelo art. 37, XIX, da Constituição Federal. Além disso, a alternativa ignora que a criação de entidades da Administração Indireta implica necessariamente descentralização administrativa, não podendo ser implementada por ato unilateral infralegal do Chefe do Executivo.

A alternativa E está incorrecta, pois incorre em duplo equívoco. Primeiro, classifica a criação da fundação como hipótese de desconcentração administrativa, quando, na realidade, trata-se de descentralização, já que há criação de pessoa jurídica distinta. Segundo, afirma que a fundação seria criada diretamente por lei, quando a Constituição diferencia claramente a criação direta das autarquias da autorização legislativa para a instituição das fundações, exigindo posterior ato do Poder Executivo para sua efetiva constituição. Essa distinção técnica decorre expressamente do art. 37, XIX, da Constituição Federal.

QUESTÃO 14. Após a prolação de decisão administrativa contrária aos seus interesses, no âmbito de processo administrativo envolvendo determinada entidade da Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro, a sociedade empresária Alfa resolveu consultar a legislação de regência.

A sociedade empresária verificou que, das decisões finais produzidas no âmbito da Administração Indireta, caberá recurso administrativo, por motivo de ilegalidade, para o titular da Secretaria de Estado à qual se vincule.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Estadual nº 5.427/2009, analise as afirmativas a seguir.

I. O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para a apreciação exclusiva do Secretário de Estado, a existência da repercussão geral.

II. A decisão do recurso será precedida de manifestação do órgão assessoramento jurídico da Secretaria de Estado.

III. A decisão do recurso limitar-se-á à declaração de ilegalidade da decisão e, se for o caso, devolverá o processo à entidade de origem para a prolação da nova decisão.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.**
- b) II, apenas.**
- c) III, apenas.**
- d) I e II, apenas.**
- e) II e III.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre o recurso administrativo hierárquico impróprio cabível contra decisões finais proferidas por entidades da Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro, quando fundado em ilegalidade, nos termos do art. 66 da Lei Estadual nº 5.427/2009.

A afirmativa I está incorrecta, pois não existe exigência de demonstração de “repercussão geral” para o conhecimento do recurso administrativo dirigido ao Secretário de Estado. Esse instituto é próprio do sistema de controle judicial (art. 102, §3º, da Constituição Federal) e não foi incorporado ao regime do processo administrativo estadual. O art. 66 da Lei nº 5.427/2009 não condiciona a admissibilidade do recurso a qualquer preliminar dessa natureza.

A alternativa II está correta, pois a decisão do recurso deve ser precedida de manifestação do órgão de assessoramento jurídico da Secretaria de Estado à qual a entidade esteja vinculada. O art. 66, §3º, da Lei Estadual nº 5.427/2009 dispõe expressamente que: “§ 3º A decisão do recurso será precedida de manifestação do órgão de assessoramento jurídico da Secretaria de Estado.” Trata-se de exigência que reforça a legalidade e a juridicidade da decisão administrativa revisora.

A afirmativa III está correta, pois a atuação do Secretário de Estado, no julgamento do recurso, limita-se ao controle de legalidade, não alcançando o mérito administrativo da decisão recorrida. Nos termos do art. 66, §§4º e 5º, da Lei Estadual nº 5.427/2009: “§4º A decisão do recurso limitar-se-á à declaração de ilegalidade da decisão recorrida. §5º Reconhecida a ilegalidade, o processo será devolvido à entidade de origem para a prolação de nova decisão.” Assim, o Secretário não substitui a decisão da entidade da

Administração Indireta, mas apenas reconhece a ilegalidade e determina a renovação do ato pelo órgão competente.

QUESTÃO 15. A mutação constitucional consiste na alteração do sentido e do alcance de normas constitucionais sem a modificação formal do texto, por via interpretativa, jurisprudencial ou de práticas institucionais consolidadas.

A respeito da mutação constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) É espécie de poder constituinte derivado reformador, sempre formalizada mediante emenda constitucional aprovada segundo o procedimento do Art. 60 da Constituição Federal.
- b) Caracteriza-se por alterar o texto da Constituição por meio de atos infraconstitucionais normativos, como leis complementares e ordinárias, desde que respeitados os limites materiais de reforma.
- c) Ocorre quando se modifica o sentido e o alcance de norma constitucional sem alteração do seu texto, em geral por meio de nova interpretação consolidada pelos órgãos de aplicação da Constituição, notadamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- d) É incompatível com Constituições rígidas, razão pela qual somente pode ocorrer em ordenamentos dotados de Constituições flexíveis, cujo texto se altera pelo mesmo procedimento das leis ordinárias.
- e) Corresponde ao exercício do poder constituinte originário, pois implica a substituição integral da ordem constitucional vigente por outra, ainda que o texto aparente permanecer formalmente o mesmo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre mutação constitucional, isto é, a alteração do sentido e do alcance de norma constitucional sem mudança formal do texto, normalmente por via interpretativa (especialmente pela jurisprudência) e por práticas institucionais consolidadas, fenômeno ligado à força normativa da Constituição e à necessidade de adaptação do texto a novas realidades sem reforma constitucional.

A alternativa A está incorrecta, pois confunde mutação constitucional com reforma constitucional. O que a alternativa descreve é o exercício do poder constituinte derivado reformador, que se materializa por Emenda Constitucional seguindo o procedimento do art. 60 da CF. Na mutação, ao contrário, não há alteração do texto, mas sim uma mudança de significado/interpretação, sem passar pelo rito formal de emenda.

A alternativa B está incorrecta, pois afirma que a mutação “altera o texto” por meio de leis complementares e ordinárias. Isso contraria o conceito central: mutação não altera texto. Além disso, leis infraconstitucionais não podem modificar a Constituição; no máximo, podem provocar releituras interpretativas ou revelar novas práticas, mas sempre dentro dos limites da Constituição, sob controle

de constitucionalidade. Se uma lei “mudasse” o texto constitucional, haveria violação à supremacia constitucional.

A alternativa C está correta, pois descreve com precisão o fenômeno: ocorre quando se modifica o sentido e o alcance de norma constitucional sem alteração do texto, em regra por interpretação consolidada pelos órgãos de aplicação da Constituição, com destaque para o STF como intérprete máximo da Constituição no controle de constitucionalidade. A mutação pode decorrer de evolução jurisprudencial (mudança de entendimento), de transformação social que reorienta a interpretação, e de práticas institucionais reiteradas e aceitas, desde que compatíveis com o texto e princípios constitucionais.

A alternativa D está incorrecta, pois a mutação constitucional é compatível com Constituições rígidas, como a brasileira. Aliás, ela é especialmente relevante em Constituições rígidas justamente porque o processo formal de emenda é mais difícil e, por isso, mudanças de compreensão constitucional acabam ocorrendo pela via interpretativa. O que é incompatível com a rigidez é “mudar o texto” como se fosse lei ordinária. Todavia, a mutação não muda o texto, muda o significado atribuído a ele dentro das possibilidades interpretativas.

A alternativa E está incorrecta, pois atribui a mutação ao poder constituinte originário e fala em “substituição integral da ordem constitucional”. Isso descreve a ruptura constitucional (nova Constituição, revolução, assembleia constituinte, etc.), em que se inaugura uma nova ordem jurídica. Na mutação constitucional, ao contrário, permanece a mesma Constituição formal, havendo apenas reinterpretação ou deslocamento de sentido de normas já existentes, sem substituir o sistema constitucional como um todo.

QUESTÃO 16. Durante o procedimento de controle interno, constatou-se que determinado órgão da Administração Pública Estadual divulgou amplamente, em seu sítio eletrônico oficial, uma campanha institucional destacando as realizações administrativas do Chefe do Poder Executivo, com o uso reiterado da imagem, do nome e do slogan pessoal dele. A publicidade foi custeada com recursos públicos e veiculada em período não eleitoral.

À luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- a) A conduta é compatível com a Constituição, pois a vedação do uso de nomes e símbolos pessoais na publicidade oficial restringe-se ao período eleitoral.**
- b) A conduta viola o princípio da impessoalidade, ainda que não haja finalidade eleitoral imediata ou explícita.**
- c) A conduta viola exclusivamente o princípio da moralidade administrativa, por envolver promoção pessoal com recursos públicos.**
- d) A conduta é constitucional, desde que as informações divulgadas sejam verdadeiras e de interesse público.**

e) A conduta somente seria constitucional se fosse demonstrado dano ao erário ou fosse comprovado desvio de finalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre os limites constitucionais da publicidade institucional da Administração Pública.

A alternativa A está incorrecta, pois a vedação ao uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos não se restringe ao período eleitoral. O art. 37, §1º, da Constituição Federal dispõe expressamente que: “§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.” Trata-se de norma constitucional de eficácia plena e aplicável em qualquer tempo, independentemente da incidência da legislação eleitoral.

A alternativa B está correta, pois a divulgação reiterada da imagem, do nome e do slogan pessoal do Chefe do Poder Executivo em campanha institucional custeada com recursos públicos viola diretamente o princípio da impessoalidade, ainda que não exista finalidade eleitoral imediata ou explícita. O art. 37, caput, da Constituição Federal estabelece que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, ao princípio da impessoalidade, e o §1º do mesmo artigo veda expressamente a promoção pessoal na publicidade oficial. O Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado no sentido de que a personalização da publicidade institucional, ainda que sem finalidade eleitoral ou análise de intenção do agente, já configura inconstitucionalidade, conforme decidido na ADI 2.447/DF e no RE 576.155/DF. Assim, embora a conduta também possa repercutir sobre a moralidade administrativa, o vício central é a violação direta ao princípio da impessoalidade, razão pela qual a alternativa está em desconformidade com a Constituição e com a jurisprudência do STF.

A alternativa C está incorrecta, pois a conduta não viola exclusivamente o princípio da moralidade administrativa. Embora a promoção pessoal com recursos públicos também possa ofender a moralidade, o núcleo da inconstitucionalidade decorre da violação direta ao princípio da impessoalidade, expressamente positivado no art. 37, caput e §1º, da Constituição Federal. Trata-se de vedação objetiva, que independe de juízo subjetivo de imoralidade.

A alternativa D está incorrecta, pois a veracidade das informações divulgadas ou o eventual interesse público do conteúdo não afastam a inconstitucionalidade da conduta. Ainda que os atos administrativos divulgados sejam reais e relevantes, o art. 37, §1º, da Constituição Federal impõe que a publicidade institucional tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social, vedando a utilização de elementos que caracterizem promoção pessoal, independentemente da veracidade ou relevância das informações.

A alternativa E está incorrecta, pois a caracterização da inconstitucionalidade não exige a demonstração de dano ao erário nem a comprovação de desvio de finalidade. A vedação prevista no art. 37, §1º, da Constituição Federal é autônoma e objetiva, bastando a utilização de nomes, imagens ou símbolos personalísticos em publicidade oficial custeada com recursos públicos para que se configure a afronta ao princípio da impessoalidade, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 17. Sobre o modelo complexo de repartição de competências entre os entes federativos, combinado técnicas de enumeração, reserva e competência comum ou concorrente, adotado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, avalie as afirmativas a seguir.

I. Compete privativamente à União legislar sobre Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Eleitoral, Agrário, Marítimo, Aeronáutico, Espacial e do Trabalho.

II. A competência comum caracteriza-se pela atuação administrativa conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não havendo hierarquia entre os entes federados.

III. Na competência concorrente, cabe à União editar normas gerais, sendo que, na ausência de lei federal sobre essas normas, os Estados podem exercer a competência legislativa plena.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.**
- b) I e II, apenas.**
- c) II e III, apenas.**
- d) I e III, apenas.**
- e) I, II e III.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre o modelo constitucional de repartição de competências legislativas e administrativas, que combina competências privativas, comuns e concorrentes, como expressão do pacto federativo.

A afirmativa I está correta, pois reproduz exatamente o rol de competências legislativas privativas da União previsto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, que dispõe: “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.” Trata-se de competência legislativa centralizada, cuja titularidade é da União, admitida delegação aos Estados apenas nas hipóteses e condições previstas no parágrafo único do próprio art. 22.

A alternativa II está correta, pois descreve adequadamente a competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal, que estabelece: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:”, seguindo-se um rol de atribuições de natureza administrativa. Nessa espécie de competência, os entes federativos atuam conjuntamente, sem hierarquia entre si, cooperando para a consecução de fins constitucionais comuns, nos termos do federalismo cooperativo adotado pela Constituição de 1988.

A afirmativa III está correta, pois corresponde ao regime da competência legislativa concorrente disciplinado pelo art. 24 da Constituição Federal. O §1º do referido artigo dispõe que: “§ 1º No âmbito

da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais." Já o §3º prevê que: "§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades." E o §4º estabelece que a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário. Assim, a afirmativa reflete corretamente o sistema de repartição dinâmica da competência concorrente.

Assim, considerando que as afirmativas I, II e III estão corretas, a alternativa correta é a letra E, fazendo com que as alternativas A, B, C e D fiquem automaticamente incorretas.

QUESTÃO 18. O Município de Cervantes, visando fomentar o turismo local e ampliar a sua arrecadação, aprovou uma lei autorizando a concessão de licença ambiental simplificada para a instalação de empreendimentos turísticos em área de restingas localizadas em seu território, desde que o impacto ambiental fosse considerado "de pequeno porte" pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

A norma dispensou a realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e afastou a necessidade de manifestação de órgão ambiental estadual ou federal, diante da edição de lei municipal, o Ministério Público ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça Estadual.

Sobre essa lei municipal, à luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- a) É constitucional, pois compete aos Municípios legislar livremente sobre a proteção ambiental quando o impacto da atividade se restringir aos limites do território municipal.**
- b) É inconstitucional, pois viola o Art. 225 da Constituição Federal ao relativizar a exigência de estudo prévio de impacto ambiental em área ecologicamente sensível, além de afrontar o princípio da vedação do retrocesso ambiental.**
- c) É constitucional, pois a Constituição autoriza o ente federado mais próximo a realidade local a flexibilizar exigências ambientais em prol do desenvolvimento econômico.**
- d) É inconstitucional apenas por usurpar a competência legislativa privativa da União em matéria de meio ambiente.**
- e) É constitucional, desde que haja posterior fiscalização ambiental por órgão estadual, suprindo eventual ausência de estudo prévio de impacto ambiental.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre proteção constitucional do meio ambiente, a exigência do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) em áreas ecologicamente sensíveis, a repartição de competências ambientais e o princípio da vedação do retrocesso ambiental, à luz do art. 225 da Constituição Federal e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorrecta, pois os Municípios não possuem liberdade absoluta para legislar sobre proteção ambiental, ainda que o impacto da atividade se restrinja ao território municipal. A Constituição Federal adota um modelo de competência comum administrativa (art. 23, VI e VII) e de competência legislativa concorrente (art. 24, VI) em matéria ambiental, exigindo atuação cooperativa e respeito às normas gerais. Além disso, o Município não pode afastar exigências constitucionais mínimas de proteção ambiental, como o EIA/RIMA em áreas ecologicamente sensíveis.

A alternativa B está correta, pois a lei municipal viola diretamente o art. 225, §1º, inciso IV, da Constituição Federal, que dispõe que incumbe ao Poder Público exigir, “na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”. As restingas são reconhecidas como ecossistemas especialmente protegidos, e a dispensa genérica do EIA/RIMA por lei municipal representa redução do nível de proteção ambiental, afrontando também o princípio da vedação do retrocesso ambiental, amplamente reconhecido pelo STF em sua jurisprudência ambiental.

A alternativa C está incorrecta, pois a Constituição Federal não autoriza o ente federado mais próximo da realidade local a flexibilizar exigências ambientais em prol do desenvolvimento econômico quando isso implica diminuição da proteção ambiental constitucionalmente assegurada. O STF tem entendimento consolidado no sentido de que o desenvolvimento econômico deve ser compatibilizado com a proteção ambiental, sob a lógica do desenvolvimento sustentável, sendo vedada a flexibilização normativa que comprometa o núcleo essencial do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, o STF decidiu na ADI 3.540/DF (Rel. Min. Celso de Mello) que: “A atividade econômica não pode ser exercida em desarmonia com os princípios destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente. A preservação da integridade do meio ambiente constitui expressão constitucional de um direito fundamental assegurado à generalidade das pessoas.” O Tribunal assentou que nenhum ente federativo pode, a pretexto de desenvolvimento econômico, afastar padrões mínimos de proteção ambiental, especialmente quando previstos diretamente na Constituição.

A alternativa D está incorrecta, pois a inconstitucionalidade da lei municipal não decorre de usurpação de competência legislativa privativa da União, uma vez que o meio ambiente é matéria de competência concorrente (art. 24, VI, da CF) e de competência comum administrativa (art. 23, VI e VII). O vício está no fato de o Município relativizar exigência constitucional expressa, reduzindo o nível de tutela ambiental e afastando mecanismos obrigatórios de proteção previstos no art. 225 da Constituição.

A alternativa E está incorrecta, pois a exigência de estudo prévio de impacto ambiental é prévia, e não pode ser suprida por fiscalização posterior. O art. 225, §1º, IV, da Constituição Federal impõe o EIA/RIMA como condição antecedente à autorização da atividade potencialmente degradadora. A jurisprudência do STF é firme no sentido de que medidas compensatórias ou fiscalizatórias posteriores não substituem o dever constitucional de avaliação prévia dos impactos ambientais, especialmente em áreas ecologicamente sensíveis. O Supremo Tribunal Federal, na ADI 4.901/DF (Rel. Min. Luiz Fux), ao tratar da tutela preventiva ambiental, afirmou que: “A exigência de estudo prévio de impacto ambiental traduz instrumento essencial do princípio da prevenção, não podendo ser substituída por medidas compensatórias ou por fiscalização posterior.” Ainda, no RE 627.189/SP (Rel. Min. Dias Toffoli), o Tribunal reafirmou que: “O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado impõe ao Poder Público deveres de atuação preventiva, sendo incompatível com a Constituição a adoção de políticas meramente reativas ou reparatórias.” Assim, a tentativa de legitimar a dispensa do EIA/RIMA mediante fiscalização posterior contraria frontalmente a Constituição e a jurisprudência consolidada do STF.

QUESTÃO 19. Joana é proprietária de extensa área rural localizada no Estado X. Nos últimos anos, a fazenda permaneceu praticamente improdutiva, com baixa utilização do solo, ausência de cuidados ambientais mínimos e reiterado descumprimento da legislação trabalhista em relação aos poucos empregados contratados.

Em uma vistoria realizada pelo órgão federal competente, constatou-se que a exploração da área não atendia aos requisitos constitucionais exigidos para o cumprimento da função social da propriedade rural.

Considerando a disciplina constitucional da função social da propriedade, a situação narrada autoriza a

- a) aplicação de IPTU progressivo no tempo, de competência municipal, por se tratar de qualquer propriedade que não atenda à sua função social, urbana ou rural.
- b) desapropriação para fins de reforma agrária, com indenização prévia em dinheiro, uma vez que a sanção decorre do descumprimento da função social, independentemente da natureza do imóvel.
- c) desapropriação para fins de reforma agrária, com pagamento em títulos da dívida agrária, nos termos da Constituição, por se tratar de propriedade rural que não cumpre sua função social.
- d) desapropriação sem qualquer indenização, com destinação da área para o assentamento de trabalhadores rurais, por expressa previsão constitucional para toda propriedade que descumpre função social.
- e) intervenção federal direta no Estado X, para assegurar a observância do princípio da função social da propriedade, uma vez que se trata de princípio sensível cuja violação autoriza tal medida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre a função social da propriedade rural e as consequências constitucionais do seu descumprimento, especialmente a desapropriação para fins de reforma agrária, conforme disciplinado pelos arts. 184 e 186 da Constituição Federal.

A alternativa A está incorrecta, pois o IPTU progressivo no tempo é instrumento próprio da política urbana e aplica-se exclusivamente à propriedade urbana que não cumpre sua função social. O art. 182, §4º, da Constituição Federal dispõe que: “§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I – parcelamento ou edificação compulsórios; II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.” No caso, trata-se de propriedade rural, à qual não se aplicam os instrumentos urbanísticos.

A alternativa B está incorrecta, pois a desapropriação para fins de reforma agrária não é indenizada em dinheiro. O art. 184 da Constituição Federal estabelece que: “Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função

social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.” Assim, o pagamento em dinheiro não se compatibiliza com o regime constitucional dessa modalidade de desapropriação.

A alternativa C está correta, pois a Constituição Federal autoriza expressamente a desapropriação para fins de reforma agrária do imóvel rural que não cumpre sua função social, com indenização em títulos da dívida agrária. O art. 186 da Constituição Federal dispõe que: “Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.” O enunciado descreve o descumprimento desses requisitos, legitimando a medida.

A alternativa D está incorrecta, pois a Constituição Federal não autoriza a desapropriação sem indenização pelo simples descumprimento da função social da propriedade rural. A desapropriação sem indenização somente é admitida em hipóteses excepcionais, como previsto no art. 243 da Constituição Federal, que dispõe: “Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho em condição análoga à de escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário.” Tal situação não se confunde com o caso apresentado.

A alternativa E está incorrecta, pois o descumprimento da função social da propriedade não configura violação a princípio sensível apta a justificar intervenção federal. O art. 34, inciso VII, da Constituição Federal elenca taxativamente os princípios sensíveis, não incluindo a função social da propriedade. Dispõe o dispositivo: “Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: (...) VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta; e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.” Assim, a Constituição prevê instrumento específico para a situação, qual seja, a desapropriação para fins de reforma agrária, afastando, portanto, a hipótese de intervenção federal.

QUESTÃO 20. No âmbito do processo legislativo federal, determinado projeto de lei ordinária, de iniciativa parlamentar, foi regularmente aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sendo, em seguida, encaminhado ao Presidente da República. Este, dentro do prazo constitucional, decidiu vetar parcialmente o projeto, sob fundamento de inconstitucionalidade.

Sobre o caso narrado, considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) O veto parcial pode abranger palavras, expressões ou trechos destacados do texto do projeto de lei.

- b) O veto parcial somente pode recair sobre dispositivo inteiro, artigo, parágrafo, inciso ou alínea.**
- c) O veto presidencial impede, em qualquer hipótese, a reapreciação do projeto pelo Congresso Nacional.**
- d) O veto por inconstitucionalidade afasta a possibilidade de análise política do Congresso Nacional.**
- e) O veto presidencial produz automaticamente efeitos definitivos, independentemente de deliberação do Congresso Nacional.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre o veto presidencial no processo legislativo federal, especialmente sobre os limites constitucionais do veto parcial, conforme disciplinado pelo art. 66 da Constituição Federal.

A alternativa A está incorrecta, pois o veto parcial não pode abranger palavras, expressões ou trechos destacados do texto do projeto de lei. O art. 66, §2º, da Constituição Federal veda expressamente o veto parcial fracionado, ao dispor que: “§2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.” Assim, não é constitucionalmente admitido o chamado voto “de palavras” ou “de expressões”.

A alternativa B está correta, pois reproduz fielmente o comando do art. 66, §2º, da Constituição Federal, segundo o qual o veto parcial somente pode recair sobre o texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea. O objetivo da norma é preservar a coerência normativa do projeto de lei, impedindo manipulações do texto legislativo pelo Poder Executivo.

A alternativa C está incorrecta, pois o veto presidencial não impede a reapreciação do projeto pelo Congresso Nacional. Ao contrário, o art. 66, §4º, da Constituição Federal prevê expressamente que o voto será apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

A alternativa D está incorrecta, pois o veto por inconstitucionalidade não afasta a análise política do Congresso Nacional. O controle exercido pelo Presidente da República no veto é político-jurídico, mas o Congresso Nacional pode, no exercício de sua competência constitucional, rejeitar o voto por razões políticas ou jurídicas, conforme autoriza o art. 66, §4º, da Constituição Federal.

A alternativa E está incorrecta, pois o veto presidencial não produz efeitos definitivos automaticamente. Nos termos do art. 66, §§4º e 5º, da Constituição Federal, o voto deve ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, e apenas se mantido é que produzirá efeitos definitivos. Caso seja rejeitado, o projeto será encaminhado para promulgação.

QUESTÃO 21. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê mecanismos de exercício da soberania popular direta, entre os quais se destacam o plebiscito e o referendo.

Analise as afirmativas a seguir.

I. O plebiscito é a consulta popular realizada antes da prática do ato legislativo ou administrativo, com o objetivo de colher a manifestação prévia da população.

II. O referendo é convocado diretamente pelo Presidente da República, independentemente de autorização do Congresso Nacional.

III. Tanto o plebiscito quanto o referendo constituem formas de exercício direto da soberania popular, nos termos do Art. 14 da Constituição Federal.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V – F – V.

b) V – V – F.

c) F – V – V.

d) F – F – V.

e) V – F – F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre os mecanismos de exercício da soberania popular direta, especialmente o plebiscito e o referendo, conforme previstos no art. 14 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A afirmativa I está correta, pois o plebiscito consiste na consulta popular prévia, realizada antes da prática do ato legislativo ou administrativo, com o objetivo de colher a manifestação da população acerca de determinada matéria relevante. O art. 14 da Constituição Federal dispõe que: “Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular.” A distinção entre plebiscito e referendo decorre justamente do momento da consulta, sendo o plebiscito anterior à decisão estatal.

A afirmativa II está incorrecta, pois o referendo não é convocado diretamente pelo Presidente da República. A competência para autorizar e convocar plebiscito e referendo é do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, inciso XV, da Constituição Federal: “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) XV – autorizar referendo e convocar plebiscito.” Assim, a convocação independe da vontade exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

A afirmativa III está correta, pois tanto o plebiscito quanto o referendo são expressamente previstos pela Constituição Federal como formas de exercício direto da soberania popular. O art. 14 da Constituição reconhece esses instrumentos como mecanismos pelos quais o povo participa diretamente das decisões políticas, ao lado do sufrágio e da iniciativa popular.

QUESTÃO 22. No que se refere ao funcionamento do Poder Legislativo, as comissões parlamentares exercem papel relevante na análise e deliberação das matérias submetidas à Casa Legislativa, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Considerando o regime constitucional das comissões parlamentares, assinale a afirmativa correta.

- a) As comissões parlamentares possuem competência para editar atos normativos com força de lei, independentemente de deliberação do Plenário.**
- b) As comissões parlamentares devem ser compostas exclusivamente por parlamentares pertencentes à maioria governista.**
- c) As comissões parlamentares permanentes e temporárias são constituídas de forma proporcional à representação partidária ou dos blocos parlamentares.**
- d) As comissões parlamentares somente podem funcionar durante o período ordinário de sessões legislativas.**
- e) As comissões parlamentares não possuem competência para realizar audiências públicas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre o regime constitucional das comissões parlamentares, especialmente quanto à sua composição e ao princípio da proporcionalidade partidária, conforme previsto no art. 58 da Constituição Federal.

A alternativa A está incorrecta, pois, como regra, as comissões parlamentares não possuem competência para editar atos normativos com força de lei de forma autônoma, sem deliberação do Plenário. Embora o art. 58, §2º, inciso I, da Constituição Federal admita que as comissões discutam e votem projetos de lei, essa competência depende de delegação do Plenário, nos termos do regimento interno de cada Casa Legislativa, não sendo automática nem irrestrita.

A alternativa B está incorrecta, pois a Constituição Federal veda a composição exclusiva das comissões por parlamentares da maioria governista. O art. 58, §1º, da Constituição estabelece que a composição das comissões deve respeitar a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares, assegurando a participação das minorias e preservando o pluralismo político no âmbito do Poder Legislativo.

A alternativa C está correta, pois reproduz fielmente o comando constitucional constante do art. 58, §1º, da Constituição Federal, que dispõe: “§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.” Esse dispositivo garante que tanto as comissões permanentes quanto as temporárias sejam formadas de modo proporcional, refletindo a composição política da Casa Legislativa.

A alternativa D está incorrecta, pois as comissões parlamentares não se limitam ao período ordinário de sessões legislativas. A Constituição não impõe tal restrição, sendo comum que comissões, inclusive

parlamentares de inquérito, funcionem durante o recesso parlamentar, conforme autorizado pelo próprio texto constitucional e pelos regimentos internos.

A alternativa E está incorrecta, pois as comissões parlamentares possuem competência para realizar audiências públicas, conforme expressamente previsto no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, que dispõe: “§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: (...) II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil”.

QUESTÃO 23. Durante a tramitação de um projeto de lei no país Alfa, um parlamentar sustentou que o registro do estatuto de um partido político poderia ser requerido antes de ser comprovado o apoio mínimo de eleitores exigido em lei, desde que o requerimento fosse apresentado ao cartório competente.

Diante dessa tese, a Procuradoria Legislativa foi consultada sobre a correta interpretação da Lei dos Partidos Políticos, vigente no país.

Considerando o conteúdo dessa lei, assinale a afirmativa correta.

- a) O partido político pode obter o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mesmo sem demonstrar apoio mínimo de eleitores, desde que o requerimento seja formalmente apresentado ao cartório de registro.**
- b) O registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) depende de comprovação, perante o cartório eleitoral, de que o partido atende ao apoio popular mínimo previsto em lei.**
- c) O partido político não precisa comprovar apoio mínimo de eleitores para o registro de seu estatuto se já tiver personalidade jurídica adquirida no cartório civil.**
- d) O requisito de apoio mínimo de eleitores só se aplica à participação nas eleições, não ao registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).**
- e) A Lei dos Partidos Políticos não exige registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), basta o registro no cartório civil para a legenda obter todos os direitos eleitorais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre os requisitos legais para o registro do estatuto de partido político no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), especialmente a exigência de apoio mínimo de eleitores, conforme disciplinado pela Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos).

A alternativa A está incorrecta, pois o simples protocolo do requerimento de registro não dispensa a comprovação do apoio mínimo de eleitores. A Lei nº 9.096/1995 condiciona o registro do estatuto no TSE ao atendimento prévio desse requisito, não sendo suficiente a mera formalização do pedido em cartório.

A alternativa B está correta, pois corresponde exatamente ao que dispõe o art. 7º, §1º, da Lei nº 9.096/1995, segundo o qual: “§ 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político no Tribunal Superior Eleitoral depois de comprovado o apoio mínimo de eleitores, na forma da lei.” Assim, a comprovação do apoio popular mínimo é condição indispensável para o registro do estatuto perante a Justiça Eleitoral, devendo ser demonstrada nos termos exigidos pela legislação.

A alternativa C está incorrecta, pois a aquisição de personalidade jurídica no cartório civil não substitui a exigência de apoio mínimo de eleitores para fins de registro do estatuto no TSE. A Lei dos Partidos Políticos distingue claramente o registro civil do registro eleitoral, sendo este último condicionado ao apoio popular.

A alternativa D está incorrecta, pois o requisito de apoio mínimo não se limita à participação em eleições, mas é exigido para o próprio registro do estatuto no TSE, etapa essencial para que o partido possa atuar regularmente no sistema político-eleitoral.

A alternativa E está incorrecta, pois a Lei nº 9.096/1995 exige expressamente o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, além do registro civil, como condição para que o partido adquira direitos eleitorais. O registro em cartório civil, por si só, é insuficiente para conferir plena capacidade de atuação no processo eleitoral.

QUESTÃO 24. A Constituição Federal de 1988 instituiu a Ordem Econômica e a Ordem Financeira como pilares estruturantes do Estado brasileiro, disciplinando a atuação do poder público na economia, o regime das finanças públicas e os limites do planejamento e da execução orçamentária.

Considerando os dispositivos constitucionais pertinentes, bem como o papel dos Tribunais de Contas no exercício do controle externo, analise as afirmativas a seguir.

I. A Ordem Econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, possui como finalidade assegurar a todos existência digna, o que legitima a atuação do Estado tanto como agente regulador quanto, excepcionalmente, como agente econômico direto, desde que presentes os requisitos constitucionais.

II. O planejamento estatal, enquanto instrumento de intervenção indireta no domínio econômico, é determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, possuindo relevância jurídica para o controle externo da coerência entre planos, orçamento e execução financeira.

III. A Ordem Financeira, ao disciplinar o Sistema Tributário Nacional e o Sistema Financeiro Nacional, autoriza o uso de instrumentos tributários e financeiros como mecanismos de intervenção econômica e social, desde que respeitados os princípios constitucionais tributários e financeiros.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre a Ordem Econômica e a Ordem Financeira na Constituição Federal de 1988, o papel do Estado na economia, o planejamento estatal e a utilização de instrumentos tributários e financeiros como mecanismos de intervenção, bem como a relevância desses elementos para o controle externo exercido pelos Tribunais de Contas.

A afirmativa I está correta, pois a Constituição Federal estabelece que a Ordem Econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos existência digna. O art. 170 da Constituição Federal dispõe que: “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (...).” Além disso, a atuação direta do Estado como agente econômico é admitida de forma excepcional, nos termos do art. 173 da Constituição Federal, que prevê: “Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo (...).” Assim, a Constituição legitima tanto a atuação regulatória quanto, excepcionalmente, a atuação econômica direta do Estado.

A alternativa II está correta, pois o planejamento estatal é reconhecido constitucionalmente como instrumento de intervenção indireta no domínio econômico. O art. 174 da Constituição Federal estabelece que: “Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.” Esse comando confere relevância jurídica ao planejamento, o que permite ao controle externo verificar a coerência entre planos, leis orçamentárias e execução financeira, especialmente no âmbito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

A afirmativa III está correta, pois a Ordem Financeira constitucional autoriza o uso de instrumentos tributários e financeiros como mecanismos de intervenção econômica e social, desde que respeitados os princípios constitucionais próprios dessas matérias. O art. 145 da Constituição Federal prevê as espécies tributárias; o art. 150 estabelece limitações constitucionais ao poder de tributar; e o art. 192 dispõe que o sistema financeiro nacional será estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade. Esses dispositivos demonstram que a tributação e o sistema financeiro podem ser utilizados como instrumentos de política econômica e social, dentro dos limites constitucionais.

QUESTÃO 25. No processo de apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) na Assembleia Legislativa, constatou-se que

I. diversas dotações foram consignadas em ações genéricas, sem metas físicas ou critérios mínimos de regionalização.

II. a Lei Orçamentária Anual (LOA) trouxe um artigo que condicionava a execução de dotações à “regulamentação posterior por decreto do Chefe do Executivo”, sem parâmetros legais;

III. durante a execução orçamentária, houve contingenciamento linear de despesas discricionárias, inclusive de programações finalísticas individualizadas, sem motivação técnica individualizada.

À luz dos princípios orçamentários e de governança orçamentária, assinale a afirmativa correta.

a) A consignação de ações genéricas na LOA é compatível com o princípio da especificação, desde que o Executivo complemente as finalidades por decreto de programação financeira, pois a lei orçamentária tem natureza predominantemente autorizativa.

b) É constitucional a inclusão, na LOA, de dispositivos que condicionem a execução de despesa a decreto posterior, por se tratar de norma de execução orçamentária, abrangida pela exceção do Art. 165, §8º, da Constituição Federal.

c) O contingenciamento linear de despesas discricionárias, sem motivação técnica individualizada, é legítimo para assegurar o equilíbrio orçamentário, inclusive para programações impositivas, pois o princípio do equilíbrio prevalece automaticamente sobre a execução.

d) A previsão, na LOA, de condicionamento genérico da execução de despesa, sem parâmetros, caracteriza violação ao princípio da exclusividade/pureza e ao enfraquecimento do controle parlamentar, somada à adoção de dotações excessivamente genéricas, tensiona os princípios da especificação, da transparência e da regionalização, afetando a governança orçamentária.

e) O orçamento impositivo impede qualquer limitação de empenho e movimentação financeira, de modo que todo contingenciamento é, por definição, inconstitucional quando recair sobre as despesas discricionárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre princípios orçamentários, governança orçamentária, os limites constitucionais da Lei Orçamentária Anual, o princípio da exclusividade (ou pureza), o princípio da especificação, bem como o regime constitucional do contingenciamento de despesas.

A alternativa A está incorrecta, pois a consignação de dotações em ações excessivamente genéricas, sem metas físicas ou critérios mínimos de regionalização, viola o princípio da especificação orçamentária, que decorre do modelo constitucional de planejamento e controle. O art. 165 da Constituição Federal estrutura o sistema orçamentário com base na integração entre plano, diretrizes e orçamento, exigindo que a LOA seja instrumento minimamente detalhado de programação estatal. A possibilidade de o Executivo “complementar” as finalidades por decreto esvazia o controle parlamentar e afronta a lógica do orçamento como lei formal e materialmente vinculada ao planejamento.

A alternativa B está incorrecta, pois a inclusão, na LOA, de dispositivo que condiciona genericamente a execução de despesas à regulamentação posterior por decreto, sem parâmetros legais, viola o princípio da exclusividade orçamentária. O art. 165, §8º, da Constituição Federal dispõe que: “§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.” Esse dispositivo não autoriza a delegação ampla ao Chefe do Executivo para decidir, sem critérios legais, se e como a despesa será executada, pois isso compromete a função deliberativa do Poder Legislativo.

A alternativa C está incorrecta, pois o contingenciamento linear e imotivado de despesas discricionárias não encontra amparo constitucional. O art. 165, §2º, da Constituição Federal atribui à Lei de Diretrizes Orçamentárias a definição de critérios para limitação de empenho, e o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em harmonia com a Constituição, exige que a limitação de empenho seja motivada e proporcional à frustração de receitas. A adoção de contingenciamento automático e indiferenciado afronta os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da motivação administrativa.

A alternativa D está correta, pois a previsão, na LOA, de condicionamento genérico da execução da despesa, sem parâmetros normativos, configura violação ao princípio da exclusividade ou pureza orçamentária, além de enfraquecer o controle parlamentar. Somada à adoção de dotações excessivamente genéricas, essa prática tensiona os princípios da especificação, da transparência e da regionalização, comprometendo a governança orçamentária e a coerência entre planejamento, orçamento e execução, conforme a lógica constitucional estabelecida nos arts. 165 a 169 da Constituição Federal.

A alternativa E está incorrecta, pois o orçamento impositivo não elimina, de forma absoluta, a possibilidade de limitação de empenho e movimentação financeira. O próprio texto constitucional admite a compatibilização da execução orçamentária com o equilíbrio fiscal e o cumprimento das metas estabelecidas na LDO. A Constituição não consagra a execução irrestrita de todas as despesas discricionárias em qualquer cenário, mas exige que eventuais contingenciamentos observem critérios objetivos, legais e devidamente motivados.

QUESTÃO 26. O Presidente da República editou determinada medida provisória, que passou a produzir efeitos imediatos. Durante sua tramitação no Congresso Nacional, surgiram questionamentos acerca dos limites constitucionais aplicáveis a esse instrumento normativo.

À luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a afirmativa correta.

- a) A medida provisória pode ser editada livremente pelo Presidente da República, independentemente de demonstração de relevância e urgência.**
- b) A medida provisória perde eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo constitucional.**
- c) A medida provisória não pode versar sobre matéria reservada à lei complementar.**

d) A medida provisória, uma vez rejeitada pelo Congresso Nacional, pode ser reeditada na mesma sessão legislativa, desde que seja apresentada com redação diversa.

e) A medida provisória depende de sanção presidencial para produzir efeitos jurídicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre os limites constitucionais das medidas provisórias, especialmente quanto às matérias que não podem ser objeto desse instrumento normativo, conforme o art. 62 da Constituição Federal.

A alternativa A está incorrecta, pois a edição de medida provisória não é livre. O art. 62, caput, da Constituição Federal estabelece expressamente que a medida provisória somente pode ser adotada em caso de relevância e urgência, ao dispor: “Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei (...).” A ausência desses pressupostos formais e materiais compromete a constitucionalidade da medida.

A alternativa B está incorrecta, pois a medida provisória não perde eficácia desde a edição caso não seja convertida em lei. O art. 62, §3º, da Constituição Federal dispõe que: “§ 3º As medidas provisórias (...) perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, uma vez, por igual período (...).” Todavia, a própria Constituição prevê a disciplina das relações jurídicas decorrentes da medida provisória, afastando a ideia de nulidade automática absoluta desde a origem.

A alternativa C está correta, pois a Constituição Federal veda expressamente a edição de medida provisória sobre matéria reservada à lei complementar. O art. 62, §1º, inciso III, da Constituição Federal dispõe: “§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (...) III – reservada a lei complementar.” Trata-se de limitação material explícita ao poder normativo do Presidente da República.

A alternativa D está incorrecta, pois a Constituição Federal proíbe a reedição de medida provisória rejeitada ou que tenha perdido eficácia, ainda que com redação diversa, na mesma sessão legislativa. O art. 62, §10, da Constituição Federal estabelece que: “§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.”

A alternativa E está incorrecta, pois a medida provisória produz efeitos jurídicos imediatos desde sua edição, independentemente de sanção presidencial. A sanção é ato próprio do processo legislativo das leis, enquanto a medida provisória entra em vigor com sua publicação, conforme previsto no art. 62, caput, da Constituição Federal.

QUESTÃO 27. Acerca da posição jurídico-constitucional dos Tribunais de Contas em relação à fiscalização contábil, financeira e orçamentária e aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a afirmativa correta.

- a) O Tribunal de Contas da União, dada a sua função de auxílio ao Congresso Nacional, prevista no Art. 71 da CRFB/88, integra a estrutura orgânica do Poder Legislativo, submetendo-se à hierarquia funcional do Parlamento em matéria de controle externo.**
- b) Segundo a jurisprudência e a doutrina constitucional, os Tribunais de Contas exercem a função jurisdicional propriamente dita, de modo que suas decisões se equiparam às sentenças judiciais, insuscetíveis de revisão ou remédio heróico perante o Poder Judiciário.**
- c) Conforme o regime de “bandas” instituído pelo Regime Fiscal Sustentável (LC 200/2023), o contingenciamento de despesas limitadas de empenho deve ser acionado gradualmente apenas quando houver risco de descumprimento do centro da meta fiscal, sendo vedado o uso do limite inferior de tolerância como parâmetro de referência.**
- d) No que tange às emendas parlamentares individuais de execução obrigatória (RP6), a Constituição e a LRF vedam que tais programações sofram limitação de empenho e movimentação financeira, ainda que a realização da receita não comporte o cumprimento das metas de resultado primário.**
- e) O princípio republicano fundamenta o controle externo ao estabelecer a responsabilidade jurídica pessoal de todo agente que gere a coisa pública, exigindo aparato de controle institucional no governo e a exposição do gestor ao dever de prestar contas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre a natureza jurídico-constitucional do controle externo, o papel dos Tribunais de Contas, os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e o fundamento republicano do dever de prestar contas, à luz da Constituição Federal.

A alternativa A está incorrecta, pois, embora o Tribunal de Contas da União exerce função de auxílio ao Congresso Nacional, ele não integra a estrutura orgânica do Poder Legislativo nem se submete a hierarquia funcional do Parlamento. O art. 71 da Constituição Federal dispõe que: “Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (...).” O TCU é órgão autônomo e independente, com competências próprias constitucionalmente definidas, não sendo subordinado ao Legislativo.

A alternativa B está incorrecta, pois os Tribunais de Contas não exercem função jurisdicional propriamente dita. Suas decisões possuem natureza administrativa, ainda que dotadas de eficácia e executoriedade, e estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário. O art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal estabelece que: “Art. 5º (...) XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.” Assim, atos dos Tribunais de Contas podem ser questionados judicialmente, inclusive por meio de mandado de segurança.

A alternativa C está incorrecta, pois a descrição do regime de “bandas” do Regime Fiscal Sustentável não corresponde ao modelo constitucional-legal vigente. A Lei Complementar nº 200/2023 não veda o uso do limite inferior da banda como parâmetro absoluto nem condiciona o contingenciamento exclusivamente ao risco de descumprimento do centro da meta fiscal. A limitação de empenho deve observar critérios técnicos definidos na LDO, conforme o art. 165, §2º, da Constituição Federal, e o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

A alternativa D está incorrecta, pois, embora as emendas parlamentares individuais possuam execução obrigatória, a Constituição não veda de forma absoluta a limitação de empenho e movimentação financeira quando houver frustração de receitas ou risco ao cumprimento das metas fiscais. O art. 166, §11, da Constituição Federal admite a compatibilização da execução das emendas com o equilíbrio fiscal, e o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 autoriza a limitação de empenho quando necessária para o cumprimento das metas de resultado primário.

A alternativa E está correta, pois o princípio republicano fundamenta o controle externo ao impor a responsabilização dos agentes públicos pela gestão da coisa pública e o dever de prestação de contas. O art. 70 da Constituição Federal dispõe que: “Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta (...) será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.” Já o art. 71 da Constituição Federal confere aos Tribunais de Contas competências específicas para o exercício desse controle. Esse modelo concretiza a lógica republicana segundo a qual todo aquele que administra recursos públicos deve prestar contas, justificando a existência de órgãos de controle institucionalizados.

QUESTÃO 28. Uma lei municipal dispõe que apenas pessoas com deficiência física estão protegidas contra a discriminação em atividades públicas. A Procuradoria Legislativa foi consultada sobre a conformidade dessa lei municipal com o Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo no ordenamento jurídico interno.

Considerando a norma internacional incorporada por meio do Decreto nº 6.949/2009, assinale a afirmativa correta.

- a) A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência se aplica apenas às pessoas com deficiência física, de modo que a lei municipal está em conformidade.**
- b) O Decreto nº 6.949/2009 obriga a proteção contra a discriminação de todas as pessoas com deficiência, não apenas daquelas com deficiência física.**
- c) A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência não tem efeito no Brasil até que seja transformada em lei ordinária pelo Congresso Nacional.**
- d) A proteção prevista no Decreto nº 6.949/2009 limita-se ao acesso à educação, não abrangendo outras esferas de exercício de direitos.**
- e) O Decreto nº 6.949/2009 impede que pessoas com deficiência participem de atividades políticas até que a legislação infraconstitucional seja atualizada.**

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPD).

A alternativa B está correta. A lei municipal, ao proteger apenas pessoas com deficiência física, cria uma restrição indevida e discriminatória, violando diretamente o tratado internacional. A Convenção, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009, foi incorporada ao ordenamento jurídico com status de emenda constitucional, conforme o rito do Art. 5º, § 3º, da Constituição Federal. Isso significa que ela não só prevalece sobre a legislação infraconstitucional, como também serve de parâmetro para o controle de constitucionalidade. A CIDPD adota um conceito amplo e inclusivo de deficiência, que não se limita a impedimentos de natureza física. O Artigo 1º da Convenção é explícito ao definir seu escopo: "Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.". Dessa forma, a lei municipal que restringe a proteção apenas à deficiência física é materialmente inconstitucional por afrontar uma norma de hierarquia constitucional que obriga a proteção de todas as pessoas com deficiência, sem distinção da natureza do impedimento.

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 29. A Assembleia Legislativa de um Estado da República de Voldória aprovou uma lei estadual que criou benefícios tributários sem a observância das normas gerais estabelecidas em lei complementar nacional.

Diante da edição da norma, questionou-se a constitucionalidade da lei em face da Constituição da República, por possível violação à repartição de competências legislativas.

Considerando o controle concentrado de constitucionalidade, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.868/1999, assinale a afirmativa correta.

a) A ação direta de inconstitucionalidade é o instrumento adequado para o controle abstrato da lei estadual em face da Constituição Federal, produzindo, como regra, efeitos erga omnes e vinculantes.

b) A inconstitucionalidade da lei estadual somente poderá ser arguida por meio de controle difuso no julgamento de caso concreto submetido ao Poder Judiciário.

c) A ação direta de inconstitucionalidade somente pode ser proposta pelo Procurador-Geral da República, sendo vedada a legitimidade dos demais entes federativos.

d) A declaração de inconstitucionalidade, no âmbito da ADI, produz efeitos exclusivamente inter partes, salvo uma decisão expressa do Supremo Tribunal Federal (STF) em sentido contrário.

e) A ação direta de inconstitucionalidade exige demonstração de lesão concreta e atual a direito subjetivo para que seja conhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre o controle concentrado de constitucionalidade, a competência do Supremo Tribunal Federal para o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade

e os efeitos das decisões proferidas nesse modelo de controle, à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9.868/1999.

A alternativa A está correta, pois a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) é o instrumento adequado para o controle abstrato de lei estadual em face da Constituição Federal. O art. 102, inciso I, alínea a, da Constituição Federal dispõe que: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípua mente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I – processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual (...).” Além disso, o art. 102, §2º, da Constituição Federal estabelece que: “§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade (...) produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.” Assim, a ADI é o meio adequado, produzindo, como regra, efeitos erga omnes e vinculantes.

A alternativa B está incorrecta, pois a Constituição Federal admite expressamente o controle concentrado de constitucionalidade de leis estaduais perante o STF, não se restringindo o controle à via difusa. A afirmação ignora a competência expressa prevista no art. 102, I, a, da Constituição Federal.

A alternativa C está incorrecta, pois a legitimidade para propositura da ADI não é exclusiva do Procurador-Geral da República. O art. 103 da Constituição Federal estabelece um rol amplo de legitimados, incluindo, entre outros, o Presidente da República, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Governadores de Estado, Mesas das Assembleias Legislativas, partidos políticos com representação no Congresso Nacional e entidades de classe de âmbito nacional.

A alternativa D está incorrecta, pois a declaração de inconstitucionalidade em sede de ADI não produz efeitos inter partes, mas sim efeitos erga omnes e vinculantes, conforme expressamente previsto no art. 102, §2º, da Constituição Federal. A produção de efeitos restritos às partes é característica do controle difuso, e não do controle concentrado.

A alternativa E está incorrecta, pois a ação direta de inconstitucionalidade não exige demonstração de lesão concreta e atual a direito subjetivo. Trata-se de processo objetivo, voltado à defesa da Constituição em abstrato, bastando a existência de lei ou ato normativo em tese incompatível com o texto constitucional, conforme o modelo adotado pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 9.868/1999.

QUESTÃO 30. Na Câmara Municipal de Montávia, o Presidente da Casa indeferiu requerimento regularmente apresentado por vereadores, sob o fundamento genérico de conveniência administrativa, impedindo o exercício de prerrogativa prevista no Regimento Interno e na Constituição local. O ato foi praticado sem a instauração de procedimento prévio e sem a possibilidade de contraditório.

À luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 12.016/2009, assinale a afirmativa correta.

a) É cabível mandado de segurança para proteger o direito líquido e certo violado por ato de autoridade pública, ainda que praticado no âmbito do Poder Legislativo.

b) O mandado de segurança é incabível, pois os atos do Presidente da Câmara Municipal são, em regra, insusceptíveis de controle judicial.

c) O instrumento adequado à ação popular, por se tratar de ato administrativo potencialmente lesivo à legalidade.

d) O mandado de segurança somente é cabível após o esgotamento das vias administrativas internas da Câmara Municipal.

e) O mandado de segurança não é cabível, pois inexiste direito líquido e certo quando a decisão envolve discricionariedade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre o cabimento do mandado de segurança para proteção de direito líquido e certo violado por ato de autoridade pública, inclusive quando praticado no âmbito do Poder Legislativo, à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 12.016/2009.

A alternativa A está correta, pois o mandado de segurança é cabível para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública, ainda que o ato tenha sido praticado no âmbito do Poder Legislativo. O art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal dispõe que: “Art. 5º (...) LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.” No mesmo sentido, o art. 1º da Lei nº 12.016/2009 estabelece: “Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade.” O indeferimento arbitrário de prerrogativa prevista no regimento interno e na Constituição local caracteriza violação a direito líquido e certo, passível de controle judicial.

A alternativa B está incorrecta, pois os atos do Presidente da Câmara Municipal não são imunes ao controle jurisdicional. Embora exista autonomia do Poder Legislativo, atos administrativos praticados por seus dirigentes estão sujeitos ao controle do Poder Judiciário quando houver violação a direito líquido e certo, conforme o princípio da inafastabilidade da jurisdição previsto no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

A alternativa C está incorrecta, pois a ação popular não é o instrumento adequado para a tutela de prerrogativa funcional de vereadores. A ação popular destina-se à proteção do patrimônio público, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, nos termos do art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal, não se prestando à defesa de direito subjetivo líquido e certo.

A alternativa D está incorrecta, pois o mandado de segurança não exige o esgotamento prévio das vias administrativas. A exigência de exaurimento administrativo somente se aplica quando expressamente prevista em lei, o que não ocorre no regime do mandado de segurança, conforme entendimento consolidado e o próprio art. 5º, LXIX, da Constituição Federal.

A alternativa E está incorrecta, pois a existência de discricionariedade administrativa não afasta, por si só, o cabimento do mandado de segurança. O controle judicial incide sobre a legalidade do ato, especialmente quando há abuso de poder ou desvio de finalidade. No caso narrado, o indeferimento genérico, sem motivação adequada e sem observância do contraditório, afasta qualquer margem legítima de discricionariedade.

QUESTÃO 31 - Considere o ciclo orçamentário brasileiro disciplinado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 4.320/1964, pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e pela prática constitucional consolidada no âmbito da União e dos Estados.

A respeito da temporalidade de envio do projeto de lei, da discussão, da aprovação e da vigência do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a afirmativa correta.

- a) O PPA possui vigência coincidente com o mandato do Chefe do Executivo, iniciando-se no primeiro exercício financeiro do mandato e encerrando-se no último, razão pela qual não há sobreposição entre PPAs distintas.**
- b) A LDO possui vigência plurianual implícita, pois orienta não apenas a elaboração da LOA do exercício subsequente, mas também a execução orçamentária do próprio exercício em que é editada, afastando a possibilidade de coexistência de duas LDOs.**
- c) A LOA deve ser enviada e aprovada no mesmo exercício financeiro de sua vigência, não podendo subsistir uma situação em que o orçamento do exercício anterior seja executado provisoriamente, salvo por meio de créditos extraordinários.**
- d) Em determinado período do exercício financeiro, coexistem duas LDOs vigentes: uma que orienta a execução da LOA em curso e outra que estabelece diretrizes para a elaboração da LOA do exercício seguinte, sem que isso configure conflito normativo, dada a sua função distinta no ciclo orçamentário.**
- e) A coexistência de duas LDOs é juridicamente incompatível com o princípio da anualidade orçamentária, pois cada exercício financeiro comporta apenas uma LOA válida, eficaz e vigente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a vigência das Leis Orçamentárias.

A alternativa A está incorrecta. O PPA não coincide integralmente com o mandato do Poder Executivo. Ela inicia-se no segundo ano do mandato do Chefe do Executivo e encerra-se no primeiro ano do mandato seguinte. Observe o que prevê o art. 35, § 2º, inciso I do ADCT: “Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas: I - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa”. Por consequência, há uma sobreposição entre PPAs para garantir a continuidade administrativa.

A alternativa B está incorrecta. A LDO não possui vigência plurianual. Observe o que dispõe o art. 35, §2º, inciso II da ADCT: “o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa”.

A alternativa C está incorrecta. Embora o correto seja a aprovação prévia da LOA, admite-se a execução provisória do orçamento, quando a Lei Orçamentária não é aprovada a tempo. Observe a seguinte publicação do site oficial da Câmara Legislativa: “Caso o PLOA não seja aprovado no final de cada ano, o governo só pode executar as despesas constantes do projeto de lei orçamentária que a LDO autorizar, até que o Projeto de Lei Orçamentária Anual seja aprovado e sancionado”.

A alternativa D está correta. Não há, de fato, qualquer incompatibilidade, pois a LDO vigente serve para orientar a LOA em curso e a nova LDO servirá para estabelecer as diretrizes da próxima Lei Orçamentária - LOA. Observe, ainda, a literalidade do art. 35 da ADCT: § 2º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas: II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa”.

A alternativa E está incorrecta. O princípio da anualidade refere-se à LOA, não havendo qualquer incompatibilidade com a existência de duas LDOs, conforme vimos acima.

QUESTÃO 32. Durante a preparação de um parecer sobre registro de candidaturas para as próximas eleições municipais, um consultor legislativo afirmou que analfabetos e inalistáveis podem se candidatar livremente, desde que preencham os demais requisitos legais, inclusive de apoio político.

A Procuradoria Legislativa foi açãoada para verificar a conformidade dessa interpretação com a Lei Complementar nº 64/1990, que disciplina as hipóteses de inelegibilidade.

Considerando o texto da lei, assinale a afirmativa correta.

- a) São inelegíveis, para qualquer cargo, os analfabetos e os inalistáveis, de modo que não podem ter registro de candidatura.**
- b) A lei permite que analfabetos concorram a cargos eletivos se estiverem alfabetizados no ato da diplomação, desde que não sejam inalistáveis.**
- c) A hipótese de inelegibilidade dos analfabetos não se aplica às eleições municipais, apenas às eleições estaduais e federais.**
- d) Inalistáveis podem concorrer a cargos eletivos desde que justificada a situação de exclusão do alistamento eleitoral.**
- e) A lei considera inelegíveis apenas os analfabetos, não mencionando inalistáveis como causa de inelegibilidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre as hipóteses constitucionais de inelegibilidade, especificamente a inelegibilidade dos analfabetos e dos inalistáveis, previstas diretamente na Constituição Federal, e reproduzidas pela legislação infraconstitucional.

A alternativa A está correta, pois o art. 14, §4º, da Constituição Federal dispõe expressamente que: “§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.” Trata-se de inelegibilidade constitucional direta, aplicável a qualquer cargo eletivo, independentemente da esfera federativa. Assim, analfabetos e inalistáveis não podem obter registro de candidatura, ainda que preencham outros requisitos legais ou possuam apoio político.

A alternativa B está incorrecta, pois a Constituição Federal não admite a candidatura de analfabetos, ainda que estes venham a se alfabetizar posteriormente, inclusive no momento da diplomação. A condição de elegibilidade é aferida no momento do pedido de registro de candidatura, e a vedação constante do art. 14, §4º, da Constituição é objetiva, não comportando flexibilização temporal.

A alternativa C está incorrecta, pois a inelegibilidade dos analfabetos não se restringe a determinadas eleições. O art. 14, §4º, da Constituição Federal não faz qualquer distinção entre eleições municipais, estaduais ou federais, aplicando-se de forma geral e uniforme a todos os cargos eletivos.

A alternativa D está incorrecta, pois os inalistáveis são constitucionalmente inelegíveis, não sendo possível relativizar essa vedação mediante justificativa da situação de exclusão do alistamento eleitoral. A inelegibilidade decorre diretamente da Constituição, em razão da ausência de capacidade eleitoral ativa.

A alternativa E está incorrecta, pois o art. 14, §4º, da Constituição Federal menciona expressamente tanto os inalistáveis quanto os analfabetos como hipóteses de inelegibilidade. A afirmação contraria o texto literal da Constituição e ignora a duplicidade das causas constitucionalmente previstas.

QUESTÃO 33. Acerca da aplicação da simetria em matéria orçamentária, na organização dos Poderes e no controle externo dos Estados-membros, à luz da Constituição da República, especialmente do Art. 2º, do Art. 70 ao 75 e do Art. 165 a 169, e do princípio do sistema de freios e contrapesos, assinale a afirmativa correta.

a) O princípio da simetria impõe aos Estados-membros a reprodução integral do modelo federal de organização dos Poderes e do processo orçamentário, vedada qualquer adaptação normativa decorrente de peculiaridades regionais.

b) Em matéria orçamentária, a simetria autoriza os Estados a ampliarem, por suas Constituições, a iniciativa parlamentar para a proposição de leis orçamentárias, desde que respeitados os princípios gerais da legalidade e da anualidade.

c) No controle externo, o princípio da simetria permite a instituição de hierarquia entre Tribunais de Contas, desde que prevista e justificada pela busca de uniformidade interpretativa.

d) A simetria constitucional exige que os Estados observem os parâmetros federais mínimos quanto à iniciativa, ao processo legislativo orçamentário, à organização dos Poderes e ao controle externo, assegurando autonomia federativa dentro dos limites traçados pela Constituição da República.

e) A aplicação da simetria em matéria de organização dos Poderes autoriza a criação, por Poder Legislativo estadual, de competências típicas do Poder Executivo, desde que haja previsão expressa na Constituição Estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre o princípio da simetria constitucional, especialmente na organização dos Poderes, no processo legislativo orçamentário e no sistema de controle externo dos Estados-membros, à luz da Constituição da República e do modelo federativo brasileiro.

A alternativa A está incorrecta, pois o princípio da simetria não impõe a reprodução integral e mecânica do modelo federal pelos Estados-membros. A Constituição Federal assegura autonomia aos Estados para se auto-organizarem, desde que respeitados os parâmetros constitucionais mínimos. O art. 25 da Constituição Federal dispõe que: “Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.” Assim, a simetria admite adaptações decorrentes de peculiaridades regionais, desde que não haja afronta aos princípios estruturantes do modelo federal.

A alternativa B está incorrecta, pois, em matéria orçamentária, o princípio da simetria não autoriza os Estados a ampliar a iniciativa parlamentar para a proposição de leis orçamentárias além dos limites fixados pela Constituição Federal. Os arts. 165 a 169 da Constituição estabelecem que a iniciativa das leis orçamentárias é, como regra, do Chefe do Poder Executivo, parâmetro que deve ser observado pelos Estados em respeito à separação de Poderes e ao sistema de freios e contrapesos.

A alternativa C está incorrecta, pois o princípio da simetria não autoriza a instituição de hierarquia entre Tribunais de Contas. O modelo constitucional de controle externo, previsto nos arts. 70 a 75 da Constituição Federal, estabelece Tribunais de Contas autônomos, inexistindo relação hierárquica entre o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados. A simetria exige observância do modelo, e não sua distorção.

A alternativa D está correta, pois o princípio da simetria constitucional exige que os Estados-membros observem os parâmetros federais mínimos relativos à iniciativa, ao processo legislativo orçamentário, à organização dos Poderes e ao controle externo, ao mesmo tempo em que preserva a autonomia federativa dentro dos limites traçados pela Constituição da República. Essa compreensão decorre diretamente do art. 25 da Constituição Federal e da lógica do federalismo cooperativo adotado pelo constituinte de 1988.

A alternativa E está incorrecta, pois a simetria constitucional não autoriza a criação de competências típicas de um Poder por outro, ainda que haja previsão na Constituição Estadual. O art. 2º da Constituição Federal consagra a separação de Poderes, que constitui parâmetro obrigatório a ser observado pelos Estados, vedando a usurpação de funções típicas do Poder Executivo pelo Legislativo.

QUESTÃO 34. A Antropologia Cultural destaca que a participação do indivíduo em sua cultura é sempre parcial, uma vez que nenhuma pessoa consegue vivenciar ou dominar todos os elementos culturais existentes em seu meio social. (TLARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 1986, p. 80).

Diante dessa complexidade, a República de Belórion, em processo de elaboração de uma nova Constituição e marcada por uma formação histórica plural, pretende instituir normas constitucionais voltadas à promoção e valorização da cultura nacional.

Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 como paradigma normativo para a Constituição de Belórion, avalie as afirmativas a seguir.

I. Dispor sobre a fixação de datas comemorativas religiosas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

II. Estabelecer um plano nacional de cultura, de duração semestral, com o objetivo de permitir a constante revisão dos valores culturais e dos aportes financeiros destinados ao setor.

III. Proteger os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, inclusive por meio do instituto do tombamento.

Devem obrigatoriamente constar da Constituição de Belórion

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre a proteção constitucional da cultura, a valorização das manifestações culturais e o regime constitucional do patrimônio cultural, tomando a Constituição Federal de 1988 como paradigma normativo para a elaboração de uma nova Constituição.

A afirmativa I está incorrecta, pois a Constituição Federal não impõe a obrigatoriedade de fixação de datas comemorativas religiosas como norma constitucional necessária à promoção da cultura. O art. 215, §2º, da Constituição Federal dispõe que: “§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.” Trata-se de matéria reservada à lei, e não de conteúdo que deva constar obrigatoriamente do texto constitucional, o que afasta a necessidade de sua previsão direta na Constituição de Belórion.

A afirmativa II está incorrecta, pois, embora a Constituição Federal determine a existência de um plano nacional de cultura, não autoriza a fixação de duração semestral nem impõe revisões tão frequentes. O art. 215, §3º, da Constituição Federal estabelece que: “§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro.” Portanto, a previsão de plano semestral contraria expressamente o modelo constitucional brasileiro.

A afirmativa III está correta, pois a Constituição Federal impõe ao Poder Público o dever de proteger o patrimônio cultural brasileiro, abrangendo bens materiais e imateriais, inclusive por meio do instituto do tombamento. O art. 216, §1º, da Constituição Federal dispõe que: “§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” Assim, a proteção de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico constitui conteúdo constitucional obrigatório.

QUESTÃO 35. O Município Alfa celebrou contrato administrativo, sem prévio procedimento licitatório, com uma sociedade empresária privada para a prestação de serviços de publicidade institucional.

O ajuste foi justificado pela Administração sob o argumento genérico de "urgência administrativa", embora inexistassem uma situação emergencial formalmente caracterizada ou devidamente motivada nos autos do procedimento administrativo.

Ao tomar conhecimento da contratação, Phillippe, Vereador de Município e eleitor regularmente inscrito, ajuizou ação popular, sustentando que o ato administrativo era ilegal e lesivo ao patrimônio público, por violar as normas constitucionais e legais de licitação e ocasionar dispêndio indevido de recursos públicos. Na petição inicial, requereu a declaração de nulidade do contrato e a condenação dos agentes públicos e da sociedade empresária contratada ao ressarcimento do erário. Citado, o Município alegou que incumbiria exclusivamente ao autor comprovar de forma cabal o efetivo prejuízo financeiro suportado pelos cofres públicos, sob pena de improcedência da demanda.

A sociedade empresária contratada, por sua vez, sustentou a legitimidade ativa de Phillippe, ao argumento de que ele não demonstrou interesse pessoal direto na controvérsia e que sua condição de parlamentar municipal seria incompatível com o ajuizamento de uma ação popular.

A partir da análise dessa situação hipotética e à luz do ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A ação popular é incabível, pois a condição de Vereador do autor afasta a sua legitimidade ativa, além de ser indispensável a demonstração de interesse jurídico pessoal direto na anulação do contrato.

b) Ação popular é cabível, pois qualquer cidadão possui legitimidade para ajuizá-la, e, demonstrada a plausibilidade da ilegalidade, compete aos réus comprovar a regularidade da contratação e a inexistência de dano ao erário.

c) A ação popular somente poderia ser proposta pelo Ministério Público, cabendo ao cidadão, ainda que seja Vereador, apenas provocar a atuação ministerial por meio de representação.

d) A procedência da ação popular exige que o autor comprove cumulativamente a ilegalidade do ato administrativo e o dano financeiro concreto ao erário, sendo vedada a redistribuição do ônus da prova em desfavor dos réus.

e) Os legitimados da ação civil pública podem ajuizar ação popular quando o objeto da demanda for concorrente, permitindo, no caso concreto, ao Ministério Público ser autor originário da ação popular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre os legitimados para a propositura da Ação Popular.

A alternativa A está incorrecta. A ação popular não é exclusiva do cidadão comum, nem é incompatível com o mandato do Vereador, bem como não dispensa automaticamente a demonstração mínima do interesse jurídico. A literalidade da Lei. 4.717/65 prevê, em seu art. 1º que: “qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, [...].”

A alternativa B está correta. Como visto acima, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular. No mais, a Lei 4.717 prevê que a ação seguirá o procedimento ordinário, previsto no Código Civil. Observe a literalidade do art. 7º da Lei: Art. 7º A ação obedecerá ao procedimento ordinário, previsto no Código de Processo Civil, observadas as seguintes normas modificativas: I - Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: b) a requisição, às entidades indicadas na petição inicial, dos documentos que tiverem sido referidos pelo autor (art. 1º, § 6º), bem como a de outros que se lhe afigurem necessários ao esclarecimento dos fatos, ficando prazos de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias para o atendimento”.

A alternativa C está incorrecta. A propositura da ACP não é de legitimidade exclusiva do Ministério Público; o MP atua como fiscal da ordem jurídica (custus legis), conforme art. 6, §4º da Lei 4.717/65: “A ação obedecerá ao procedimento ordinário, previsto no Código de Processo Civil”.

A alternativa D está incorrecta. Na verdade, há a mitigação do ônus probatório do autor e não se exige prova cabal do dano desde logo. No mais, o art. 7º da Lei 4.717/65 prevê que: “A ação obedecerá ao procedimento ordinário, previsto no Código de Processo Civil”.

A alternativa E está incorrecta. Como visto acima, o cidadão é parte legítima para propor a ação. No mais, o art. 6 da Lei da ação popular prevê que: “§ 4º O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores”.

QUESTÃO 36. Júlio ajuizou demanda perante a comarca de Cantagalo, RJ, em face de Cláudio, objetivando a resolução do contrato de promessa de compra e venda de Imóvel urbano, formalizado por instrumento particular, no qual se estipulou uma cláusula expressa de

arrependimento, com previsão, na hipótese de desistência imotivada, da restituição em dobro das quantias adimplidas a título de arras. O contrato tinha por finalidade regular o pagamento das arras, como etapa preliminar da negociação para a futura aquisição do imóvel, não tendo sido levado a registro. O imóvel objeto da avença está situado no Município de Guapimirim, RJ, enquanto Júlio é domiciliado em Teresópolis, RJ, e Cláudio em Cantagalo, RJ. Citado, Cláudio arguiu a incompetência territorial, sustentando que a demanda deveria tramitar necessariamente no foro da situação do imóvel, por se tratar de competência absoluta.

Considerando as regras de competência previstas no Código Processo Civil, assinale a afirmativa correta

- a) A competência é do foro da situação do imóvel, pois toda ação relacionada à promessa de compra e venda de imóvel envolve direito real, atraindo a competência absoluta.**
- b) A competência é do foro da situação do imóvel, pois a controvérsia acerca das arras estaria intrinsecamente vinculada ao direito de propriedade e afastar**
- c) A competência pode ser do foro do domicílio do réu, pois a demanda possui natureza obrigacional e não recai sobre a direito real imobiliário, sendo inaplicável a regra do foro da situação da coisa.**
- d) A competência é do foro do domicílio do autor, por se tratar de ação de natureza pessoal, voltada à restituição de valores pagos a título de arras penitenciais em contrato preliminar.**
- e) A promessa de compra e venda tem natureza de direito real de aquisição, cabendo ao autor optar pelo seu domicílio ou do local da coisa, sendo vedado o ajuizamento no domicílio do réu.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre competência.

A alternativa C está correta. A priori, ação de resolução de compromisso de compra e venda é pessoal, tendo como regra geral o domicílio do réu. Já ação exclusiva de reintegração de posse entra na regra de competência absoluta do artigo 47, de foro da situação do imóvel. No caso de cumulação, entende-se que a reintegração é uma consequência automática da resolução do compromisso de compra e venda, motivo pelo qual o direito em jogo será considerado pessoal e a competência será do foro de domicílio do réu ou até mesmo o foro de eleição estipulado no contrato. A saber: “Art. 47. Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa. § 1º O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova. § 2º A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.” No caso da questão, não houve esse pleito de reintegração ou adjudicação. Tratou-se apenas de demanda de direito pessoal. Portanto, competência relativa. A propósito, eis o raciocínio firmado por esta Terceira Turma: “[...] versando a relação jurídica subjacente sobre direitos pessoais, e não reais, decorrentes de contrato de compra e venda de imóvel, não haveria que se falar em competência absoluta, mas relativa” (AgInt no REsp 1.750.435/DF, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 19/11/2018, DJe 22/11/2018). Nesse mesmo sentido: AgRg nos EDcl no Ag 1.192.342/MG, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 2/9/2014, DJe 16/9/2014; CC

111.572/SC, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 9/4/2014, DJe 15/4/2014 e REsp 65.806/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 15/8/2000, DJ 20/11/2000, p. 284.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 37. Ricardo, escritor de renome, celebrou contrato com determinada editora autorizando, de forma ampla e irrevogável, o uso de seu nome, imagem e trechos de sua vida privada em campanhas publicitárias e obras biográficas, inclusive após a sua morte, renunciando expressamente a qualquer pretensão futura de impedir tais utilizações.

Anos depois, ainda em vida, Ricardo passou a se sentir exposto negativamente, pois a editora passou a utilizar sua imagem e relatos íntimos em material promocional de cunho comercial, afetando a sua honra e respeitabilidade. Mesmo assim, a editora sustentou a validade irrestrita do contrato, afirmando que Ricardo teria renunciado voluntariamente aos direitos da personalidade.

A partir da análise dessa situação hipotética e à luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) Os direitos da personalidade perdem a sua proteção jurídica quando exercidos de forma incompatível com contratos regularmente celebrados, prevalecendo a autonomia da vontade.
- b) A autorização contratual válida implica a renúncia definitiva aos direitos da personalidade, impedindo Ricardo de questionar judicialmente o uso de sua Imagem e de sua vida privada.
- c) Os direitos da personalidade podem ser livremente renunciados quando envolverem interesses patrimoniais, especialmente em contratos firmados com finalidade econômica.
- d) A utilização da imagem e do nome de Ricardo para fins comerciais é lícita independentemente de autorização, desde que não haja Intenção difamatória por parte da editora.
- e) Os direitos da personalidade são, em regra, inalienáveis, imprescritíveis e irrenunciáveis, sendo inválida a renúncia ampla e definitiva ao seu exercício, podendo Ricardo exigir a cessação da lesão e uma eventual indenização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou dos direitos da personalidade.

A alternativa A está incorrecta. A autonomia da vontade, embora seja um princípio fundamental do direito contratual, não é absoluta. Ela encontra limites nos direitos da personalidade, que são considerados cláusulas pétreas da dignidade humana. Um contrato, mesmo que regularmente celebrado, não pode validar um ato que se torne lesivo à honra, à imagem ou à vida privada de uma pessoa, nos termos do art. 11 do Código Civil (vide transcrição na alternativa E).

A alternativa B está incorrecta. A premissa de que uma autorização contratual, mesmo que ampla, possa gerar uma "renúncia definitiva" que impeça o titular de questionar um uso lesivo é juridicamente

inválida. Primeiramente, a renúncia aos direitos da personalidade é vedada por lei (Art. 11 do CC/2002, vide transcrição na alternativa E). Em segundo lugar, e de forma crucial, a lei assegura expressamente que o titular do direito pode exigir em juízo a cessação de qualquer ameaça ou lesão. Portanto, o contrato não pode criar um impedimento ao exercício do direito de ação para proteger a própria dignidade (Art. 12 do CC/2002, vide transcrição na alternativa E).

A alternativa C está incorrecta. A natureza patrimonial ou a finalidade econômica de um contrato não altera a característica fundamental da irrenunciabilidade dos direitos da personalidade. A lei não abre exceção para que esses direitos sejam "livremente renunciados" em troca de uma vantagem financeira, nos termos do art. 11 do CC/2002, já transcrito acima.

A alternativa D está incorrecta. O uso do nome ou da imagem de alguém para fins comerciais exige, como regra, autorização prévia e expressa. A ausência de intenção difamatória não torna o ato lícito. A simples exploração comercial sem consentimento já caracteriza o ato ilícito e gera o dever de indenizar. Veja a literalidade do CC/2002: "Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial".

A alternativa E está correta. Esta afirmativa descreve perfeitamente o regime jurídico dos direitos da personalidade no Brasil. Eles são intransmissíveis e irrenunciáveis (Art. 11), e qualquer limitação voluntária a seu exercício é vista com ressalvas. Diante de uma lesão ou ameaça de lesão, o titular do direito pode exigir judicialmente que ela cesse e, adicionalmente, pleitear uma indenização por perdas e danos. A renúncia ampla e genérica feita por Ricardo é, portanto, inválida. Veja a literalidade do CC/2002: "Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária. Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei".

QUESTÃO 38. No ano anterior, o Estado Alfa foi condenado, por sentenças judiciais transitadas em Julgado, ao pagamento de diversos precatórios, oriundos de demandas autônomas e de naturezas Jurídicas distintas. Dentre os créditos regularmente apresentados, destacam-se

I. o crédito reconhecido em favor de Maria Vitória, servidora pública aposentada, atualmente com 72 anos de idade, consistente na restituição de IPVA indevidamente recolhido sobre veículo de sua propriedade;

II. o crédito devido a Fabiano Ramos, com 59 anos de idade, decorrente de desapropriação indireta, reconhecido judicialmente;

III. a indenização por danos morais e materiais decorrentes de responsabilidade civil do Estado pela morte de Madalena, cuja titularidade foi transmitida, por sucessão hereditária, a seu filho Graciliano, atualmente com 22 anos de Idade;

IV. o crédito de natureza trabalhista, devido a Paulo Honório, ocupante de emprego público, com 45 anos de idade.

Considerando a disciplina constitucional dos precatórios, assinale a afirmativa correta.

- a) Apenas os créditos descritos nos itens III e IV possuem natureza alimentícia, sendo que nenhum deles se submete à preferência qualificada decorrente do fator idade.**
- b) O crédito do item I, por possuir natureza tributária, pode ser qualificado como alimentar, visto que é titularizado por pessoa idosa, tendo a preferência qualificada decorrente do fator idade.**
- c) Os créditos dos itens III e IV possuem natureza alimentícia, porém somente o crédito trabalhista admite preferência constitucional qualificada, sendo vedada a sua extensão a créditos indenizatórios transmitidos por sucessão.**
- d) Os créditos dos itens III e IV possuem natureza alimentícia, sendo que apenas o crédito do item III goza de preferência constitucional qualificada, por decorrer de Indenização por morte.**
- e) Os créditos alimentícios gozam de prioridade em relação aos demais precatórios, quando advindos de decisões judiciais promovidas por Incapazes ou idosos em situação de vulnerabilidade social.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre precatórios.

A alternativa A está correta. A regra é seguir exclusivamente a ordem cronológica de apresentação dos precatórios: “Art. 100, § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, OU sejam portadores de doença grave, OU pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. (EC nº 94, de 2016). Assim, atualmente, paga-se na seguinte ordem: “a) créditos alimentares de idosos, portadores de doenças graves ou pessoas com deficiência (art. 100, § 2º – fila da supreferredência) cujo precatório não supere o montante de 3 vezes o limite do RPV (que irá variar a depender do ente pagador).” Se o montante a receber estiver dentro do limite do RPV, recebe por RPV. Se ultrapassar, recebe por precatório. E se o valor do precatório for maior (v.g. 300 salários mínimos em face da União), o idoso, portador de doença grave ou deficiente irá receber o limite (3 vezes o valor do RPV – 60 SM = 180 salários mínimos) e o restante (120 salários mínimos) será recebido na “fila comum”. “b) créditos alimentares de pessoas não idosas, não portadoras de doenças graves e não portadoras de deficiência (art. 100, § 1º – fila da preferência);” Quais são esses créditos de natureza alimentar? Art. 100, § 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes da relação laboral ou previdenciária, independentemente da sua natureza tributária, inclusive os oriundos de repetição de indébito incidente sobre remuneração ou proventos de aposentadoria, bem como indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 2025)” No RE n. 470.407/DF (2006), o STF decidiu que o rol do art. 100, § 1º é exemplificativo, de modo que os honorários advocatícios podem entrar como débitos alimentares para fins de preferência, posição essa que se coaduna com a atual redação do art. 85, § 14, CPC. Em 2023, o STJ também decidiu que o art. 100, § 1º, traz um rol exemplificativo e salientou que a definição da natureza alimentar se encontra vinculada à destinação precípua de subsistência do credor e de sua

família. No caso concreto, tratava-se de crédito oriundo de indenização devida pelo Estado da Bahia em virtude da demora na concessão da aposentadoria do impetrante, não tendo sido considerado pelo STJ como precatório alimentar. A mudança na redação do art. 100, §1º pela EC136/25 não altera esse posicionamento. Conforme o CNJ: Os precatórios podem ter natureza alimentar – quando decorrerem de ações judiciais relacionadas a salários, pensões, aposentadorias ou indenizações – ou não alimentar, quando tratam de outros temas, como desapropriações e tributos. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/precatorios>.

A alternativa B está incorrecta. Como vimos, apenas os itens III (indenização por morte) e IV (trabalhista) são alimentares conforme o rol do §1º do Art. 100. Como nenhum dos titulares desses dois créditos possui 60 anos ou mais, nenhum deles entra na fila da "preferência qualificada" (a superpreferência do §2º).

A alternativa C está incorrecta. O erro é classificar a restituição de IPVA como alimentar. Impostos pagos sobre patrimônio (carro, casa) não possuem natureza de subsistência. A idade de Maria Vitória não "converte" um débito comum em alimentar; a idade avançada apenas gera preferência qualificada (superpreferência) se o crédito já for, por sua origem, de natureza alimentícia. Como o IPVA é um crédito comum, ele segue a ordem cronológica geral.

A alternativa D está incorrecta. A natureza alimentar se estende a indenizações por morte e invalidez. Além disso, a preferência para idosos/doentes graves se aplica tanto ao titular originário quanto aos sucessores hereditários (Art. 100, §2º), desde que o sucessor preencha o requisito (o que não é o caso de Graciliano, que é jovem).

A alternativa E está incorrecta. Não há distinção de "hierarquia" entre indenização por morte e crédito trabalhista para fins de classificação como alimentar; ambos estão no mesmo patamar do §1º.

QUESTÃO 39. Carlos e Roberto celebraram um contrato intitulado "doação", por meio do qual Carlos transferiu determinado Imóvel a Roberto, impondo-lhe como contrapartida a obrigação de prestar serviços pessoais contínuos ao doador pelo prazo de 10 anos. Posteriormente, diante de conflito entre as partes, Carlos ajuizou ação visando à declaração de nulidade do negócio, sustentando que a avença violaria a norma legal que veda a doação onerosa com prestação de serviços pessoais.

No curso do processo, Roberto alegou que, ainda que reconhecida a nulidade da doação, o negócio deveria subsistir como outro negócio jurídico válido, pois conteria os requisitos de uma cessão onerosa de direitos, compatível com a finalidade econômica efetivamente perseguida pelas partes.

A partir da análise dessa situação hipotética e à luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) Reconhecida a nulidade do negócio jurídico, é vedada qualquer forma de aproveitamento do ato, sendo inaplicável a conversão, pois o negócio nulo não admite confirmação nem convalesce pelo tempo.

b) Ainda que o negócio jurídico seja nulo, é possível a sua conversão em outro negócio válido, desde que presentes os requisitos deste e que se possa presumir que as partes o teriam querido, se tivessem previsto a nulidade.

c) A conversão do negócio jurídico pressupõe a manifestação posterior e expressa de vontade das partes, pois se trata de uma forma de confirmação do negócio nulo.

d) A conversão somente é admissível quando o negócio jurídico for anulável, sendo juridicamente impossível a sua aplicação a negócios nulos.

e) A conversão depende exclusivamente da equivalência econômica entre o negócio nulo e o negócio resultante, sendo irrelevante a finalidade visada pelas partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da invalidade do negócio jurídico.

A alternativa A está incorrecta. Embora seja verdade que o negócio nulo não admite confirmação e não convalesce pelo decurso do tempo (Art. 169 do CC/2002), o ordenamento jurídico prevê uma forma de aproveitamento do ato por meio do instituto da conversão. A conversão não é uma confirmação do negócio nulo, mas sim a sua transformação em outro negócio válido, salvaguardando a intenção das partes, nos termos do art. 170 do Código Civil (vide transcrição na alternativa B).

A alternativa B está correta. Ela descreve com exatidão o instituto da conversão substancial do negócio jurídico, previsto no Código Civil. Para que a conversão ocorra, são necessários dois requisitos: 1) Requisito Objetivo: o negócio nulo deve conter os elementos essenciais (forma e substância) de outro negócio jurídico válido; 2) Requisito Subjetivo: o juiz deve poder presumir, com base na finalidade do negócio, que as partes teriam celebrado o segundo negócio (o válido) se soubessem da nulidade do primeiro. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 170. Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade".

A alternativa C está incorrecta. A conversão não exige uma nova manifestação de vontade das partes. Ela opera por força de lei, a partir da análise do negócio original pelo juiz, que presume a vontade hipotética das partes no momento da celebração (art. 170 do CC/2002, vide transcrição na alternativa B). Além disso, a conversão não se confunde com a confirmação, que é um ato posterior das partes para sanar um vício de um negócio anulável (e não nulo), conforme o Art. 172 do Código Civil: "Art. 172. O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro".

A alternativa D está incorrecta. A afirmação é o exato oposto do que dispõe a lei. O instituto da conversão foi criado especificamente para aproveitar os elementos de um negócio jurídico nulo, transformando-o em outro negócio válido (art. 170 do CC/2002, vide transcrição na alternativa B). Para os negócios anuláveis, o instituto aplicável para sanar o vício é a confirmação ou a convalidação.

A alternativa E está incorrecta. A equivalência econômica pode ser um dos elementos a serem considerados, mas não é o único nem o principal requisito. O critério fundamental para a conversão é a finalidade visada pelas partes e a presunção de que elas teriam optado pelo negócio válido se soubessem

da nulidade. A vontade hipotética das partes é, portanto, um elemento central e indispensável para a aplicação do instituto (art. 170 do CC/2002, vide transcrição na alternativa B).

QUESTÃO 40. André e Renata participaram de concurso público promovido pelo Município Beta, regido por edital que previa critérios objetivos e previamente estabelecidos para a correção das provas discursivas. Após a divulgação do resultado final dessa etapa, ambos foram eliminados em decorrência do fundamento genérico de "Insuficiência técnica, sem a Indicação individualizada dos critérios ou das razões concretas da reprovação.

Até a fase das provas discursivas, Renata ocupava o primeiro lugar na classificação geral, enquanto André figurava em segundo lugar, de modo que, com a eliminação de ambos, não houve candidato aprovado no certame, o qual não chegou a ser homologado. Inconformado, André, no prazo de 60 dias, contado da ciência do resultado, impetrou mandado de segurança Individual, alegando a violação ao direito líquido e certo. Renata, embora igualmente prejudicada, optou por interpor recurso administrativo, ao qual a legislação municipal atribui efeito suspensivo automático, ainda pendente de julgamento.

Diante desse contexto, o advogado de André informou-lhe a possibilidade de impetrar mandado de segurança em favor de Renata, com fundamento na legislação aplicável.

A partir da análise dessa situação hipotética e à luz do ordenamento Jurídico brasileiro, especialmente da Lei nº 12.016/2009, assinale a afirmativa correta.

- a) André pode impetrar mandado de segurança em favor de Renata, desde que o faça no prazo de 30 dias, contado da notificação judicial, sendo Irrelevante a existência de recurso administrativo com efeito suspensivo.
- b) O mandado de segurança em favor de Renata é incabível, pois a existência de recurso administrativo dotado de efeito suspensivo impede a concessão da segurança.
- c) André poderá Impetrar mandado de segurança em favor de Renata apenas após o julgamento definitivo do recurso administrativo, hipótese em que se reabrirá o prazo decadencial de 90 dias para a impetração.
- d) André pode impetrar mandado de segurança em favor de Renata, ainda que exista recurso administrativo com efeito suspensivo, desde que demonstrada a relevância do direito e o risco de perecimento da pretensão.
- e) No mandado de segurança individual, admite-se a legitimação extraordinária do Ministério Público, não se estendendo tal possibilidade a terceiro interessado, sendo certo que o efeito suspensivo do recurso administrativo não obsta o ajuizamento do writ.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o efeito suspensivo do mandado de segurança.

A alternativa A está incorrecta. A alternativa peca por ignorar o obstáculo processual do recurso administrativo com efeito suspensivo.

A alternativa B está correta. Seria até possível a legitimação extraordinária (letra A), conforme Art. 3º da LMS. Confira: “Art. 3º. O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.” Todavia, é letra B porque havia recurso administrativo com efeito suspensivo. Vejamos: “ LMS, Art. 5º - Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;”

A alternativa C está incorrecta. O prazo decadencial para impetrar Mandado de Segurança é de 120 dias (Art. 23 da LMS), e não 90 dias. A saber: “Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.”

A alternativa D está incorrecta. No entanto, se o MS é incabível por força do Art. 5º (devido ao recurso com efeito suspensivo), o juiz sequer analisará esses requisitos, extinguindo o processo sem resolução de mérito. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorrecta. A legitimação extraordinária mencionada no Art. 3º da LMS é justamente para o terceiro interessado (como o André no caso da Renata). O erro fatal é dizer que o efeito suspensivo não obsta o ajuizamento, o que contraria frontalmente o Art. 5º. Veja o comentário da alternativa B.

QUESTÃO 41. Em ação Judicial envolvendo relação jurídica complexa de natureza civil, o réu sustenta, em sua contestação, que não poderia ser responsabilizado por determinada conduta, uma vez que desconhecia a existência da lei aplicável à época dos fatos. Alega, ainda, que a legislação então vigente não disciplinava expressamente a situação concreta, motivo pelo qual o Magistrado deveria se abster de decidir, sob pena de violação do princípio da legalidade.

Subsidiariamente, afirma que a superveniência de lei posterior, mais alinhada aos fins sociais e às exigências do bem comum, deveria incidir sobre a relação jurídica discutida, atingindo inclusive os efeitos de atos praticados sob a égide da lei anterior e afastando o entendimento firmado em decisão judicial já proferida no processo.

À assinale luz da a afirmativa Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, correta.

a) O desconhecimento da lei não afasta a sua obrigatoriedade, a omissão normativa não autoriza o Juiz a deixar de decidir, e a lei nova possui efeito imediato e geral, desde que respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

b) O desconhecimento quanto da lei pode afastar a sua aplicação comprovada a boa-fé, a omissão legislativa autoriza o Juiz decidir discricionariamente, e a lei nova pode atingir situações jurídicas consolidadas.

c) A lei nova pode retroagir sempre que atender aos fins sociais e ao bem comum, ainda que venha a alcançar atos jurídicos perfeitos, direitos adquiridos e decisões transitadas em julgado.

d) Na hipótese de lacuna normativa, o Juiz deve se abster de decidir até que o legislador regulamente a matéria, sendo vedada a utilização da analogia, dos costumes ou dos princípios gerais do direito.

e) A superveniência de lei posterior autoriza a revisão automática de decisões judiciais definitivas, sempre que o novo diploma legal estabelecer disciplina jurídica diversa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou da LINDB.

A alternativa A está correta. Ela resume com precisão três pilares fundamentais da LINDB. Primeiro, o princípio da obrigatoriedade da lei, segundo o qual ninguém pode se escusar de cumpri-la alegando que não a conhece. Segundo, o princípio da inescusabilidade da jurisdição, que obriga o juiz a decidir mesmo em caso de lacuna na lei. Terceiro, o princípio da irretroatividade da lei, que estabelece que a lei nova se aplica aos fatos futuros, mas não pode prejudicar situações já consolidadas, como o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Veja a literalidade da lei: "Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece. Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada".

A alternativa B está incorreta. Ela contém três erros fundamentais. Primeiro, o desconhecimento da lei é inescusável, conforme o Art. 3º da LINDB, e a boa-fé não é uma exceção a essa regra. Segundo, em caso de omissão, o juiz não decide de forma puramente discricionária, mas sim utilizando métodos de integração previstos em lei. Terceiro, a lei nova não pode, como regra, atingir situações jurídicas consolidadas, pois deve respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Vide transcrição dos artigos 3, 4 e 6 da LINDB, na alternativa anterior.

A alternativa C está incorreta. A busca pelos fins sociais e pelo bem comum é um critério para a aplicação da lei (Art. 5º da LINDB), mas não uma autorização para que ela retroaja de forma a prejudicar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. A proteção a essas situações consolidadas é um princípio constitucional e legal que visa garantir a segurança jurídica (art. 6 da LINDB, vide transcrição na alternativa A).

A alternativa D está incorreta. Ela descreve o exato oposto do que determina a lei. O juiz é proibido de se abster de julgar sob a alegação de lacuna ou obscuridade da lei. Para preencher essa lacuna, ele deve obrigatoriamente recorrer aos mecanismos de integração previstos no Art. 4º da LINDB (vide transcrição na alternativa A).

A alternativa E está incorreta. Uma decisão judicial definitiva, sobre a qual não cabe mais recurso, constitui "coisa julgada". A coisa julgada é expressamente protegida pela LINDB e pela Constituição Federal como um pilar da segurança jurídica. Uma lei nova não pode retroagir para alterar uma decisão judicial que já transitou em julgado. Veja a literalidade da LINDB: "Art. 6º § 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso".

QUESTÃO 42. O Estado Beta é proprietário de determinado imóvel urbano que, por mais de 20 anos, foi utilizado como escola pública estadual, caracterizando-se como bem público de uso especial. Em razão da reorganização da rede de ensino, o prédio foi desativado, permanecendo fechado por longo período, sem qualquer utilização administrativa.

Posteriormente, por lei estadual específica, o imóvel foi formalmente desafetado, passando a integrar o patrimônio disponível do Estado. Após a desafetação, o imóvel foi ocupado por particulares que nele exerceram posse contínua, mansa e pacífica por mais de 15 anos, alegando que, por não mais atender à finalidade pública, o bem teria se tornado suscetível à usucapião. Paralelamente, o Estado manifestou interesse em alienar o imóvel, a fim de viabilizar recursos para outras políticas públicas.

A partir da análise dessa situação hipotética à luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A desafetação formal do bem público torna possível a sua usucapião, desde que seja comprovada posse prolongada e sejam preenchidos os requisitos legais da prescrição aquisitiva.
- b) A desafetação fática do imóvel descaracteriza sua natureza pública, convertendo-o automaticamente em bem particular, o que autoriza tanto a sua alienação quanto a sua aquisição por usucapião.
- c) A desafetação do imóvel retira a sua inalienabilidade, permitindo a sua alienação mediante observância das exigências legais, mas não o torna suscetível à usucapião, pois os bens públicos permanecem imprescritíveis.
- d) O imóvel somente poderá ser alienado após ser reconhecida judicialmente a aquisição da propriedade pelos ocupantes, em razão da posse exercida após a desafetação.
- e) A desafetação do bem público afasta simultaneamente a sua inalienabilidade e a sua imprescritibilidade, permitindo tanto a alienação quanto a usucapião do imóvel.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou dos bens públicos.

Para resolver esta questão, vamos precisar da inteligência do Código Civil: “Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. Art. 99. São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado. Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei. Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião”.

A alternativa A está incorrecta. A desafetação de um bem público o transforma em bem dominical, que é a categoria de bens públicos alienáveis. No entanto, a jurisprudência majoritária e a legislação são firmes em estabelecer que todos os bens públicos, independentemente de sua categoria, são imprescritíveis, ou seja, não podem ser adquiridos por usucapião.

A alternativa B está incorrecta. A desafetação de bem público exige manifestação formal da Administração Pública, seja por lei específica ou ato administrativo competente, sendo incabível presumir sua ocorrência com base apenas em abandono, desuso ou ocupação prolongada por particulares. Além disso, mesmo que formalmente desafetado, o bem não se converte em "bem particular"; ele passa à categoria de bem público dominical, mantendo a característica da imprescritibilidade.

A alternativa C está correta. A desafetação é o ato pelo qual um bem público deixa de ter uma destinação pública específica (uso comum ou uso especial) e passa a integrar o patrimônio disponível do Estado como bem dominical. Esse ato retira a característica da inalienabilidade, permitindo que o bem seja vendido, mas não afeta a sua imprescritibilidade. A vedação à usucapião de bens públicos é absoluta e abrange todas as suas categorias.

A alternativa D está incorrecta. A premissa da alternativa é falha, pois, como visto, não é possível a aquisição de propriedade de bem público por usucapião, mesmo após a desafetação. A posse exercida por particulares sobre bem público é considerada mera detenção, não gerando direito à aquisição da propriedade. Portanto, a alienação pelo Estado não depende de qualquer reconhecimento de direito dos ocupantes.

A alternativa E está incorrecta. A desafetação afeta apenas a característica da inalienabilidade, tornando o bem público dominical passível de alienação. Contudo, a imprescritibilidade é uma característica que permanece intacta, independentemente da categoria do bem público. A vedação à usucapião é uma regra absoluta que não é alterada pela desafetação.

QUESTÃO 43. Um Procurador Legislativo, no exercício de suas funções, exigiu de um empresário o pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para não emitir um parecer desfavorável em um processo de licitação. O empresário, temendo ser prejudicado no certame, efetuou o pagamento.

A conduta do Procurador Legislativo configura o crime de

- a) Corrupção passiva (Art. 317 do CP).**
- b) Concussão (Art. 316 do CP).**
- c) Excesso de exação (Art. 316, §1º, do CP).**
- d) Prevaricação (Art. 319 do CP).**
- e) Corrupção ativa (Art. 333 do CP).**

Comentários

A alternativa A está incorrecta. O crime de corrupção passiva é crime formal que se configura com a mera solicitação ou recebimento, para si ou para outrem, de vantagem indevida ou aceita promessa de tal vantagem. No caso, o funcionário público exigiu, portanto, configura crime de concussão e não de corrupção passiva. CP: “Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem”.

A alternativa B está correta. O Procurador Legislativo exigiu vantagem indevida para o empresário, portanto, configura o crime de concussão. É a previsão expressa do art. 316 do Código Penal: “Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”.

A alternativa C está incorrecta. Não se trata se excesso de exação, uma vez que não houve exigência de tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido. O Procurador exigiu vantagem indevida para deixar de emitir parecer desfavorável. CP: “§ 1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza”.

A alternativa D está incorrecta. Aqui houve exigência de vantagem indevida (que configura o crime de concussão). Não houve intuito se deixar de praticar o ato para satisfazer interesse ou sentimento pessoal do Procurador. CP: “Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”.

A alternativa E está incorrecta. A corrupção ativa apenas se configura quando o particular oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público. No caso concreto, ocorreu exigência (que atrai a concussão) pelo funcionário público ao particular. CP: “Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício”.

QUESTÃO 44. Paulinho Tatá foi eleito Deputado Estadual, tendo sido proclamado o resultado das eleições em outubro de 2022, antes, portanto, de sua diplomação, ocorrida apenas em dezembro do mesmo ano.

Nesse intervalo entre o resultado eleitoral e a diplomação, Paulinho Tatá foi procurado por representante de determinada sociedade empresarial privada, que lhe ofereceu vantagem indevida para que, quando no exercício do mandato parlamentar, viesse a praticar atos de sua competência em benefício dos interesses econômicos da sociedade empresária junto à Administração Pública Estadual.

Na ocasião, Paulinho Tatá permaneceu em silêncio, não tendo solicitado, recusado ou aceitado expressamente a oferta.

Já no curso do mandato, após regularmente diplomado e empossado, Paulinho Tatá procurou a sociedade empresária, aceitou a vantagem anteriormente oferecida, passou a praticar atos

típicos da função parlamentar em benefício da sociedade e posteriormente, recebeu a vantagem indevida, ainda durante o exercício do mandato.

Os fatos foram investigados e, ainda durante o mandato, antes do recebimento da denúncia, Paulinho Tatá confessou formal e circunstancialmente os fatos e manifestou interesse em celebrar o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), O Ministério Público ofereceu uma proposta.

À luz do Art. 317 do Código Penal, do Art. 28-A do Código de Processo Penal e do entendimento atual do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o foro por prerrogativa de função, assinale a afirmativa correta.

a) A competência para apreciar e homologar o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é do Juízo de Primeiro Grau, pois a oferta da vantagem ocorreu antes da diplomação, Inexistindo crime funcional praticado durante o mandato. (B) A

b) A competência para apreciar e homologar o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é do Tribunal de Justiça, pois a aceitação da vantagem indevida e a prática das funcionais ocorreram durante o exercício do mandato, sendo admissível a celebração do ANPP.

c) A competência deve ser cindida, cabendo ao juízo singular apurar o crime de corrupção passiva relativo à oferta da vantagem e ao Tribunal de Justiça a aceitação e o recebimento da vantagem.

d) O ANPP é incabível, pois a aceitação de vantagem indevida por parlamentar em exercício gera, necessariamente, efeitos políticos incompatíveis com a Justiça penal consensual.

e) Não se configura o crime de corrupção passiva, pois a ausência de solicitação expressa descaracteriza tipicidade da conduta frente ao Art. 317 do Código Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Acordo de Não Persecução Penal.

A alternativa A está incorrecta. O foro por prerrogativa de função, ou foro privilegiado, aplica-se no Brasil a crimes comuns cometidos por autoridades durante o exercício do cargo e em razão das funções desempenhadas, conforme consolidado pelo STF (AP 937 QO/RJ, rel. Min. Roberto Barroso, julgamento em 2 e 3.5.2018. (AP-937)

A alternativa B está correta. Como o crime foi cometido no exercício do mandato e em razão dele, a competência é do Tribunal de Justiça (para Deputados Estaduais). o ANPP possui previsão no art. 28-A do CPP: "Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Pùblico poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprevação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]"". Nestes termos, Acordo de Não Persecução Penal é perfeitamente cabível para o crime de corrupção passiva: "Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela,

vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.”

A alternativa C está incorrecta. Não se cinde a competência de um mesmo crime praticado pelo parlamentar sob foro; o Tribunal julga o fato em sua integralidade.

A alternativa D está incorrecta. Não existe vedação legal ao ANPP baseada em "efeitos políticos incompatíveis".

A alternativa E está incorrecta. Paulinho aceitou a promessa e recebeu a vantagem. A conduta é perfeitamente típica (art. 317, CP), mesmo que ele não tenha tomado a iniciativa de "solicitar".

QUESTÃO 45. Um Deputado Estadual é réu em uma única ação penal que apura dois crimes distintos. O primeiro, de prevaricação (Art. 319 da Código Penal), teria sido praticada antes de sua diplomação. O segundo, de concussão (Art. 316 do Código Penal), acorreu já no exercício do mandato parlamentar.

Após o recebimento de denúncia pela Tribunal do Justiça, Assembleia Legislativa, por iniciativa de um partido político e pelo voto da maioria de seus membros, deliberou sobre a sustação de andamento da ação penal.

Considerando a situação hipotética e o entendimento consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre os efeitos da decisão da Assembleia Legislativa, assinale a afirmativa correta,

- a) A ação penal será integralmente suspensa, bem como o prazo prescricional para ambos os crimes, pois a prerrogativa da sustação, uma vez aprovada, abrange todos os delitos imputados ao parlamentar no mesmo processo.
- b) A deliberação da Assembleia Legislativa é inconstitucional e não produzirá efeitos, pois a imunidade processual não se aplica a crimes contra a Administração Pública, dada a natureza do bem jurídico tutelado.
- c) A ação penal será parcialmente suspensa. O processo ficará suspenso, assim como a prescrição, apenas em relação do crime de prevaricação, praticado antes da diplomação. A ação prosseguirá normalmente quanto ao crime de concussão, cometido durante o mandato.
- d) A ação penal será parcialmente suspensa. O processo ficará suspenso, assim como a prescrição, apenas em relação ao crime de concussão, praticado após a diplomação. A ação prosseguirá normalmente quanto ao crime de prevaricação, cometido antes da diplomação.
- e) A ação penal prosseguirá normalmente em relação a ambos os crimes, pois a prerrogativa de sustação do processo pela casa legislativa não se estende aos Deputados Estaduais, aplicando-se apenas aos membros do Congresso Nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre imunidade parlamentar.

A alternativa D está correta. O processo e a prescrição ficam suspensos (sobreestados). Isso ocorre porque, após diplomado, o parlamentar possui imunidade formal/processual quanto a crimes relacionados ao exercício do mandato (ou posteriores a ele), exigindo, em alguns casos, autorização da casa legislativa ou o fim do mandato para prosseguir. Nos termos da jurisprudência do STF “O § 3º do artigo 53 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 20 de dezembro de 2001, estabelece que somente as ações penais instauradas contra Parlamentares, por infrações praticadas após a diplomação, poderão ser suspensas pela sua Casa Legislativa. (...) Incidência do §3º do artigo 53 da Constituição Federal somente em relação aos crimes praticados após a diplomação. Em relação aos crimes praticados antes da diplomação não haverá incidência de qualquer imunidade formal em relação ao processo, podendo o parlamentar ser normalmente processado e julgado pelo órgão competente do Poder Judiciário, uma vez que nessa hipótese não incide a prerrogativa. [AP 2.668 QO, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 14.05.2025, 1ª T, DJE de 14.05.2025.]”

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 46. Um empresário, com interesse na não aprovação de um projeto de lei em trâmite na Assembleia Legislativa, ofereceu R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a um parlamentar para que, indevidamente, retardasse a tramitação de projeto. O parlamentar, prontamente, recusou a oferta e comunicou o fato à autoridade competente. Nesse cenário, a conduta do empresário

- a) configura o crime de corrupção ativa consumado, pois se trata de crime formal que se perfectibiliza com a mera oferta da vantagem indevida.**
- b) configura tentativa de corrupção ativa, pois a vantagem não foi aceita pelo funcionário público, não se consumando o crime por circunstâncias alheias à vontade do agente.**
- c) é um fato atípico, pois a recusa do funcionário e a ausência de qualquer ato de ofício praticado ou retardado impedem a lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal.**
- d) configura o crime de tráfico de influência, pois o empresário buscou interferir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.**
- e) depende da instauração de um procedimento para apurar se a oferta era séria e idônea, pois, caso contrário, seria considerada crime impossível.**

Comentários

A alternativa A está correta. De fato, a conduta narrada no enunciado se enquadra no crime de corrupção ativa, na forma consumada. Trata-se, ainda, de crime formal que se consuma no momento em que o benefício indevido é prometido. CP: Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:”. STJ: “(...) 3. Para a configuração do crime de corrupção ativa é irrelevante a prévia solicitação ou aceitação do funcionário público, tratando-se de delito formal, que se consuma no momento em que o benefício indevido é prometido

para que o ato de ofício seja praticado com infração de dever funcional. Doutrina. Precedentes do STJ e do STF. (...)” (STJ, HC 445469/RJ, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 25/05/2018).”

A alternativa B está incorrecta. Como visto no comentário da alternativa A, não há que se falar em tentativa, uma vez que o crime é formal e se consuma no momento em que o benefício indevido é prometido, sendo irrelevante a aceitação ou não do funcionário público.

A alternativa C está incorrecta. Não é fato típico, a conduta do empresário se enquadra no crime de corrupção ativa. CP: Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:”.

A alternativa D está incorrecta. Aqui o empresário não solicitou vantagem para influir em ato praticado por funcionário público no exercício de função. Aqui houve oferecimento de benefício indevido de forma direta ao funcionário público, enquadrando-se a conduta no crime de corrupção ativa. CP: Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:”.

A alternativa E está incorrecta. Não há previsão de instauração de procedimento para apurar se a oferta foi idônea ou séria. Basta, para configurar o crime, o mero oferecimento de vantagem indevida ao funcionário público para determiná-lo a que pratique, se omita ou retarde ato de ofício. CP: Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:”.

QUESTÃO 47. O Procurador-Geral de Justiça ofereceu denúncia contra um Deputado Estadual pela prática do crime de corrupção passiva, cometido no exercício do mandato e em razão do cargo. A denúncia foi recebida pelo Tribunal de Justiça. No curso do processo, o Deputado renunciou ao mandato.

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção que indica o destino correto da ação penal.

- a) O processo deve ser imediatamente remetido ao Juízo de Primeira Instância, pois a renúncia ao cargo faz cessar a competência por prerrogativa de função, conforme a regra original da AP 937.**
- b) A competência do Tribunal de Justiça é mantida, pois a prerrogativa de foro para o julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste mesmo após o afastamento do cargo.**
- c) A competência do Tribunal de Justiça somente seria mantida se a renúncia tivesse ocorrido após o término da instrução processual, para evitar manobras processuais.**
- d) O processo deve ser remetido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que passa a ter competência para julgar os ex-titulares de mandato estadual.**

e) O processo deve ser anulado desde o recebimento da denúncia, pois a instabilidade da competência viola o princípio do juiz natural.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre competência e foro por prerrogativa de função.

A alternativa B está correta. Havendo a renúncia do parlamentar DEPOIS do recebimento da denúncia, continua o foro por prerrogativa. A prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste mesmo após o afastamento do cargo, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cessado seu exercício STF. Plenário. HC 232.627/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 12/03/2025 (Info 1168).

O Supremo Tribunal Federal mudou diversas vezes o entendimento sobre a matéria. Aqui colacionamos um resumo da cronologia, explicada por Márcio Cavalcante: "Em 2018, o STF fixou uma tese sobre o foro por prerrogativa de função, que se dividia em duas partes: 1) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas. 2) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo. STF. Plenário. AP 937 QO/RJ, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 03/05/2018 (Info 900). Em 2025, o STF decidiu alterar parcialmente o entendimento acima fixado. O item 1 ainda está valendo: O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas. Isso não mudou. O item 2 foi superado. O que vale atualmente é o seguinte: a prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste mesmo após o afastamento do cargo, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cessado seu exercício. Entendimento fixado em 2018: A autoridade (ex: Presidente da República, Senador, Deputado Federal etc.) cometeu um crime funcional durante o exercício do cargo; logo, a competência para julgar o delito é do STF; no entanto, se essa autoridade deixasse o cargo antes do fim da instrução processual, o STF deixava de ser competente para julgá-la. Entendimento alterado em 2025 (atual): A autoridade (ex: Presidente da República, Senador, Deputado Federal etc.) cometeu um crime funcional durante o exercício do cargo; logo, a competência para julgar o delito é do STF; mesmo que essa autoridade deixe o cargo a competência para julgá-la continua sendo do STF. STF. Plenário. HC 232.627/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 12/03/2025 (Info 1168).".

As demais alternativas estão incorrectas, ao contrariarem o disposto o mais recente entendimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 48. Um Procurador de Justiça, ao analisar as peças de informação sobre um suposto crime de peculato praticado por um Deputado ação Estadual, entende não haver justa causa para a propositura da penal.

Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do mérito das ADIs 6298, 6299 e 6300, que analisaram o Art. 28 do CPP (redação da Lei nº 13.964/2019 - Pacote Anticrime) assinale o procedimento correto a ser adotado nesse caso.

- a) Requerer o arquivamento diretamente ao Tribunal de Justiça, que decidirá de forma terminativa, conforme processual anterior o sistema à Lei nº 13,964/2019.**
- b) Promover o arquivamento Público e comunicar no âmbito do próprio Ministério à vítima, sem qualquer participação do Poder Judiciário, conforme a redação literal do Art. 28 do CPP.**
- c) Promover o arquivamento, submetendo a sua manifestação do Tribunal de Justiça, para o controle de legalidade, e comunicando à vítima, ao investigado e à autoridade policial.**
- d) Promover o arquivamento e submetê-lo exclusivamente à homologação da Instância de revisão ministerial, que exerce o controle final sobre o ato.**
- e) Oferecer a denúncia obrigatoriamente, pois a decisão do STF, ao invalidar o novo procedimento de arquivamento, tornou o exercício da ação penal irrecusável.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o arquivamento do inquérito policial, consoante a jurisprudência do STF.

A alternativa A está incorrecta. O novo sistema (Pacote Anticrime) mudou o protagonismo: o MP agora promove (pratica o ato) o arquivamento, e não apenas pede. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorrecta. O Supremo entendeu que, para garantir o sistema de freios e contrapesos, o Judiciário não pode ser totalmente excluído da fase de arquivamento. Portanto, a literalidade da lei, neste caso, não é a resposta correta. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. Esta alternativa resume o entendimento fixado pelo STF. O MP possui o dever de submeter a sua manifestação de arquivamento à autoridade judicial, que poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, caso verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento (STF. Plenário. ADI 6.298/DF, ADI 6.299/DF, ADI 6.300/DF e ADI 6.305/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgados em 24/08/2023 - Info 1106).

A alternativa D está incorrecta. Como vimos, o STF exigiu que o Judiciário também participe para fins de controle de legalidade. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorrecta. Se o Procurador conclui que não há justa causa (provas insuficientes ou fato atípico), o arquivamento é um dever. O STF não invalidou o procedimento de arquivamento, apenas o ajustou para incluir o controle judicial. Veja o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 49. Em determinada reclamação trabalhista que se encontra na fase executória, o devedor, após ser citado para o pagamento, reconheceu a dívida e manifestou-se no sentido de parcelá-la na forma do Art. 916 do CPC, depositando de plano 30% do débito. Após analisado, o pedido foi deferido, com a determinação para o pagamento do saldo remanescente em seis parcelas iguais, mensais e sucessivas. Ocorre que o executado não fez o pagamento da primeira parcela. Nesse caso, de acordo com a lei de regência, assinale a afirmativa correta.

- a) O parcelamento perderá o efeito e a execução será retomada, deduzindo-se os 30% pagos.**
- b) Haverá a imposição de uma multa de 50% sobre o total da execução, sendo perdido o sinal de 30% dado pelo executado.**
- c) O Juiz deverá aguardar o vencimento de todas as parcelas para, então, cobrar uma multa de 20% sobre as parcelas não quitadas ou quitadas com atraso.**
- d) Haverá a imposição de uma multa de 30% sobre o total do valor original, que será executado de imediato, sendo permitida a dedução de metade do sinal dado.**
- e) Será imposta uma multa de 10% sobre o valor das prestações não pagas, que vencerão antecipadamente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Execução em Processo do Trabalho.

A alternativa E está correta. Especialmente no tocante ao parcelamento de dívida em execução, o artigo 916 do CPC assim determina: "Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.". Nesse sentido, caso haja descumprimento, segue-se o rito do § 5º do artigo 916 do CPC. A seguir: "§ 5º O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente: I - o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos; II - a imposição ao executado de multa de dez por cento sobre o valor das prestações não pagas.". Ressalte-se que o artigo 916 (e seus parágrafos) do CPC se aplica perfeitamente ao processo do trabalho, conforme Instrução Normativa nº 39 do TST, vejamos: "Art. 3º Sem prejuízo de outros, aplicam-se ao Processo do Trabalho, em face de omissão e compatibilidade, os preceitos do Código de Processo Civil que regulam os seguintes temas: XXI - art. 916 e parágrafos (parcelamento do crédito exequendo);"

QUESTÃO 50. Roberta foi contratada por uma sociedade empresária como programadora de computadores. Ocorre que, em razão de sua inteligência e perspicácia, mesmo sem ter a obrigação contratual de fazê-lo, Roberta realizou diversas pesquisas e testes usando materiais, instalações e equipamentos do empregador, resultando na invenção de uma nova placa de vídeo, inédita no mercado. O produto teve enorme sucesso e aceitação no mercado por melhorar consideravelmente a definição dos computadores para jogos. Considerando esses fatos e o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a afirmativa correta.

- a) O invento será de propriedade da empresa, pois Roberta usou os materiais, as instalações e os equipamentos do empregador.**
- b) Caberá à Roberta a propriedade do invento, pois com sua capacidade criou algo inédito no mercado e que poderá ser explorado comercialmente.**

- c) O invento será de propriedade comum, em partes iguais, já que ambos colaboraram para a sua criação.
- d) A lei dita que dois terços do invento pertencerão à empregada, para estimular o avanço tecnológico e um terço, à empresa pelo uso de seus insumos.
- e) A propriedade do invento será de Roberta, mas somente o empregador poderá produzi-lo, por conta própria ou terceirizada, devendo dar início à produção no prazo máximo de um ano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Disposições Gerais acerca do Contrato de Trabalho.

A alternativa C está correta. No caso narrado, o artigo 454 da CLT determina o seguinte: "Art. 454 - Na vigência do contrato de trabalho, as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal e da instalação ou equipamento fornecidos pelo empregador, serão de propriedade comum, em partes iguais, salvo se o contrato de trabalho tiver por objeto, implícita ou explicitamente, pesquisa científica. Parágrafo único. Ao empregador caberá a exploração do invento, ficando obrigado a promovê-la no prazo de um ano da data da concessão da patente, sob pena de reverter em favor do empregado da plena propriedade desse invento.". Complementarmente, o artigo 91 da Lei nº 9.279/96: "Art. 91. A propriedade de invenção ou de modelo de utilidade será comum, em partes iguais, quando resultar da contribuição pessoal do empregado e de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador, ressalvada expressa disposição contratual em contrário.". Portanto, o invento de Roberta será de propriedade comum, dela e da empresa em partes iguais, já que ambos colaboraram para a sua criação.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 51. Joelson trabalhou como servente de obras de 2023 a outubro de 2025, quando foi dispensado. Ele trabalhava no Município de Niterói-RJ, mas ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador no Município de São Gonçalo-RJ, onde se localiza o escritório do seu advogado. Citada, a sociedade empresária não concordou com a manutenção da competência na Vara de São Gonçalo e apresentou exceção territorial. Assinale a opção que, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), contempla o prazo e momento para a apresentação desse incidente.

- a) Quinze dias contados da citação, antes da audiência.
- b) Cinco dias a contar da citação, antes da audiência.
- c) Até dez dias antes da apresentação das razões finais.
- d) Até cinco dias anteriores à audiência.
- e) A qualquer momento, mas antes do trânsito em julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Ação Trabalhista, mais precisamente sobre a Resposta do Reclamado e as Exceções.

A alternativa B está correta. Conforme artigo 800 da CLT: “Art. 800. Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo.”. Portanto, o prazo e o momento para a apresentação da exceção de incompetência territorial é 5 dias a contar da citação, antes da audiência.

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 52. Verônica não tem vínculo efetivo com a Administração Pública, mas ocupa na Alerj um cargo comissionado de assessoramento. Trata-se de um regime jurídico de natureza administrativa especial, como declarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ocorre que uma determinada parcela não foi recebida por Verônica, que entende a ela fazer jus. Assim, requereu administrativamente o alegado direito, o que foi negado, de modo que Verônica pretende judicializar a questão. Nesse caso, assinale a opção que apresenta o órgão competente para apreciar a causa.

- a) Justiça do Trabalho.**
- b) Justiça Federal Comum.**
- c) Tribunal Arbitral.**
- d) Justiça Estadual.**
- e) Tribunal de Contas da União.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Competência da Justiça do Trabalho.

A alternativa D está correta. Em relação aos servidores que não têm vínculo efetivo com a Administração Pública, exercendo apenas cargo comissionado de assessoramento, o STF decidiu, no bojo da ADI 3395, que a competência é da justiça comum estadual. Vejamos: “O disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária.” (STF. Plenário. ADI 3395 MC, Rel. Cesar Peluso, julgado em 05/04/2006).

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 53. Em determinada sociedade empresária com 120 empregados, há as seguintes situações jurídicas:

- Flora está afastada por nove dias em razão de doença comum, já recuperada e com previsão de retorno no 10º dia;
- Regina está em fruição de férias;
- Jonas está aproveitando a licença paternidade em razão do nascimento de seu primeiro filho;
- Cleonice está em benefício previdenciário há 60 dias em razão de um acidente do trabalho; e
- Luís está afastado por dois dias em razão do falecimento de seu pai.

Das hipóteses apresentadas, de acordo com a lei de regência, assinale a opção que indica aquele(s) que está (ão) com o contrato de trabalho suspenso.

- a) Cleonice, somente.
- b) Flora e Luís, somente.
- c) Regina e Jonas, somente.
- d) Flora e Cleonice, somente.
- e) Jonas e Luís, somente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho.

A alternativa A está correta. Conforme explicado, o caso de Cleonice é o único em que houve suspensão do contrato de trabalho. Vejamos caso a caso:

- Flora: Houve a interrupção do contrato de trabalho, pois durante os 15 primeiros dias do afastamento por motivo de doença, ela continuará recebendo salário integral, a ser pago pela empresa. Conforme art. 60, caput e § 3º, da Lei 8.213/91: “Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. (...) § 3º Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral.”.

- Regina: Houve a interrupção do contrato de trabalho, pois não há prejuízo na remuneração do empregado nem na contagem do tempo de serviço. Conforme art. 129 da CLT: “Art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.”

- Jonas: Houve a interrupção do contrato de trabalho, de acordo com o art. 473, III, da CLT: "Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: III - por 5 (cinco) dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada;"

- Cleonice: Houve a suspensão do contrato de trabalho, pois a partir do 16º dia de afastamento, o empregado faz jus ao auxílio-doença, cessando a obrigação da empresa de pagar o salário do empregado, conforme art. 60, caput e § 3º, da Lei 8.213/91, já transcrito acima.

- Luís: Houve a interrupção do contrato de trabalho, de acordo com o art. 473, I, da CLT: "Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;".

Devido ao fundamento da letra A, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 54. Rafael é um trabalhador portuário que atua como estivador, realizando a carga e descarga de mercadorias. Ele não tem a carteira profissional assinada, tendo sua mão de obra arregimentada pelo Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO). Assinale a opção que contempla a categoria jurídica que Rafael integra.

a) Autônomo.

b) Eventual.

c) Temporário.

d) Empregado.

e) Avulso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Trabalho Portuário Avulso.

A alternativa E está correta. Rafael é trabalhador portuário avulso, cuja mão de obra é administrada pelo OGMO. De acordo com art. 31, incisos I, II e IV, da Lei 12.815/2013: "Art. 32. Os operadores portuários devem constituir em cada porto organizado um órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, destinado a: I - administrar o fornecimento da mão de obra do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso; II - manter, com exclusividade, o cadastro do trabalhador portuário e o registro do trabalhador portuário avulso; IV - selecionar e registrar o trabalhador portuário avulso;". Acerca da atividade de estiva, de fato, esta deve ser desempenhada por trabalhadores portuários avulsos, conforme art. 40, § 2º, da Lei 12.815/2013: "§ 2º A contratação de trabalhadores portuários de capatazia, bloco, estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício por prazo indeterminado será feita exclusivamente entre trabalhadores portuários avulsos registrados."

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 55. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Rio de Janeiro, a Comissão Permanente da Alerj responsável pela matéria orçamentária identificou indícios de despesa não autorizada, apresentada como "investimento não programado", e determinou a solicitação de esclarecimentos à autoridade governamental responsável. Decorrido o prazo constitucional, não houve resposta.

Paralelamente, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), em auditoria de natureza contábil e orçamentária, verificou que determinada despesa decorria de contrato administrativo com possível ilegalidade e assinou prazo para a adoção de providências corretivas, sem o atendimento pelo órgão competente. O caso também envolveu a fiscalização de recursos estaduais repassados a uma entidade privada por instrumento congênero.

Com base exclusivamente na Constituição do Estado do Rio de Janeiro (do Art. 122 ao 134), assinale a afirmativa correta.

- a) A Comissão Permanente, diante da ausência de esclarecimentos, deve solicitar ao TCE-RJ um pronunciamento conclusivo em 30 dias. Se o Tribunal considerar irregular a despesa e houver risco de dano irreparável ou grave lesão à economia pública, a Comissão proporá à Alerj a sustação. As decisões do TCE-RJ que imponham débito ou multa têm eficácia de título executivo.
- b) A Comissão Permanente, diante da ausência de esclarecimentos, pode sustar diretamente a despesa e apenas comunicar ao TCE-RJ. As decisões dependem da homologação da Alerj para ter eficácia executiva.
- c) O TCE-RJ pode sustar diretamente o contrato administrativo. Caso não seja cumprida a sustação, caberá à Alerj deliberar sobre a execução do contrato. As decisões do Tribunal que imponham débito ou multa possuem caráter meramente opinativo.
- d) Compete ao TCE-RJ apreciar as contas do Governador em 90 dias, mediante parecer prévio, limitando-se ao Poder Executivo. A fiscalização da aplicação de recursos repassados por convênios a entidades privadas não integra as suas competências constitucionais.
- e) Por se tratar de atribuição interna de cada Poder, o sistema de controle interno não tem o dever de comunicar irregularidades ao TCE-RJ.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre indícios de despesas não autorizadas.

A alternativa A está correta. Está em consonância com a previsão do art. 127 da CERJ, que prevê: A Comissão permanente a que se refere o artigo 210, § 1º, desta Constituição, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários. § 1º - Não prestados os esclarecimentos, ou considerados

insuficientes, a comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias". No mais, o art. 125 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro prevê: § 3º - As decisões do Tribunal de Contas do Estado, de que resulte imputação de débito ou multa, terão eficácia de título executivo". Portanto, alternativa correta.

A alternativa B está incorrecta. Além de confrontar a previsão do art. 125 da CERJ, que expressamente prevê a eficácia de título executivo sobre as decisões do TCE, contraria também o que prevê a CERJ sobre o procedimento a se tomar diante dos indícios de despesas não autorizadas. Conforme visto acima, a Alerj não sustará o ato, mas solicitará parecer ao TCE-RJ.

A alternativa C está incorrecta. O TCE-RJ não possui competência para sustar diretamente contratos administrativos, a qual recai sobre a Assembleia Legislativa. Observe a literalidade do art. 123, §1º da CERJ: No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Assembleia Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis". Ademais, como visto acima, o parecer não possui caráter meramente opinativo, mas de título executivo, conforme art. 123, § 3º da CERJ: "As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo".

A alternativa D está incorrecta. A afirmativa contraria a literalidade do art. 123, inciso V da CERJ: "V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres". Portanto, tal fiscalização integra a sua competência.

A alternativa E está incorrecta. O controle interno auxilia o controle externo no exercício de sua missão institucional, sendo um dever informar o TCE em caso de ciência de qualquer irregularidade. Observe o que diz a literalidade do parágrafo único do art. 129 da CERJ: "Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária".

QUESTÃO 56. Durante a análise das Contas de Governo do Estado da Rio de Janeiro (exercício de 2024), o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) destacou:

I - a elevada relevância das compensações financeiras (*royalties* e participação especial) na composição de receitas e no financiamento de despesas;

II - a destinação predominante desses recursos a finalidades específicas (como previdência, transferências e fundos);

III - problemas de rastreabilidade e de transparência na classificação por fonte ou destinação de recursos, inclusive em demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

A luz dessas observações, assinale a afirmativa correta.

a) Em 2024, os *royalties* e a participação especial custearam majoritariamente os investimentos, sendo residual participação de despesas correntes e inexistente a destinação à previdência. Por isso, o principal alerta do TCE-RJ concentrou-se na insuficiência de dotações de capital, sem menção a problemas de rastreabilidade por fonte ou destinação.

b) Os recursos de *royalties* e a participação especial vinculados pela Lei Federal nº 12.858/2013 podem ser livremente alocados pelo Estado, pois a norma federal apenas recomenda a prioridade para a educação e a saúde, não havendo parâmetros percentuais a observar nem necessidade de segregação por fonte ou destinação no Siafe-Rio.

c) A existência de marcadores estaduais de fonte ou destinação é vedada, devendo o Estado adotar exclusivamente a codificação nacional. Logo, quaisquer marcadores próprios implicam, por si só, na irregularidade material da execução orçamentária, independentemente de seus efeitos na transparência.

d) Como o RGF é um demonstrativo fiscal agregado, é suficiente a divulgação de marcadores estaduais genéricos, sendo dispensável correlacioná-los com fontes nacionais (Secretaria do Tesouro Nacional - STN). Eventual falta de associação não prejudica a análise de execução nem a transparência do controle.

e) Em 2024, a destinação dos *royalties* e da participação especial evidenciou um perfil predominantemente corrente, com destaque para o Rioprevidência, além de transferências a Municípios e aportes a fundos estaduais (Fundo Estadual de Conservação Ambiental - FECAM e Fundo Estadual de Segurança Pública e Desenvolvimento Social - FISED). Ademais, o TCE-RJ apontou inconsistências na evidenciação da fonte ou destinação no RGF, com uso de marcadores estaduais sem adequada associação às fontes nacionais definidas pela STN.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata especificamente sobre a análise das contas prestadas pelo Estado do Rio de Janeiro referente ao exercício de 2024.

A alternativa A está incorrecta. O erro está em afirmar que os *royalties* e participação especial custearam "majoritariamente os investimentos", quando o correto é que predominou aplicação em despesas correntes, não em investimentos, contradizendo o apontamento do TCE-RJ sobre a necessidade de maior aplicação em investimentos. Observe um trecho do relatório: "Em análogo diapasão, a instância instrutiva também chama a atenção para o fato de que houve um decréscimo nos investimentos: uma queda real de 7,11%". No mais, a Lei 12.858/2013 estabelece vinculação à educação e saúde, mas não impede aplicação em despesas correntes.

A alternativa B está incorrecta. Os recursos não podem ser "livremente alocados pelo Estado". A Lei Federal 12.858/2013 estabelece a vinculação obrigatória dos *royalties* e participação especial para educação e saúde. Observe a literalidade o §3º, art 2º da Lei: "União, Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão os recursos previstos nos incisos I e II deste artigo no montante de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e de 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde". Portanto, não se trata de mera "recomendação" ou "priorização", mas imposição legal.

A alternativa C está incorrecta. Ela faz confusão entre vedação jurídica e problema de transparência. Os marcadores estaduais de fonte/destinação não são "vedados". Na verdade, marcadores próprios são permitidos e recomendados para transparência. O problema não é a existência dos marcadores, mas a falta de correlação com a classificação nacional. Marcadores bem estruturados melhoram o controle e transparência. Adicionalmente, verifique o que, o TCE-RJ, já manifestou em relação ao tema: "A ausência de conformidade com os padrões definidos compromete a transparência e a comparabilidade das

informações fiscais, em desacordo com o art. 163-A da Constituição Federal e o § 2º do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal” (Acórdão nº. 048714 de 2025 - CSAD).

A alternativa D está incorrecta. Contraria o entendimento do TCE-RJ, que expressamente manifestou que deve haver correlação entre os marcadores. Observe o que foi manifestado no Acórdão nº. 048714/2025 - CSAD, de relatoria do Conselheiro Presidente Marcio Henrique Cruz Pacheco: “Destaca-se que a correta aplicação desses códigos é essencial para assegurar a identificação, a rastreabilidade e o adequado acompanhamento da utilização dos recursos, o que justifica uma atenção mais aprofundada ao tema”. Assim, exige-se especificidade e rastreabilidade fundamental estabelecer correlações com fontes nacionais (padrão STN)

A alternativa E está correta. Está em consonância com a manifestação do TCE-RJ sobre os gastos analisados. No que tange aos marcadores, foi dito o seguinte em Sessão Especial: “Contudo, não foram identificadas, nos registros orçamentários, despesas executadas com vinculação formal às fontes oficiais estabelecidas pela STN por meio da Portaria STN nº 710/2021”. (A ata foi disponibilizada no Diário Oficial Nº 142, Data 08/08/2025).

QUESTÃO 57. Determinada empresa pública federal importou mercadorias do exterior para a execução de suas finalidades essenciais. No desembaraço aduaneiro, apresentou a Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (GLME) por imunidade.

Sobre o tema, de acordo com a legislação e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- a) O ICMS na importação é devido pelo importador no momento do desembaraço aduaneiro. A empresa pública é imune se prestar serviço público essencial, exclusivo e não concorrencial e se não distribuir lucro ao acionista privado.**
- b) O ICMS na importação é devido pelo fornecedor e não pelo importador no momento do desembaraço aduaneiro, não havendo de se falar em imunidade. No entanto, a empresa pública é responsável tributária pelo recolhimento.**
- c) O ICMS na Importação incidente na operação é devido pelo importador no momento do desembaraço aduaneiro, mas a imunidade recíproca alcança a empresa pública independentemente da natureza da atividade exercida, desde que o capital seja integralmente público.**
- d) O ICMS na importação tem como contribuinte o importador no momento do desembaraço aduaneiro, sendo imune a empresa pública desde que não cobre tarifa como contraprestação do serviço público prestado.**
- e) A apresentação de GLME afasta, por si só, o recolhimento do ICMS na importação, pois a imunidade recíproca se aplica automaticamente às empresas públicas sempre que atuem como instrumentos do ente federado instituidor.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre ICMS-Importação.

A alternativa A está correta. Regra: ICMS-importação é devido pelo importador no desembarço aduaneiro/entrada (CF + LC 87/96). Exceção: imunidade recíproca pode alcançar empresa pública somente quando ela se enquadra nos critérios do STF (serviço público essencial, atuação não concorrencial/instrumentalidade e ausência de distribuição privada de lucros), conforme Tema 1140: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuem lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.”.

A alternativa B está incorrecta. O ICMS-Importação é devido pelo importador no desembarço aduaneiro/entrada. Art. 155. (...) § 2º (...)IX - incidirá também: a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;”. Já o fato gerador será no desembarço aduaneiro. “Súmula 661. Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembarço aduaneiro.”.

A alternativa C está incorrecta. Conforme Tema 1140 do STF, há requisitos específicos para que seja reconhecida a imunidade tributária recíproca. Tema 1140: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuem lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.”.

A alternativa D está incorrecta. Os requisitos para a imunidade recíproca de empresas públicas e sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais foram determinados pelo STF no Tema 1140 da Repercussão Geral. Dentre eles, não se encontra a ausência de cobrança de tarifa. Tema 1140: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuem lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.”.

A alternativa E está incorrecta. Como vimos, não são todas as empresas públicas ou sociedades de economia mista que podem se beneficiar da imunidade recíproca, razão pela qual, a mera apresentação da GLME não seria suficiente para demonstrar a imunidade. Tema 1140: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuem lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.”.

QUESTÃO 58. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou projeto de lei autorizando o Poder Executivo Estadual a aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), instituído pela Lei Complementar nº 212/2025, que prevê a revisão dos termos da dívida dos Estados com a União mediante condições especiais, inclusive zerar juros e alongar prazos.

Nesse contexto, considerando a legislação aplicável ao endividamento dos Estados e os limites constitucionais sobre a dívida pública, assinale a afirmativa correta.

- a) Quando um Estado adere ao Propag, seus débitos com a União deixam de integrar a dívida ativa estadual, pois são transferidos integralmente à esfera federal.
- b) A adesão ao Propag desobriga o Estado a observar os limites de endividamento previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) A adesão do Estado ao Propag pode ser autorizada por decreto do Poder Executivo, pois a lei estadual limita-se a internalizar os efeitos financeiros do programa federal.
- d) A adesão ao Propag depende de autorização da Assembleia Legislativa por meio de lei específica por envolver a opção do Estado que afeta a sua dívida pública e a gestão fiscal.
- e) A adesão ao Propag é automática com a simples publicação da lei federal, de modo que os Estados não precisam promover uma lei própria para aderir ao programa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

A alternativa A está incorrecta. Conforme prevê o art. 2º, §2º, da LC nº 212/2025, os débitos com a União não serão transferidos integralmente, serão apenas consolidados: “§ 2º Os saldos devedores relativos aos débitos junto à União a que se refere o § 1º serão consolidados com os acréscimos legais relativos a multas de ofício, juros moratórios e compensatórios e demais encargos, conforme previsto na legislação vigente à época dos fatos geradores que lhes deram origem.”.

A alternativa B está incorrecta. Não. A adesão do Estado ao Propag não desobriga o Estado a observar os limites de endividamento previstos na LRF: O art. 32 determina que o Ministério da Fazenda verifica o cumprimento de limites e condições para operações de crédito e, no § 1º, impõe como condição a “existência de prévia e expressa autorização” para a contratação, podendo constar na lei orçamentária, em créditos adicionais ou em lei específica. Além disso, o mesmo § 1º exige “observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal”. “Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. §1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições: I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;”.

A alternativa C está incorrecta. A adesão será aprovada pela Assembleia Legislativa, mediante lei autorizativa. Decreto 12.433/2025 (Decreto que regulamenta a LC 212/2025): “Art. 4º A adesão ao Propag poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2025. § 1º O pedido de adesão deverá ser formalizado mediante envio de ofício à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o qual deverá conter: I - manifestação expressa do Chefe do Poder Executivo do respectivo Estado, quanto à sua intenção de aderir ao Propag, submetendo-se às regras constantes da Lei Complementar nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e às disposições deste Decreto; II - se for o caso, indicação pormenorizada dos ativos a serem transferidos à União, das condições de transferência e dos respectivos valores, avaliados com base nos critérios dispostos neste Decreto; e III - indicação das leis autorizativas devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado para fins de adesão ao Propag e, se for o caso, para a transferência dos ativos de que trata o inciso II.”.

A alternativa D está correta. A adesão do Estado ao Propag não é um ato meramente administrativo “interno” do Poder Executivo. Trata-se de decisão de gestão da dívida pública estadual, com efeitos diretos sobre o endividamento, o fluxo de pagamentos, a assunção de obrigações e, em muitos casos, a vinculação ou transferência de ativos. Por isso, o ordenamento exige autorização legislativa prévia e expressa, normalmente por lei específica, aprovada pela Assembleia Legislativa. O ponto central está na Lei de Responsabilidade Fiscal. O art. 32 determina que o Ministério da Fazenda verifica o cumprimento de limites e condições para operações de crédito e, no § 1º, impõe como condição a “existência de prévia e expressa autorização” para a contratação, podendo constar na lei orçamentária, em créditos adicionais ou em lei específica. Além disso, o mesmo § 1º exige “observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal”. O próprio material técnico da Secretaria do Tesouro Nacional sobre o Propag confirma essa lógica: ao explicar “Como aderir ao Propag?”, registra que a COPEM/STN verifica requisitos constitucionais relacionados ao art. 32, § 1º, da LRF, incluindo “existência de lei autorizadora”, além de outras travas constitucionais (Regra de Ouro, art. 167-A etc.). E, no cronograma do processo de adesão, a etapa inicial é explicitamente “Preparação e Lei Autorizativa”, com a observação de que a Assembleia Legislativa aprova a lei autorizativa antes do envio do pedido. LRF. “Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. §1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições: I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;”.

A alternativa E está incorrecta. Demandará autorização por lei estadual, não será automática. Decreto 12.433/2025 (Decreto que regulamenta a LC 212/2025): “Art. 4º A adesão ao Propag poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2025. § 1º O pedido de adesão deverá ser formalizado mediante envio de ofício à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o qual deverá conter: I - manifestação expressa do Chefe do Poder Executivo do respectivo Estado, quanto à sua intenção de aderir ao Propag, submetendo-se às regras constantes da Lei Complementar nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e às disposições deste Decreto; II - se for o caso, indicação pormenorizada dos ativos a serem transferidos à União, das condições de transferência e dos respectivos valores, avaliados com base nos critérios dispostos neste Decreto; e III - indicação das leis autorizativas devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado para fins de adesão ao Propag e, se for o caso, para a transferência dos ativos de que trata o inciso II.”.

QUESTÃO 59. Ao Início da sessão legislativa, o Poder Executiva encaminhará a Alerj o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Após o recebimento, a Mesa deverá adotar as providências regimentais, e a matéria passará a tramitar na Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle (COFFFC).

Paralelamente, verificou-se que o Governador não apresentou as contas à Assembleia no prazo constitucional-regimental, contado a partir da abertura da sessão legislativa, razão pela qual se cogita a instauração do procedimento de tomada de contas.

Sobre a hipótese apresentada, à luz do Regimento Interno da Alerj, assinale a afirmativa correta.

- a) Recebido o PLOA, ele deverá ser lido em Plenário para só então ser numerado e encaminhado à COFFFC; esta, por sua vez, terá o prazo de 30 dias para a audiência pública e o parecer. Encerrada a primeira discussão, abre-se um prazo de 10 dias úteis para as emendas.
- b) Não apresentadas as contas do Governador em até 30 dias, contados da abertura da sessão legislativa, a COFFFC procederá à tomada de contas, que será organizada exclusivamente pelo TCE-RJ em 60 dias, sem a possibilidade de convocar ordenadores de despesa.
- c) Publicado o parecer da COFFFC sobre o PLOA, o projeto será imediatamente incluído na Ordem do Dia em discussão única; se o parecer for contrário, o projeto será arquivado sem a deliberação do Plenário.
- d) Recebido o PLOA, ele é numerado e enviado à COFFFC para a publicação e distribuição para os Deputados. Publicado o parecer, o projeto deve ser incluído na Ordem do Dia para uma primeira discussão, durante duas sessões, vedadas as emendas e os substitutivos nessa fase. Encerrada a discussão, abre-se o prazo de 5 dias úteis para as emendas na COFFFC, que terá até 10 dias úteis para emitir o parecer sobre elas.
- e) A COFFFC não possui atribuição regimental para opinar sobre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e créditos adicionais, pois tais projetos são apreciados apenas pela Comissão Permanente prevista na Constituição Estadual, sem competência regimental correlata.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A alternativa A está incorrecta. O PLOA não depende de leitura em Plenário para ser numerado e o prazo para a audiência pública é de 20 dias. Observe a literalidade dos seguintes artigos previstos no RI - ALERJ: “art. 197. Recebido do Poder Executivo os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária anual, serão numerados independentemente de leitura e desde logo enviados à Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, providenciando-se, ainda, sua publicação e distribuição em avulsos aos Deputados. Parágrafo único. A Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle disporá do prazo máximo de vinte dias para realizar debate, audiência pública e para emitir seu parecer, que deverá apreciar o aspecto formal e o mérito do projeto”.

A alternativa B está incorrecta. O art. 203 do RI-ALERJ prevê o seguinte: “À Comissão do Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle incumbe proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas à Assembleia dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa”. Portanto, o prazo é de 60 dias, e não 30 como afirma a alternativa.

A alternativa C está incorrecta. Não será em sessão única, mas para a primeira discussão. Veja a literalidade do art. 198 do RI-ALERJ: “art. 198. Publicado o parecer, será o projeto, dentro do prazo máximo de cinco dias úteis, incluído na Ordem do Dia por duas sessões subsequentes, para primeira discussão, vedando-se, nesta fase, apresentação de substitutivos e emendas”.

A alternativa D está correta. Está em consonância com a literalidade do RI-ALERJ. Observe o que diz o regimento: “art. 198. Publicado o parecer, será o projeto, dentro do prazo máximo de cinco dias úteis, incluído na Ordem do Dia por duas sessões subsequentes, para primeira discussão, vedando-se, nesta fase, apresentação de substitutivos e emendas [...] Art. 199. Findo o prazo, com a discussão encerrada, o projeto sairá da Ordem do Dia e será encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, para recebimento de emendas durante cinco dias úteis. Art. 200. Para elaborar o parecer sobre as emendas a comissão terá o prazo improrrogável de até dez dias úteis”.

A alternativa E está incorrecta. O art. 25 do RI-ALERJ prevê expressamente o contrário da afirmativa. Observe a literalidade do art. 25, que estipula ao COFFFC a competência para: “c) opinar sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais”.

QUESTÃO 60. Durante a tramitação de projeto de lei estadual que altera a legislação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), a Procuradoria da Assembleia Legislativa é instada a se manifestar sobre a constitucionalidade de dispositivos que preveem a incidência do imposto sobre valores repassados a beneficiários de planos de previdência complementar do tipo Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), na hipótese de falecimento do titular, bem como sobre a técnica legislativa adotada para o recolhimento do tributo.

Considerando a competência tributária estadual, os limites constitucionais ao poder de tributar, a legislação e a jurisprudência sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) O ITCMD incide sobre VGBL e PGBL, pois ambos configuram transmissão *causa mortis* de direitos patrimoniais, ainda que não integrem formalmente o inventário, cabendo ao legislador estadual definir o fato gerador.

b) O ITCMD não incide sobre o repasse aos beneficiários de valores e direitos relativos a planos VGBL e PGBL na hipótese da morte do titular, pois tais valores não integram a herança, inexistindo fato gerador do imposto.

c) É constitucional a incidência do ITCMD sobre PGBL, mas não sobre VGBL, por possuir, o primeiro, natureza de aplicação financeira, podendo o Estado tributar a transmissão aos beneficiários independentemente de inventário.

d) É constitucional a incidência do ITCMD sobre VGBL e PGBL, pois a Constituição Federal reserva à União a competência para disciplinar integralmente a tributação de planos de previdência complementar, impedindo que os Estados instituam imposto sobre quaisquer valores deles decorrentes.

e) A incidência do ITCMD sobre VGBL e PGBL depende exclusivamente de prévia edição de lei complementar federal definido o fato gerador, sendo vedada qualquer disciplina estadual enquanto inexistir uma norma geral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre ITCMD.

A alternativa A está incorrecta. Conforme tema 1214 o ITCMD não incide sobre o VGBL e PGBL: “É inconstitucional a incidência do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD) sobre o repasse aos beneficiários de valores e direitos relativos ao plano vida gerador de benefício livre (VGBL) ou ao plano gerador de benefício livre (PGBL) na hipótese de morte do titular do plano.”.

A alternativa B está correta. Conforme o STF, no tema 1214/RG: “É inconstitucional a incidência do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD) sobre o repasse aos beneficiários de valores e direitos relativos ao plano vida gerador de benefício livre (VGBL) ou ao plano gerador de benefício livre (PGBL) na hipótese de morte do titular do plano.”.

A alternativa C está incorrecta. É inconstitucional, conforme Tema 1214/RG “É inconstitucional a incidência do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD) sobre o repasse aos beneficiários de valores e direitos relativos ao plano vida gerador de benefício livre (VGBL) ou ao plano gerador de benefício livre (PGBL) na hipótese de morte do titular do plano.”.

A alternativa D está incorrecta. Não existe tal reserva de competência da União. STF (Tema 1214/RG): “2. O VGBL e o PGBL cumprem sua função principal, atuando na cobertura por sobrevivência, na hipótese de o próprio titular gozar do capital segurado ou do benefício. 3. No caso de morte do titular dos planos VGBL e PGBL, o repasse aos beneficiários de valores e direitos, os quais não integram a herança do de cujus (art. 794 do Código Civil e art. 79 da Lei nº 11.196/05), não constitui fato gerador do ITCMD. 4. Está no âmbito de conformação do legislador estadual instituir caso de deferimento do recolhimento de parte do ITCMD para momento posterior ao da ocorrência do fato gerador do imposto.”.

A alternativa E está incorrecta. Não essa previsão. STF (Tema 1214/RG): “2. O VGBL e o PGBL cumprem sua função principal, atuando na cobertura por sobrevivência, na hipótese de o próprio titular gozar do capital segurado ou do benefício. 3. No caso de morte do titular dos planos VGBL e PGBL, o repasse aos beneficiários de valores e direitos, os quais não integram a herança do de cujus (art. 794 do Código Civil e art. 79 da Lei nº 11.196/05), não constitui fato gerador do ITCMD. 4. Está no âmbito de conformação do legislador estadual instituir caso de deferimento do recolhimento de parte do ITCMD para momento posterior ao da ocorrência do fato gerador do imposto.”.

QUESTÃO 61. A Constituição Federal estabeleceu a competência tributária como instrumento de repartição do poder de tributar entre os entes federativos, definindo os limites e as garantias tanto do Estado quanto do contribuinte.

Considerando o conceito e as características da competência tributária, assinale a afirmativa correta.

- a) A competência tributária consiste na aptidão para arrecadar tributos já instituídos, podendo ser delegada a outro ente federativo por meio de lei complementar, desde que preservada a titularidade da receita.**
- b) A competência tributária é indelegável, intransferível e irrenunciável, mas admite que o ente federado autorize outro a instituir tributos em seu nome, desde que por prazo determinado.**
- c) A competência tributária traduz a capacidade de inovar na ordem jurídica, criando tributos por meio de lei, nos limites constitucionais, sendo indelegável, intransferível e irrenunciável.**
- d) A competência tributária pode ser renunciada quando o ente federado concede isenção tributária por prazo indeterminado, desde que observados os princípios da legalidade e da anterioridade.**
- e) A competência tributária confunde-se com a capacidade tributária ativa, razão pela qual ambas possuem idêntico regime jurídico quanto à delegação, transferência e renúncia.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre competência tributária.

A alternativa A está incorrecta. A alternativa descreve a aptidão para arrecadar tributos já instituídos, que é matéria de capacidade tributária ativa (atividade administrativa), não de competência tributária em sentido constitucional. Além disso, fala em delegação “da competência” para outro ente, o que contraria o CTN: a competência é indelegável; o que pode ser atribuído são funções administrativas (arrecadação, fiscalização e execução de atos). CTN: “Art. 6º A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei. Parágrafo único. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos. Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição.”

A alternativa B está incorrecta. A questão erra ao admitir que um ente possa autorizar outro a “instituir tributos em seu nome”, ainda que por prazo determinado. Instituir tributo é núcleo da competência legislativa e, portanto, não se delega. O CTN só admite atribuição de funções administrativas, não de criação do tributo. CTN: “Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em

matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição.”

A alternativa C está correta. Traduz exatamente o conceito: competência tributária é capacidade de inovar na ordem jurídica por meio de lei, criando tributos dentro dos limites constitucionais. E também acerta nas características clássicas: indelegável, intransferível e irrenunciável, conforme a disciplina do CTN sobre indelegabilidade e sobre o não deslocamento por falta de exercício. CTN: “Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição.”.

A alternativa D está incorreta. Conceder isenção é exercício da competência tributária (uma escolha legislativa de desonerar), não renúncia da competência. Mesmo que um ente conceda isenção por prazo indeterminado, ele não “perde” a competência de instituir ou disciplinar o tributo. A competência permanece com o ente constitucionalmente competente, e o CTN reforça que o não exercício não transfere a competência a outro ente, justamente para evitar essa confusão entre opção política de não tributar e perda de poder de tributar.

A alternativa E está incorreta. Competência tributária não se confunde com capacidade tributária ativa. A própria estrutura do CTN separa os planos: competência para instituir é indelegável; já as funções de arrecadar/fiscalizar e atos administrativos podem ser atribuídos a outra pessoa jurídica de direito público. CTN: “Art. 6º A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei. Parágrafo único. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos. “Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição.”.

QUESTÃO 62. No exercício de suas atribuições, a Procuradoria da Assembleia Legislativa analisa a constitucionalidade de projetos de leis e de propostas de emenda à constituição estadual de iniciativas parlamentares e populares que pretendem impor vinculações orçamentárias ou critérios obrigatórios de elaboração da proposta de Lei Orçamentária Anual do Estado, inclusive fixação de percentuais mínimos de gasto ou observância compulsória de consultas populares.

À luz da Constituição Federal e do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

a) A Assembleia Legislativa pode, por lei ordinária de iniciativa parlamentar ou popular, fixar percentuais mínimos de destinação do pagamento estadual a determinadas políticas públicas, desde que preservado o equilíbrio fiscal.

b) A Iniciativa popular pode vincular o conteúdo da proposta orçamentária anual, pois decorre diretamente do princípio democrático e da soberania popular.

c) É constitucional a edição de emenda à Constituição Estadual, por iniciativa parlamentar, para impor limites ou deduções obrigatórias às propostas orçamentárias dos demais Poderes e órgãos autônomos.

d) As consultas populares, quando previstas em lei estadual, vinculam o Chefe do Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária, em respeito à participação direta da população.

e) A iniciativa das leis orçamentárias é exclusiva ao Chefe do Poder Executivo, sendo inconstitucionais normas estaduais que imponham vinculações orçamentárias ou obrigações decisórias externas que esvaziem essa competência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre competência legislativa para propositura das leis orçamentárias.

A alternativa A está incorrecta. O STF manifestou ser inconstitucional tal vinculação. No julgamento da ADI 2.680 o STF firmou o seguinte entendimento: “Vinculação da vontade popular na elaboração de leis orçamentárias contraria a competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo”. (ADI 2.680, rel. min. Gilmar Mendes, j. 29-5-2020, P, DJE de 16-6-2020).

A alternativa B está incorrecta. Conforme o posicionamento do STF no julgamento da ADI 2.680, mencionada acima. Firmou-se o seguinte entendimento: “Vinculação da vontade popular na elaboração de leis orçamentárias contraria a competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo”. (ADI 2.680, rel. min. Gilmar Mendes, j. 29-5-2020, P, DJE de 16-6-2020).

A alternativa C está incorrecta. O STF manifestou que tal iniciativa parlamentar confronta a competência atribuída pela CF sobre o tema. No julgamento da ADI 1.144, fixou-se o seguinte entendimento: “O texto normativo, ao cercear a iniciativa para a elaboração da lei orçamentária, colide com o disposto no art. 165, III, da Constituição de 1988”. (ADI 1.144, rel. min. Eros Grau, j. 16-8-2006, P, DJ de 8-9-2006).

A alternativa D está incorrecta. No julgamento da ADI 2037, o STF firmou o seguinte entendimento: “As consultas populares não vinculam o Chefe do Poder Executivo e podem ocorrer independentemente de previsão legal. Logo, não há proveito em manter no ordenamento jurídico a lei que as institui, adotando-se para tanto a técnica da interpretação conforme”. Portanto, a lei estadual é considerada inconstitucional.

A alternativa E está correta. A iniciativa é, de fato, exclusiva do Chefe do Poder Executivo para normas orçamentárias. Observe o que prevê a literalidade do art. 165 da CF/88: Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: “I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais”. No mais, no julgamento da ADI 2860, o STF manifestou o seguinte: “A obrigatoriedade da execução do orçamento revela-se absolutamente incompatível com o disposto no art. 165, § 8º, da Constituição”. Portanto, alternativa correta.

QUESTÃO 63. No exercício de suas atribuições institucionais, a Procuradoria da Assembleia Legislativa é instada a se manifestar sobre a constitucionalidade do projeto de lei estadual que institui a taxa destinada exclusivamente ao custeio de atividades relacionadas à segurança pública, abrangendo policiamento ostensivo e ações preventivas de vigilância.

Considerando a Constituição Federal, o regime jurídico das taxas e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- a) A taxa é constitucional, pois o policiamento ostensivo constitui atividade estatal específica, passível de remuneração mediante taxa, desde que prevista em lei.
- b) A taxa é constitucional se o valor arrecadado for integralmente vinculado ao custeio das atividades de segurança pública.
- c) A taxa é inconstitucional, pois o policiamento ostensivo integra a segurança pública, serviço geral e indivisível, que deve ser financiado por impostos.
- d) A taxa é inconstitucional, pois a cobrança fundada no poder de polícia exige a demonstração do exercício efetivo e regular da fiscalização pela autoridade competente.
- e) A taxa é constitucional desde que cobrada apenas de contribuintes potencialmente beneficiados pelas ações de policiamento ostensivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre taxas.

A alternativa A está incorrecta. O policiamento ostensivo constitui atividade estatal geral, não específica, devendo ser remunerada mediante taxa. STF: “A segurança pública constitui serviço geral e indivisível, de modo que deve ser remunerada por meio de impostos, jamais de taxas. Os serviços de policiamento ostensivo e vigilância, sendo inerentes à segurança pública, requerem financiamento via impostos e não podem ser remunerados por taxas. Por outro lado, podem ser remunerados por meio de taxa serviços individualizados e mensuráveis. Assim, é constitucional a instituição de taxa por serviços prestados por órgãos de segurança pública relativos: i) à segurança preventiva em eventos esportivos e de lazer com cobrança de ingresso (trata-se de serviço divisível e específico); e ii) à emissão de certidões e atestados, desde que não se destinem à defesa de direitos ou ao esclarecimento de interesse pessoal (art. 5º, XXXIV, b, CF/88). STF. Plenário. ADI 3.717/PR, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 01/07/2025 (Info 1184).”.

A alternativa B está incorrecta. Não pode ser cobrada taxa, por serem serviços gerais e indivisíveis. STF: “A segurança pública constitui serviço geral e indivisível, de modo que deve ser remunerada por meio de impostos, jamais de taxas. Os serviços de policiamento ostensivo e vigilância, sendo inerentes à segurança pública, requerem financiamento via impostos e não podem ser remunerados por taxas. Por outro lado, podem ser remunerados por meio de taxa serviços individualizados e mensuráveis. Assim, é constitucional a instituição de taxa por serviços prestados por órgãos de segurança pública relativos: i) à segurança preventiva em eventos esportivos e de lazer com cobrança de ingresso (trata-se de serviço divisível e específico); e ii) à emissão de certidões e atestados, desde que não se destinem à defesa de direitos ou ao esclarecimento de interesse pessoal (art. 5º, XXXIV, b, CF/88). STF. Plenário. ADI 3.717/PR, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 01/07/2025 (Info 1184).”.

A alternativa C está correta. Taxa (CF, art. 145, II) exige poder de polícia ou serviço público específico e divisível. Policiamento ostensivo e vigilância preventiva genérica integram a segurança pública como serviço geral e indivisível, cujo custeio é feito por impostos. O STF apenas admite taxa em hipóteses pontuais em que a atuação de órgãos de segurança seja específica e divisível (p.ex., eventos não gratuitos), o que não é o caso do enunciado. STF: “A segurança pública constitui serviço geral e indivisível, de modo que deve ser remunerada por meio de impostos, jamais de taxas. Os serviços de policiamento ostensivo e vigilância, sendo inerentes à segurança pública, requerem financiamento via impostos e não podem ser remunerados por taxas. Por outro lado, podem ser remunerados por meio de taxa serviços individualizados e mensuráveis. Assim, é constitucional a instituição de taxa por serviços prestados por órgãos de segurança pública relativos: i) à segurança preventiva em eventos esportivos e de lazer com cobrança de ingresso (trata-se de serviço divisível e específico); e ii) à emissão de certidões e atestados, desde que não se destinem à defesa de direitos ou ao esclarecimento de interesse pessoal (art. 5º, XXXIV, b, CF/88). STF. Plenário. ADI 3.717/PR, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 01/07/2025 (Info 1184).”.

A alternativa D está incorrecta. É inconstitucional, porém, por outro motivo. É inconstitucional por que a segurança pública constitui serviço geral e indivisível, remunerada somente por meio de impostos. STF: “A segurança pública constitui serviço geral e indivisível, de modo que deve ser remunerada por meio de impostos, jamais de taxas. Os serviços de policiamento ostensivo e vigilância, sendo inerentes à segurança pública, requerem financiamento via impostos e não podem ser remunerados por taxas. Por outro lado, podem ser remunerados por meio de taxa serviços individualizados e mensuráveis. Assim, é constitucional a instituição de taxa por serviços prestados por órgãos de segurança pública relativos: i) à segurança preventiva em eventos esportivos e de lazer com cobrança de ingresso (trata-se de serviço divisível e específico); e ii) à emissão de certidões e atestados, desde que não se destinem à defesa de direitos ou ao esclarecimento de interesse pessoal (art. 5º, XXXIV, b, CF/88). STF. Plenário. ADI 3.717/PR, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 01/07/2025 (Info 1184).”.

A alternativa E está incorrecta. Somente será remunerada mediante impostos. STF: “A segurança pública constitui serviço geral e indivisível, de modo que deve ser remunerada por meio de impostos, jamais de taxas. Os serviços de policiamento ostensivo e vigilância, sendo inerentes à segurança pública, requerem financiamento via impostos e não podem ser remunerados por taxas. Por outro lado, podem ser remunerados por meio de taxa serviços individualizados e mensuráveis. Assim, é constitucional a instituição de taxa por serviços prestados por órgãos de segurança pública relativos: i) à segurança preventiva em eventos esportivos e de lazer com cobrança de ingresso (trata-se de serviço divisível e específico); e ii) à emissão de certidões e atestados, desde que não se destinem à defesa de direitos ou ao esclarecimento de interesse pessoal (art. 5º, XXXIV, b, CF/88). STF. Plenário. ADI 3.717/PR, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 01/07/2025 (Info 1184).”.

QUESTÃO 64. Em 2027, o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro encaminhará à Alerj projetos de lei relativos ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES), ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Durante a tramitação, parlamentares apresentarão emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para criar uma nova programação de investimento em uma região do interior, sem indicar a fonte dos recursos, na intenção de justificar a proposta com base apenas no PEDES,

independentemente do PPA e da LDO. Ao mesmo tempo, o Executivo cogitará enviar uma mensagem modificativa ao PLOA, após ser iniciada a votação pela Comissão Permanente, da parte do projeto que se pretende alterar.

Sobre o PEDES, o PPA, a LDO e a LOA, à luz da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa correta.

a) O PEDES é uma peça de planejamento com duração de oito anos e revisão a cada quatro, precedendo o PPA e orientando o ciclo orçamentário; por isso, emendas ao projeto de LOA podem ser aprovadas apenas se houver a compatibilidade com o PEDES, dispensada a compatibilidade com o PPA e a LDO, desde que a finalidade seja regional.

b) As quatro peças são de iniciativa do Poder Executivo e apreciadas pela Alerj. Emendas ao projeto de LOA só podem ser aprovadas se forem compatíveis com o PEDES, a PPA e a LDO e se indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, com as exclusões constitucionais.

c) O PEDES integra o orçamento anual, compondo o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social; por isso, deve conter a previsão de receitas e fixação de despesas, vedados os dispositivos estranhos ao seu objeto.

d) A LDO, além de metas e prioridades, deve conter obrigatoriamente a discriminação da receita e fixação da despesa do exercício e pode ser alterada por emendas parlamentares sem a necessidade de compatibilidade com o PEDES.

e) Os projetos de lei relativos ao PPA, à LDO e à LOA são apreciados pela Alerj, mas o PEDES, por ser um plano estratégico, não é apreciado pelo Legislativo, constituindo um ato de gestão exclusivo do Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei n. 10.266/23 que institui o PEDES no Estado do Rio de Janeiro.

Devem ser apreciados e aprovados pelo poder legislativo (alerj)

Art. 166, CF/88 - competência exclusiva do Congresso Nacional e é aplicável aos Estados pelo princípio da simetria.

A alternativa A está incorrecta. Não pode ser incompatível com o PPA nem com a LDO. O art. 3º, inciso III da Lei n. 10.266/23, inclusive, prevê o seguinte: “Anualmente, por ocasião do encaminhamento dos projetos de lei do orçamento anual e de revisão do plano plurianual, o Poder Executivo deverá enviar à Assembleia Legislativa relatório pormenorizado de avaliação das ações de execução do PEDES, contendo indicadores de desempenho capazes de medir a qualidade do diagnóstico das fragilidades e potencialidades da situação socioeconômica fluminense, a pertinência do seu desafio estratégico, de suas premissas, diretrizes, missões e eixos estratégicos, bem como da eficiência e eficácia das políticas públicas que lhe dão concretude”. Nota-se a necessidade de compatibilidade com os orçamentos. Além disso a CF é clara, em seu art. 166, §3º § 3º ao prever que: “as emendas ao projeto de lei do orçamento

anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias".

A alternativa B está incorrecta. O PEDES não é uma lei orçamentária, mas um plano estratégico instituído pelo Governo Estadual em busca do desenvolvimento social e econômico. Observe o que diz a literalidade do art. 2º da Lei 10.266/23: "O PEDES é uma ferramenta de planejamento estratégico governamental, de médio e longo prazo, que visa direcionar as ações estatais para o desenvolvimento regional socioeconômico inovativo e sustentável".

As alternativas C e D estão incorrectas. O PEDES é uma ferramenta de planejamento estratégico governamental, que serve para direcionar as ações estatais, não tendo natureza legislativa. Observe a literalidade do art. 2º da Lei: "O PEDES é uma ferramenta de planejamento estratégico governamental, de médio e longo prazo, que visa direcionar as ações estatais para o desenvolvimento regional socioeconômico inovativo e sustentável".

A alternativa E está correta. O PEDES não tem natureza legislativa mas um ato administrativo, não está previsto na Constituição Federal nem Estadual. Ele integra o PLOA como um ato administrativo, como um plano administrativo que vai agregar ao PLOA.

QUESTÃO 65. Caio, candidato em eleições já realizadas, apresentou perante a Justiça Eleitoral a prestação de contas. Durante a análise da documentação, constatou-se que, com relação a alguns valores, não houve a prestação de contas.

O Ministério Público se manifestou solicitando ao juízo que determinasse a Caio que apresentasse esclarecimentos. Caio se insurgiu contra o Parquet, aduzindo que certos recursos e despesas, conforme a legislação em vigor, não necessitam ser incluídos na prestação de contas.

Considerando a legislação em vigor e o posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

a) Caso não haja a movimentação de recursos, os candidatos não têm a obrigação legal de prestar tais contas, não havendo que se falar em julgamento das contas não prestadas, de modo que a prestação de contas deve ser aceita.

b) As contas podem ser julgadas aprovadas, quando não forem encontradas qualquer Irregularidades, ou aprovadas com ressalvas, quando há falhas insanáveis, não influenciando na possibilidade de fornecer quitação eleitoral.

c) A regra contida na Resolução TSE 23.607/2019, que prevê que, quando as contas são julgadas como não prestadas, o candidato fica sem a quitação eleitoral até o fim da legislatura, foi considerada Inconstitucional pelo STF.

d) Quando as contas são julgadas como não prestadas, o candidato fica sem a quitação eleitoral, sendo que, após o trânsito em Julgado, poderá apresentar um pedido para regularizar a omissão.

e) A previsão de Impedimento à obtenção de Certidão de Quitação Eleitoral até o fim da legislatura, nos casos de contas julgadas como não prestadas, configura hipótese de inelegibilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre prestação de contas.

A alternativa A está incorrecta. A ausência de movimentação financeira não desobriga o candidato de prestar contas. No Direito Eleitoral, a transparência é o princípio maior. Se não houve gastos ou arrecadação, o candidato deve apresentar a chamada "Prestação de Contas Simplificada" ou sem movimento, mas o dever de informar à Justiça Eleitoral permanece integral. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorrecta. As contas são aprovadas com ressalvas quando apresentam falhas sanáveis ou de pequena relevância que não comprometam a fiscalização. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorrecta. Não há inconstitucionalidade na previsão da Resolução TSE 23.607/2019. A desaprovação não impede a quitação eleitoral, mas a não prestação (omissão total/grave), sim. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. Esta alternativa reflete exatamente o rito atual. Se o candidato ignora o dever de prestar contas, ele sofre a sanção de ficar sem a quitação eleitoral (documento necessário para se candidatar novamente). Contas julgadas como não prestadas impedem a obtenção da certidão de quitação eleitoral, mas admite-se posterior requerimento de regularização da omissão após o trânsito em julgado. Vejamos a jurisprudência do TSE nesse sentido: Res.-TSE nº 23.607/2019, art. 80 (caput) (efeito de impedimento de quitação) e art. 80, §2º (possibilidade de regularização após o trânsito em julgado), em harmonia com a Súmula TSE nº 42 (efeitos da decisão de "não prestadas" quanto à quitação eleitoral durante o curso do mandato e até a efetiva apresentação das contas).

A alternativa E está incorrecta. Embora o efeito prático seja impedir a candidatura, juridicamente a natureza é distinta. A falta de quitação é uma irregularidade documental/administrativa sanável, enquanto a inelegibilidade é uma restrição ao direito político. Veja o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 66. No ano de 2024, quando foram realizadas as eleições municipais, o Ministério Público Eleitoral constatou, em Investigações, que Calo, candidato a Vereador, realizou diversas propagandas pagas no rádio e na televisão, antes do período oficial de campanha eleitoral. Foi apurado, ainda, que Mévio, candidato a Prefeito, utilizou-se de expressões semanticamente similares ao pedido explícito do voto durante o período eleitoral.

Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é correto afirmar que

a) a conduta perpetrada por Calo não ofende o ordenamento jurídico, uma vez que foi realizada antes do período da campanha eleitoral.

b) a candidato Mévio não poderá sofrer punição, uma vez que não houve expresso pedido de voto, motivo pela qual não se pode considerar lícita a sua conduta.

c) não é possível mencionar a possível candidatura, exaltando as qualidades pessoais do pré-candidato, o que, por si só, constitui propaganda eleitoral antecipada.

d) o impulsionamento pago do conteúdo político-eleitoral somente é válido durante a pré-campanha se o serviço for contratado diretamente com o provedor de aplicação.

e) não é permitido realizar reuniões de iniciativo da sociedade civil ou do próprio partido, que custeará a reunido, para difundir ideias, objetivos e propostas partidárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre propaganda eleitoral.

A alternativa A está incorrecta. A conduta de Caio é ilícita, pois é vedada a propaganda paga no rádio e na televisão, mesmo que não haja pedido de voto. Vejamos o disposto no art. 36, §2º da Lei das Eleições: "Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição. § 2º Não será permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão."

A alternativa B está incorrecta. Mévio pode, sim, ser punido. O TSE consolidou o entendimento de que o "pedido explícito de voto" não se resume à frase "vote em mim". O uso de expressões semanticamente similares como "apoie nossa causa", "precisamos da sua confiança para mudar a cidade", ou "contamos com você em outubro" configura o pedido explícito e, portanto, propaganda antecipada irregular se feita fora do prazo ou de forma vedada. A saber: "Eleições 2024. [...] Propaganda eleitoral antecipada. Pedido explícito de voto por equivalência semântica. Configuração. [...]. O conteúdo veiculado, ao mencionar de forma reiterada o número de campanha em jingle com forte apelo ao eleitorado, associado ao uso de camisas, bonés e bótuns padronizados, ultrapassa os limites das manifestações permitidas no período pré-eleitoral, caracterizando pedido explícito de voto por equivalência semântica. 4. A jurisprudência do TSE reconhece que a propaganda eleitoral antecipada pode se configurar não apenas por pedido direto de votos, mas também por expressões que contenham o mesmo sentido semântico, denominadas 'palavras mágicas'. [...]." (Ac. de 9/10/2025 no AgR-REspEl n. 060029665, rel. Min. Antonio Carlos Ferreira.)

A alternativa C está incorrecta. É exatamente o oposto. O Art. 36-A da Lei das Eleições (Lei 9.504/97) permite expressamente que o pré-candidato mencione sua pretensa candidatura e exalte suas qualidades pessoais. Isso é considerado liberdade de expressão e debate político, desde que não haja pedido explícito de voto. Vejamos: "Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet [...]"

A alternativa D está correta. Esta alternativa reflete a regra do impulsionamento de conteúdo. A legislação permite que pré-candidatos impulsionem posts nas redes sociais. O impulsionamento de conteúdo (quando admitido) deve ser contratado diretamente com o provedor da aplicação, sendo vedada a intermediação fora do comando legal. Nos termos da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), art. 57-C, §3º (contratação direta com o provedor). Ainda, nesse sentido, soma-se a orientação anotada no

texto consolidado do TSE: não configura propaganda eleitoral antecipada o impulsionamento em rede social sem pedido explícito de votos.

A alternativa E está incorrecta. As reuniões de iniciativa da sociedade civil ou de partidos para discutir propostas e ideias são atos lícitos de pré-campanha (Art. 36-A, II, da Lei 9.504/97). O objetivo é justamente fomentar o debate democrático antes do início do período crítico das eleições: “II - a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária;”

QUESTÃO 67. Tício, nascido om 1º de janeiro de 2004, desejando concorrer ao cargo de Prefeito nas eleições municipais de 2024, apresentou ao Juízo competente, a documentação relativa ao pedido de registro de candidatura. O Ministério Público Eleitoral, em detida análise, apontou diversas Irregularidades, manifestando-se no sentido de que o candidato providenciasse a correção, sob pena de indeferimento do registro. Considerando a legislação em vigor e o posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE}, assinale a afirmativa correta.

- a) Quando as Certidões de Antecedentes Criminais forem positivas, o caso é de imediato Indeferimento do registro de candidatura, não sendo possível a instrução com Certidões de Objeto e Pé atualizadas, pois são válidas, apenas, para certidões não criminais.
- b) O registro de candidatura de Tício podia ser deferido, uma vez que, no momento da apresentação dos documentos, já estava com 18 anos completos, idade exigida para a candidatura ao cargo que almeja.
- c) A prova da alfabetização é feita por meio da juntada de comprovante de escolaridade ou mediante declaração de próprio punho firmada pela Interessado, na presença do Juiz e dos demais candidatos.
- d) O registro de candidatura de Tício podia ser deferido, uma vez que a idade mínima para a candidatura para Prefeito deve ser aferida na data da posse, que se deu em 1º de janeiro de 2025.
- e) Constatada, na documentação apresentada, a condenação, em decisão transitada em julgado, por representação por captação lícita de sufrágio, deve se verificar se já decorreu o prazo de seis anos de inelegibilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre idade mínima para prefeito.

A alternativa A está incorrecta. O candidato tem o direito de apresentar as Certidões de Objeto e Pé para demonstrar a situação atual do processo, nos termos do art. 11, §1º, VII, da Lei das Eleições “§ 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos: VII - certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual;”

A alternativa B está incorrecta. O erro é duplo: a idade de 18 anos é para o cargo de Vereador. Para o cargo de Prefeito, a idade exigida é de 21 anos. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorrecta. Embora a declaração de próprio punho seja aceita para provar a alfabetização (na falta de diploma), a legislação e a jurisprudência do TSE indicam que ela deve ser firmada na presença de um servidor da Justiça Eleitoral: ““[...] Eleições 2020 [...] 2. Nos termos do art. 27, § 5º, da Res.-TSE 23.609/2019, ‘[a] prova de alfabetização de que trata o inciso IV pode ser suprida por declaração de próprio punho preenchida pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, ainda que se trate de eleições gerais’. 3. Consoante jurisprudência desta Corte Superior, ‘é imprescindível que o candidato firme a declaração de próprio punho na presença do juiz ou de serventuário da justiça para que esse ato tenha o condão de comprovar sua condição de alfabetizado’ [...] 4. No caso [...] o candidato apresentou declaração de próprio punho autenticada, mas produzida sem a presença de servidor da Justiça Eleitoral. [...] (Ac. de 11.2.2021 no AgR-REspEl nº 060051298, rel. Min. Luis Felipe Salomão.)”

A alternativa D está correta. Para cargos do Poder Executivo municipal (Prefeito/Vice), a idade mínima constitucional é aferida na data da posse, e não na data da eleição ou do registro. No caso narrado, se nascido em 01/01/2004, completa 21 anos em 01/01/2025, atendendo, portanto, ao requisito para Prefeito (mínimo 21 anos).

A alternativa E está incorrecta. Nos termos do art. 41-A da Lei das Eleições “Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinqüenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990. § 1º Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir. [...]” A condenação por captação ilícita de sufrágio (compra de voto) gera uma inelegibilidade de 8 anos, conforme a Lei Complementar 64/90 (alterada pela Ficha Limpa), e não de seis anos. Vejamos a jurisprudência: “Eleições 2008 [...] Captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico. Cassação dos mandatos do prefeito e vice-prefeito e inelegibilidade aplicada em oito anos. [...]” NE: Trecho do voto da relatora: “[...] 16. O art. 41-A da Lei n. 9.504/97 prevê, expressamente, a pena de cassação do diploma daquele que se beneficiou do ilícito, além da aplicação da multa. [...] Desse modo, ainda que se pudesse admitir o prequestionamento da matéria afeta à possibilidade (ou não) de cassação com base no art. 22 da Lei Complementar n. 64/90, passada a diplomação, essa penalidade é medida que se impõe por força do art. 41-A da Lei n. 9.504/97, nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. 17. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral também é iterativa no sentido de que ‘em razão da unicidade da chapa majoritária, a cassação do mandato do titular inevitavelmente repercute no mandato do vice’ [...] 18. Assim, a cassação dos mandatos dos ora Recorrentes mantém-se por força do próprio art. 41-A da Lei n. 9504/97, independentemente do que dispõe o art. 22, inc. XIV, da Lei Complementar n. 64/90, o qual se limita a estabelecer o rito processual adotado na espécie. [...]” (Ac. de 8.5.2012 no REspE nº 485174, rel. Min. Cármén Lúcia.)”

QUESTÃO 68. Tício, pretendendo se candidatar no ano de 2024, protocolou pedido autônomo de regularização de cadastro eleitoral perante Zona Eleitoral do Município Beta, com vistas à inativação, em seu cadastro, da anotação relativa aos autos de ação penal em que foi condenado por crime ambiental doloso, com trânsito em julgado ocorrido em 2018.

Segundo Tício, sua elegibilidade teria sido garantida por superveniente concessão de indulto, em 2020, que extinguiu a sua punibilidade criminal.

Considerando a Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a legislação em vigor, é correto afirmar que

- a) a inelegibilidade decorrente de condenação pelo cometimento de crime ambiental pode ser afastada de Imediato, diante da concessão de indulto.
- b) a inelegibilidade decorrente da condenação em crime doloso perdura por seis anos após a extinção da punibilidade, motivo pelo qual, se tal prazo não estiver transcorrido, não lhe assiste razão.
- c) o indulto concedido a Tício somente teria o condão de cancelar, de Imediato, a Inelegibilidade, se o crime ambiental cometido fosse de natureza culposa.
- d) crimes contra o meio ambiente, ainda que haja uma decisão com trânsito em julgado, não ensejam inelegibilidade, assistindo razão a Tício.
- e) a inelegibilidade em questão é contada do cumprimento da pena ou da extinção da punibilidade e, na hipótese versada, perdurará por oito anos, contados do Indulto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre inelegibilidade.

A alternativa A está incorrecta. O indulto é uma forma de extinção da punibilidade (a pessoa não precisa mais cumprir a pena privativa de liberdade), mas ele não apaga os efeitos secundários da condenação, como a inelegibilidade. Para o Direito Eleitoral, o indivíduo continua sendo "ficha suja" pelo prazo legal após o indulto. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa B está incorrecta. O prazo é de 8 anos (e não seis) de inelegibilidade após o cumprimento ou extinção da pena. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorrecta. Se o crime fosse culposo, Tício sequer estaria inelegível por esse dispositivo, independentemente do indulto.

A alternativa D está incorrecta. Os crimes contra o meio ambiente e a saúde pública estão expressamente listados no rol de crimes que geram inelegibilidade (Art. 1º, I, "e", item 3 da LC 64/90): "e) os que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a referida condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos, pelos crimes a seguir, ressalvados os itens 6 a 10 e os crimes contra a administração pública, cuja inelegibilidade ocorrerá desde a

condenação por órgão colegiado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena: 3. contra o meio ambiente e a saúde pública.”

A alternativa E está correta. A condenação criminal transitada em julgado por crime do rol da LC 64/1990, art. 1º, I, “e” gera inelegibilidade desde a condenação e por 8 anos após o cumprimento/extinção da pena. O indulto extingue a punibilidade, mas não elimina automaticamente os efeitos eleitorais da condenação; assim, não afasta por si só a inelegibilidade. No caso, com extinção da pena por indulto em 2020, o marco para contagem conduz à manutenção da inelegibilidade até 2028. Observação do texto: se o recorte fosse pleito de 2024, a referência à LC 219/2025 ainda não existiria; no cenário “já sob a LC 219/2025”, a resposta foi mantida conforme indicado.

QUESTÃO 69. No Estado Alfa, foi sancionada uma legislação complementar estadual que preceituou que, após a publicação oficial, a Presidência da Assembleia Legislativa colocará na Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Diretora ou de Iniciativa Compartilhada. O projeto destina-se a determinar que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) expeça Resolução, no prazo máximo de 30 dias da publicação do respectivo Decreto Legislativo, fixando a data e a forma da consulta plebiscitária a ser realizada no município ou nos municípios envolvidos.

A Lei Complementar Estadual em comento preceituou, ainda, que a realização de consulta plebiscitária a ser realizada pelo TRE deverá ocorrer na mesma data das eleições gerais. Consta da legislação citada uma norma no sentido de que o resultado favorável do plebiscito para a criação, a incorporação, a fusão ou o desmembramento, será homologado pelo TRE, se tiver sido aprovado pelo voto da maioria dos eleitores do Município, que comparecerem às urnas, cabendo à Justiça Eleitoral prover as despesas com a realização das consultas plebiscitárias.

Considerando a legislação em vigor e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale afirmativa correta.

- a) Os Estados-membros são competentes para criar ou modificar normas relacionadas ao processo eleitoral, desde que se atenham aos aspectos locais.
- b) As regras de Direito Eleitoral atingem todos os Estados da Federação, sendo possível que Estados designem funções de caráter meramente organizatório para a Justiça Eleitoral.
- c) Os Estados-membros não são competentes para criar normas de direito material eleitoral, sendo possível a elaboração de normas de cunho processual eleitoral.
- d) A Lei Complementar Estadual descrita no enunciado é inconstitucional, uma vez que impõe obrigações à Justiça Eleitoral por parte de determinado Estado-membro.
- e) O STF possui jurisprudência consolidada no sentido de que a competência para legislar sobre a matéria eleitoral é concorrente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a competência da justiça eleitoral, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa D está correta. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou jurisprudência no sentido da competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar crimes comuns que apresentam conexão com crimes eleitorais. A Corte observou ainda que cabe à Justiça especializada analisar, caso a caso, a existência de conexão de delitos comuns aos delitos eleitorais e, em não havendo, remeter os casos à Justiça competente, nos seguintes termos: “Note-se que a Justiça Comum é federal e estadual. A ‘vis attractiva’ exercida pela Justiça Eleitoral ocorrerá em ambos os casos. Apesar de a competência criminal da Justiça Federal ser prevista diretamente na Constituição (art. 109) e da Eleitoral ser estabelecida em norma infraconstitucional (no caso, o Código Eleitoral – CE, art. 35, II), a parte final do inciso IV, art. 109, da Lei Maior, ressalva expressamente a competência da Justiça Eleitoral. Em razão da expressa ressalva constitucional, há que se respeitar a competência criminal da Justiça Eleitoral, ainda quando ela seja definida pela conexão. Caso contrário, à luz do ordenamento positivo, o princípio do juiz natural restaria desatendido. Destarte, se houver conexão entre crime federal e eleitoral poderá haver unidade processual com a prorrogação da competência da Justiça Eleitoral. (INQ 4435 AGR-QUARTO / DF)”

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 70. Caio, candidato a Vereador nas eleições municipais de 2024, encaminhou manifestações sobre a sua campanha em grupo de WhatsApp. Ao tomar conhecimento desses fatos, foi ajuizada uma representação, em seu desfavor, aduzindo como ilícita a sua conduta.

Considerando a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a legislação em vigor, no que concerne à propaganda, assinale a afirmativa correta.

- a) O envio de mensagens por pessoa natural em grupo restrito no WhatsApp caracteriza divulgação de propaganda eleitoral negativa, a ensejar a aplicação da multa disposta no Art. 57-D, 5 29, da Lei nº 9.504/1997.
- b) As mensagens em rede privada de WhatsApp não constituem propaganda eleitoral irregular, especialmente pelo alcance restrito e pela natureza fechada do meio, sendo limitada aos participantes da conversa.
- c) Os Estados-membros não são competentes para criar normas de direito material eleitoral, sendo possível a elaboração de normas de cunho processual eleitoral.
- d) A veiculação de ofensas e inverdades, se ocorrida em grupos privados, ainda que com expressiva alcance, está imune ao controle de Justiça Eleitoral, cabendo à Justiça Comum, a julgamento de eventuais crimes.
- e) A propaganda regra é a eleitoral atuação da Justiça Eleitoral para restringir a propaganda eleitoral e a liberdade de expressão, com a remoção de conteúdos, com a consoante jurisprudência do TSE.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre propaganda irregular.

A alternativa A está incorrecta. O compartilhamento orgânico entre cidadãos em grupos privados é protegido pela liberdade de expressão, conforme o entendimento jurisprudencial sobre a matéria. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. Esta alternativa reflete o entendimento consolidado do TSE. O WhatsApp é considerado um ambiente de comunicação privada e interpessoal. Em regra, mensagens em grupo privado/restrito de WhatsApp, por terem alcance limitado e natureza fechada, não configuram, por si só, propaganda eleitoral irregular, permanecendo a comunicação circunscrita aos participantes. (TSE, AgR-AREspE nº 060042545 (Ac. 04/12/2025, rel. Min. André Mendonça).

A alternativa C está incorrecta. Estados não legislam sobre processo eleitoral (INQ 4435 AGR-QUARTO / DF). É comum em provas a repetição de alternativas incorretas de questões anteriores para confundir o candidato.

A alternativa D está incorrecta. A Justiça Eleitoral pode e deve intervir. A privacidade não serve de escudo para o cometimento de ilícitos graves que afetem a integridade do processo eleitoral.

A alternativa E está incorrecta. A remoção de conteúdo só deve ocorrer em casos de flagrante ilegalidade, preservando-se ao máximo o debate político. O Supremo Tribunal Federal (STF), na ADPF 130, proibiu a censura indiscriminada de publicações jornalísticas, reconhecendo que a intervenção estatal na divulgação de notícias e opiniões tem caráter absolutamente excepcional.

QUESTÃO 71. Tício, Deputado Estadual e político muito combativo, em razão do exercício de sua função fiscalizatória das atividades do Estado, vem reiteradamente trazendo a público notícias de intensa corrupção no setor relacionado à saúde, administrado pelo Executivo Estadual local, alardeando que se mostra necessária a Instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em busca de apoio de seus pares, Tício procurou diversos Deputados, tendo vários deles concordado com seu pleito, firmando requerimento para a apuração dos fatos. Sobre a hipótese, considerando a legislação em vigor e posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assinale afirmativa correta.

a) A Comissão Parlamentar de Inquérito pode apurar diversos fatos distintos, como postula Tício, corrupção intensa na área da saúde estadual, desnecessária a delimitação de um fato determinado.

b) Durante a Comissão Parlamentar de Inquérito, poderão ser determinadas diligências, ouvidos os indicados, inqueridos as testemunhas sob compromisso e solicitadas as informações de órgãos, vedada a requisição.

c) As Comissões Parlamentares de Inquérito serão compostas, quanto possível, proporcionalmente, pelos partidos com representação na Assembleia e presididas pelos Deputados primeiros signatários dos requerimentos de sua criação.

d) A Comissão Parlamentar de inquérito não possui os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais, motivo pelo qual a eventual necessidade de quebra de sigilo deverá & ser requerida a um Magistrado com competência.

e) Para a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito é necessário que o requerimento tenha sido firmado por, ao menos, metade dos membros da Assembleia Legislativa, para a apuração de fato em um prazo determinado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Comissão Parlamentar de Inquérito.

A alternativa C está correta. A Constituição assegura, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos na composição das Mesas e de cada Comissão, nos termos do art. 58, §1º. Como a CPI é espécie de comissão, aplica-se também a ela, em conjunto com o CF, art. 58, §3º (disciplina específica de CPI: requisitos e poderes). Além disso, a Justiça Eleitoral (incluindo TRE) integra a estrutura federal do Poder Judiciário, e a matéria eleitoral é de competência legislativa privativa da União.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 72. Caio, candidato a Deputado Estadual, residente no Município Alfa, durante o período de campanha eleitoral, foi abordado pela polícia, em rodovia situada na área territorial do Município Gama, enquanto dirigia o seu veículo, no qual foi encontrado o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em espécie, além de material de campanha eleitoral. Questionado, Caio afirmou ao policial que estava transportando material de campanha entre o Município Alfa e o Município Beta. Levados os fatos ao conhecimento da autoridade policial competente, foi instaurado inquérito policial visando apurar a prática da ofensa ao Art. 299 do Código Eleitoral, crime de corrupção eleitoral.

Considerando a legislação em vigor e o posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é correto afirmar que

a) o crime de corrupção eleitoral é de natureza material, cuja consumação depende do resultado naturalístico, não podendo restar presumida a prática de quaisquer dos núcleos do tipo descritos.

b) a competência para o acompanhamento do inquérito instaurado em desfavor de Caio será do Juízo Eleitoral responsável pelo Município Gama, uma vez que ali foi realizada a abordagem e constatação do ilícito.

c) a competência para o acompanhamento do inquérito instaurado em desfavor de Caio será do Juízo Eleitoral responsável pelo Município Beta, uma vez que, como dito ao policial, lá era o destino do material.

d) não sendo possível aferir, na fase pré-processual, se o crime de corrupção eleitoral já se consumou ou foi meramente tentado, a competência deve ser fixada nos termos do Art. 72 do CPP, considerando o local de domicílio do réu.

e) na linha da Jurisprudência dessa Corte Superior, o referido crime é de natureza formal, cuja consumação depende do resultado naturalístico, restando presumida a prática de qualquer dos núcleos do tipo descritos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está incorrecta. O crime de corrupção eleitoral (dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber vantagem para obter ou dar voto) é de natureza formal. Não exige resultado naturalístico para a consumação.

A alternativa B está incorrecta. O fato de a abordagem policial ter ocorrido no Município Gama não fixa, por si só, a competência. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorrecta. Como não há provas de que a corrupção ocorreu em Beta, não se pode fixar a competência lá apenas pela intenção de viagem. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. Esta é a aplicação pura do Código de Processo Penal (CPP), aplicado subsidiariamente ao Processo Eleitoral. Quando não é conhecido o lugar da infração, a competência fixa-se pelo domicílio ou residência do réu/investigado, nos termos do art. 72 do CPP “Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.”. Na análise do caso narrado, o enunciado não define onde ocorreu o núcleo do art. 299 do Código Eleitoral; informa apenas local da abordagem/apreensão (Município Gama) e um suposto transporte entre Alfa e Beta, sem delimitar local de consumação. Assim, incide a regra subsidiária do CPP, fixando-se a competência pelo domicílio (Alfa).

A alternativa E está incorrecta. No crime formal, o resultado naturalístico é dispensável para a consumação.

QUESTÃO 73. O Projeto de Lei nº 2338/2023, que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial no Brasil, propõe um modelo normativo fundado na proteção dos direitos fundamentais, na governança dos riscos e na promoção da inovação tecnológica responsável.

O texto legal estrutura-se a partir de fundamentos, princípios gerais, direitos das pessoas afetadas e mecanismos de categorização de riscos dos sistemas de inteligência artificial.

Considerando o texto do projeto, assinale a afirmativa correta.

- a) O projeto adota o modelo de neutralidade tecnológica absoluta, afastando a necessidade de intervenção humana em decisões automatizadas, desde que os sistemas apresentem alto grau de precisão técnica.**
- b) O desenvolvimento e o uso de sistemas de inteligência artificial devem observar a boa-fé e alguns princípios, como a transparência, não discriminação, rastreabilidade e responsabilização, aplicáveis ao longo de todo o ciclo de vida do sistema.**
- c) A categorização de riscos prevista no projeto limita-se à distinção entre sistemas lícitos e ilícitos, sem a previsão de obrigações adicionais para os sistemas classificados como de alto risco.**
- d) A responsabilidade civil dos agentes de inteligência artificial depende, em todos os casos, da comprovação de culpa, sendo vedada a responsabilização objetiva, ainda que se trate de sistema de alto risco.**
- e) O projeto restringe a proteção de direitos apenas às relações de consumo, afastando a sua incidência sobre sistemas utilizados pelo poder público.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou do Projeto de Lei nº 2338/2023.

A alternativa A está incorrecta. O conceito de "neutralidade tecnológica absoluta" e a dispensa de intervenção humana contrariam diretamente a premissa do projeto, que é a "governança dos riscos" e a "proteção dos direitos fundamentais", nos termos do art. 3º, inciso III, do Projeto de Lei nº 2338/2023.

A alternativa B está correta. Esta afirmativa está perfeitamente alinhada com os "fundamentos, princípios gerais e direitos das pessoas afetadas" mencionados no enunciado. Princípios como transparência, não discriminação, rastreabilidade e responsabilização são a base para a construção de uma IA ética e segura, sendo aplicados em todas as fases, do desenvolvimento à utilização. O Art. 3º do texto do projeto de lei efetivamente elenca esses princípios como norteadores: "Art. 3º O desenvolvimento, a implementação e o uso de sistemas de inteligência artificial observarão a boa-fé e os seguintes princípios: I – crescimento inclusivo, desenvolvimento sustentável e bem-estar; II – autodeterminação e liberdade de decisão e de escolha; III – participação humana no ciclo da inteligência artificial e supervisão humana efetiva; IV – não discriminação; V – justiça, equidade e inclusão; VI – transparência, explicabilidade, inteligibilidade e auditabilidade; VII – confiabilidade e robustez dos sistemas de inteligência artificial e segurança da informação; VIII – devido processo legal, contestabilidade e contraditório; IX – rastreabilidade das decisões durante o ciclo de vida de sistemas de inteligência artificial como meio de prestação de contas e atribuição de responsabilidades a uma pessoa natural ou jurídica; X – prestação de contas, responsabilização e reparação integral de danos; XI – prevenção, precaução e mitigação de riscos sistêmicos derivados de usos intencionais ou não intencionais e de efeitos não previstos de sistemas de inteligência artificial; e XII – não maleficência e proporcionalidade entre os métodos empregados e as finalidades determinadas e legítimas dos sistemas de inteligência artificial".

A alternativa C está incorrecta, porque descreve o exato oposto do que é uma regulação baseada em risco, modelo adotado pelo PL 2338/2023. O pilar de uma abordagem baseada em risco não é uma simples

divisão binária entre "lícito" e "ilícito". Veja que a PL 2338/2023 cria escala de riscos para graduar os sistemas de IA: "Seção III Alto Risco Art. 17. São considerados sistemas de inteligência artificial de alto risco aqueles utilizados para as seguintes finalidades: (...)".

A alternativa D está incorrecta, pois quando não se tratar de sistema de inteligência artificial de alto risco, a culpa do agente causador do dano será presumida, aplicando-se a inversão do ônus da prova em favor da vítima, nos termos do Projeto de Lei nº 2338/2023.: Art. 27. O fornecedor ou operador de sistema de inteligência artificial que cause dano patrimonial, moral, individual ou coletivo é obrigado a repará-lo integralmente, independentemente do grau de autonomia do sistema. § 1º Quando se tratar de sistema de inteligência artificial de alto risco ou de risco excessivo, o fornecedor ou operador respondem objetivamente pelos danos causados, na medida de sua participação no dano. § 2º Quando não se tratar de sistema de inteligência artificial de alto risco, a culpa do agente causador do dano será presumida, aplicando-se a inversão do ônus da prova em favor da vítima.

A alternativa E está incorrecta. O PL não dispõe que sua aplicação esteja restrita apenas às relações de consumo: "Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico".

QUESTÃO 74. A Lei nº 14.133/2021 promoveu significativa modernização no regime jurídico das contratações públicas, incorporando de forma expressa o uso de meios digitais como regra na realização das licitações e dos atos do procedimento licitatório. Nesse contexto, a adoção de plataformas eletrônicas visa ampliar a competitividade, a transparência e o controle dos certames. Considerando o regime jurídico das licitações eletrônicas previsto na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- a) Os atos do processo licitatório devem ser preferencialmente digitais, admitindo-se a forma presencial apenas de maneira excepcional e mediante motivação.**
- b) A licitação eletrônica restringe-se à modalidade pregão, não sendo admitida para a concorrência ou o diálogo competitivo.**
- c) A utilização de meios eletrônicos nas licitações é facultativa, cabendo à Administração optar livremente pelo procedimento presencial, independentemente de justificativa.**
- d) A realização de licitação eletrônica afasta a exigência de publicidade dos atos do procedimento, uma vez que o acesso ao sistema digital substitui a divulgação oficial.**
- e) O regime das licitações digitais dispensa a observância dos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, em razão da automação do procedimento.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A alternativa A está correta. A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu a forma eletrônica como regra para os processos de contratação. A realização de licitações ou de seus atos em formato presencial tornou-se uma exceção que precisa ser devidamente justificada pela Administração, comprovando a inviabilidade técnica ou a desvantagem de realizar o procedimento online: “Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: (...) § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo”.

A alternativa B está incorrecta. A nova lei generalizou a aplicação da forma eletrônica. A regra de ser “preferencialmente eletrônica” aplica-se a todas as modalidades de licitação, incluindo o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e também a nova modalidade, o diálogo competitivo. Não há restrição a apenas uma modalidade, nos termos do art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021 (vide transcrição na alternativa A).

A alternativa C está incorrecta. A utilização de meios eletrônicos não é uma faculdade, mas sim a regra preferencial. A opção pelo formato presencial não é livre e depende de uma motivação expressa que justifique a impossibilidade ou a desvantagem de seguir a regra geral do procedimento eletrônico, nos termos do art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021 (vide transcrição na alternativa A).

A alternativa D está incorrecta. Pelo contrário, a forma eletrônica visa ampliar a transparência. A lei reforça a exigência de publicidade, centralizando a divulgação de todos os atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O acesso ao sistema é um meio de dar publicidade, mas não afasta o dever legal de divulgação oficial dos atos, nos termos da Lei 14.133/2021: “Art. 5º A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)”.

A alternativa E está incorrecta. A automação do procedimento não dispensa, mas sim reforça a necessidade de observância de todos os princípios que regem a Administração Pública. A isonomia e a vinculação ao instrumento convocatório continuam sendo pilares fundamentais do processo licitatório, seja ele presencial ou eletrônico, nos termos da Lei 14.133/2021: “Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”.

QUESTÃO 75. Uma plataforma digital de rede social, enquadrada como provedora de aplicações de Internet, tomou conhecimento, por meio de comunicação extrajudicial formal, clara e suficientemente individualizada, da existência de conteúdos publicados que ofendiam seu nome, acusando-a de prática de crime e infração à legislação eleitoral.

Apesar da ciência inequívoca acerca do teor e da gravidade das publicações, a plataforma manteve os conteúdos disponíveis, sob o argumento de que, nos termos do Art. 19 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), somente estaria obrigada à remoção mediante ordem judicial específica. Em razão da permanência do conteúdo e dos danos suportados, a pessoa

atingida ajuizou ação indenizatória, imputando à plataforma responsabilidade civil por omissão.

Considerando o regime jurídico do Art. 19 do Marco Civil da Internet e a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- a) A responsabilidade civil da plataforma permanece condicionada, como regra geral, ao descumprimento de ordem judicial específica, sendo juridicamente irrelevante a ciência prévia e extrajudicial acerca do conteúdo publicado por terceiros.**
- b) A exigência de ordem judicial prévia não subsiste de forma absoluta, sendo juridicamente possível a responsabilização da plataforma quando, diante de conteúdo manifestamente ilícito e de elevada gravidade, houver omissão injustificada após ciência inequívoca da situação.**
- c) A plataforma somente pode ser responsabilizada civilmente se for demonstrada sua atuação direta na produção, na edição ou no impulsionamento do conteúdo ilícito, não sendo suficiente a omissão diante de conteúdo gerado por terceiros.**
- d) A interpretação conferida pelo STF ao Art. 19 do Marco Civil da Internet instituiu regime de responsabilidade objetiva ampla e direta das plataformas digitais, prescindindo da análise do grau de conhecimento da conduta omissiva do provedor.**
- e) A responsabilidade civil da plataforma pressupõe a decisão judicial definitiva que reconheça a ilicitude do conteúdo, não sendo suficiente a permanência do material após a comunicação extrajudicial, em respeito ao princípio da liberdade de expressão e da não censura.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da responsabilidade civil por conteúdos digitais.

A alternativa B está correta, pois descreve com precisão a exceção à regra geral, conforme a interpretação do STF. O Marco Civil da Internet dispõe: "Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário". Já o STF, ao julgar o Tema 987, modulou a aplicação do Art. 19, estabelecendo que a regra da necessidade de ordem judicial não é absoluta. Em casos de conteúdo cuja ilicitude é evidente e grave (como pornografia de vingança, incitação a crimes, etc.), a omissão da plataforma após ser devidamente notificada pode gerar o dever de indenizar, mesmo sem ordem judicial. Tese do Tema 987/STF: "A responsabilidade do provedor de aplicações por conteúdo de terceiros dependerá da existência de um dever de cuidado específico, a ser analisado em cada caso, caso o conteúdo seja manifestamente ilícito. O descumprimento do dever de cuidado pelo provedor de aplicações, ao não retirar o conteúdo manifestamente ilícito, poderá gerar a sua responsabilização subjetiva."

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 76. No contexto da implementação de política pública municipal voltada para a prevenção de fraudes em benefícios assistenciais, determinado Município celebrou um convênio com empresa privada de direito privado especializada em soluções tecnológicas.

Para a execução do programa, foram compartilhados dados pessoais dos beneficiários, como identificação civil e histórico de recebimento do benefício, sem a coleta do consentimento individual dos titulares.

Além disso, verificou-se que o ente público não publicou, em seu sítio eletrônico oficial, ou em outro meio de fácil acesso, as hipóteses legais, as finalidades e os procedimentos relacionados ao tratamento de dados pessoais, tampouco comunicou o referido convênio à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

À luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a afirmativa correta.

- a) O tratamento e o compartilhamento de dados pessoais são legítimos, uma vez que a LGPD exige consentimento expresso do titular para qualquer operação de tratamento realizada pelo poder público.
- b) O compartilhamento de dados pessoais é plenamente regular, pois a finalidade de prevenção a fraudes autoriza o tratamento de dados pelo poder público, dispensando-se, nesse caso, tanto a publicidade das operações quanto a comunicação à ANPD.
- c) O uso compartilhado de dados pessoais pelo poder público com uma entidade privada, ainda que para fins de política pública, somente será lícito mediante consentimento expresso dos titulares ou mediante a prévia anonimização dos dados tratados.
- d) A formalização de convênio com uma entidade privada para a execução descentralizada de política pública afasta integralmente a incidência das regras de proteção de dados pessoais, afastando a aplicação do regime jurídico específico previsto para o poder público na LGPD.
- e) Embora a finalidade do tratamento de dados seja compatível com a execução de política pública de prevenção de fraudes, o procedimento adotado revela desconformidade com a LGPD em razão da ausência de transparência das operações de tratamento e da não comunicação do convênio à autoridade nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou da LGPD.

A alternativa A está incorrecta por dois motivos. Primeiro, o procedimento adotado não foi legítimo devido às falhas de transparência e comunicação. Segundo, a premissa da alternativa está errada. A LGPD não exige o consentimento como regra para o tratamento de dados pelo Poder Público. A principal base legal para a atuação estatal é a execução de políticas públicas previstas em lei, regulamentos ou contratos. Veja a literalidade do LGPD: “Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres (...). Art. 23. O tratamento de

dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) , deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que: I - sejam informadas as hipóteses em que, no exercício de suas competências, realizam o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos;”.

A alternativa B está incorrecta, nos termos dos artigos 23 (vide transcrição na alternativa A) e 27 da LGPD. Embora a finalidade de prevenção a fraudes seja, de fato, uma política pública legítima que autoriza o tratamento, essa autorização não dispensa os deveres de transparência (publicidade) e de comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Pelo contrário, esses são requisitos que a lei impõe para que o tratamento seja considerado regular. Veja a literalidade da lei: “Art. 27. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional (...”).

A alternativa C está incorrecta. A palavra "somente" torna a afirmativa falsa. A LGPD nos seus artigos 26 e 27 prevê expressamente a possibilidade de compartilhamento de dados identificáveis (não anonimizados) e sem consentimento entre o poder público e entidades privadas, desde que para a execução de políticas públicas e que sejam cumpridos os outros requisitos legais, como a publicidade e a comunicação à ANPD. Veja a literalidade da lei: “Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo poder público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitado o disposto no art. 23 desta Lei. § 1º É vedado ao poder público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto: I - em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado (...”).

A alternativa D está incorrecta. A formalização de um convênio não cria uma "zona livre" da LGPD. Pelo contrário, é o instrumento que formaliza a relação de tratamento de dados, e tanto o ente público quanto a entidade privada permanecem sujeitos a todas as obrigações da lei. A incidência das regras é total (vide na letra C a literalidade do Art. 26, § 1º, I, da LGPD).

A alternativa E está correta. Ela faz o diagnóstico preciso da situação: a finalidade é lícita e amparada pela LGPD como execução de política pública. No entanto, o procedimento foi falho. O Município violou o princípio da transparência ao não dar publicidade à operação (Art. 23, vide transcrição na letra A) e descumpriu o dever específico de comunicar o compartilhamento com ente privado à ANPD (Art. 27, vide transcrição na letra B).

QUESTÃO 77. Carlos, com o objetivo de obter vantagem ilícita, desenvolveu e passou a comercializar um programa malicioso capaz de acessar remotamente computadores de terceiros, permitindo a captura de dados bancários e a divulgação de segredos privados, sem conhecimento ou autorização dos usuários.

Um dos compradores do programa utilizou o software para invadir o computador pessoal de uma empresária, obtendo segredos comerciais, posteriormente, foram vendidos a concorrentes, gerando relevante prejuízo econômico à vítima.

Considerando a situação descrita e a disciplina jurídica aplicável, assinale a afirmativa correta.

- a) Carlos responde apenas por crime autônomo de comércio ilegal de programa de computador, não respondendo por invasão de dispositivo informático, pois não praticada diretamente por ele.**
- b) O comprador do programa responde pelo crime de invasão de dispositivo informático, com pena de 1 a 4 anos, sendo irrelevante a obtenção de segredos comerciais ou prejuízo econômico causado.**
- c) Carlos e o comprador do programa incorrem nas penas do crime de invasão de dispositivo informático, sendo cabível ainda o aumento de pena pela divulgação dos dados e prejuízo econômico.**
- d) A ação penal será incondicionada, pois nos crimes de invasão de dispositivo informático não admite representação da vítima.**
- e) Ainda que comprovada a invasão e divulgação de segredos comerciais, não incide causa de aumento de pena, pois o tipo penal não prevê majoração cumulativa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou do crime de Invasão de dispositivo informático.

A alternativa A está incorrecta. O Código Penal, no Art. 154-A, não cria um crime autônomo de "comércio ilegal de programa". Em vez disso, ele equipara a conduta de quem produz, oferece, vende ou difunde o programa malicioso à conduta de quem efetivamente invade. Portanto, Carlos não responde por um crime diferente, mas incorre nas mesmas penas do crime de invasão de dispositivo informático. Veja a literalidade do Código Penal: "Art. 154-A, § 1º Na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no caput".

A alternativa B está incorrecta. A pena de 1 a 4 anos corresponde à forma simples do crime (o caput do artigo). No entanto, o resultado da invasão (a obtenção de segredos comerciais) é altamente relevante, pois qualifica o crime, elevando a pena para um patamar mais grave. Veja a literalidade do Código Penal: "Art. 154-A, § 3º Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa".

A alternativa C está correta. O comprador comete o crime na sua forma qualificada (§ 3º), e Carlos, por ter vendido o programa, incorre na mesma pena (§ 1º). Além disso, o fato de os segredos comerciais terem sido vendidos a concorrentes atrai a causa de aumento de pena prevista no § 4º. O prejuízo econômico também é previsto como causa de aumento (§ 2º), mas a conduta se amolda de forma mais específica e grave à combinação dos parágrafos 3º e 4º. A alternativa descreve corretamente a

responsabilidade de ambos e a incidência das majorantes. Veja a literalidade do Código Penal: "Art. 154-A, § 4º Na hipótese do § 3º, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos".

A alternativa D está incorrecta. A regra geral para o crime do Art. 154-A é exatamente o oposto. A ação penal é pública, mas condicionada à representação da vítima. Ela só se torna incondicionada se o crime for cometido contra a Administração Pública ou concessionárias de serviços públicos, o que não é o caso. Veja a literalidade do Código Penal: "Art. 154-B. Nos crimes definidos no art. 154-A, somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a administração pública direta ou indireta (...) ou contra empresas concessionárias de serviços públicos".

Análise: A alternativa E está incorrecta. O tipo penal prevê, sim, uma estrutura "cumulativa" de agravamento. Primeiro, a conduta pode ser qualificada pela obtenção dos segredos (§ 3º), e sobre essa nova pena-base (mais grave), pode incidir a causa de aumento de pena pela divulgação (§ 4º). Veja a literalidade do Código Penal: "Art. 154-A, § 4º Na hipótese do § 3º, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro (...)".

QUESTÃO 78. O Marco Civil da Internet instituiu um conjunto de princípios destinados a orientar a disciplina do uso da Internet no Brasil, buscando conciliar a proteção dos direitos fundamentais, a promoção da inovação, a preservação da arquitetura aberta da rede e a responsabilização jurídica dos diversos agentes que atuam no ambiente digital.

Considerando o disposto no Art. 3º da Lei nº 12.965/2014 e sua interpretação sistemática, assinale a afirmativa correta.

- a) O princípio da liberdade de expressão prevalece no ambiente digital, afastando qualquer forma de responsabilização dos agentes que atuam na Internet por conteúdos ou condutas ilícitas.**
- b) A neutralidade de rede impede a adoção de quaisquer medidas técnicas de gerenciamento de tráfego, ainda que voltadas à segurança, estabilidade ou funcionalidade da rede.**
- c) A liberdade dos modelos de negócios promovidos na Internet constitui um princípio autônomo e prevalente, podendo justificar práticas que restrinjam o acesso a aplicações ou conteúdos, desde que economicamente eficientes.**
- d) A responsabilização dos agentes deve observar a natureza das atividades por eles exercidas no ambiente digital, em conformidade com a lei, sem prejuízo da preservação da liberdade de expressão e da neutralidade da rede.**
- e) A proteção da privacidade e dos dados pessoais é princípio exclusivo do Marco Civil da Internet, não admitindo complementação por outras normas do ordenamento jurídico ou por tratados internacionais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

A alternativa A está incorrecta. Embora a liberdade de expressão seja um princípio fundamental (inciso I), ela não é absoluta e não afasta a responsabilização. O próprio Art. 3º estabelece, no inciso VI, o princípio da "responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades". A lei busca um equilíbrio: proteger a liberdade de expressão, mas também garantir que haja mecanismos para responsabilizar os agentes por condutas ilícitas. Veja a literalidade da Lei nº 12.965/2014: "Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal; (...) VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;".

A alternativa B está incorrecta. O princípio da neutralidade de rede (art. 3, inciso IV) proíbe o tratamento discriminatório de pacotes de dados por motivos comerciais, mas a própria lei prevê exceções. O Art. 9º, § 2º, do Marco Civil permite o gerenciamento técnico indispensável à prestação adequada dos serviços e a priorização de serviços de emergência, demonstrando que a neutralidade não é absoluta a ponto de impedir qualquer gerenciamento técnico. Veja a literalidade da Lei nº 12.965/2014: "Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: IV - preservação e garantia da neutralidade de rede; Art. 9º, § 2º Na hipótese de discriminação ou de degradação do tráfego prevista no § 1º, o responsável mencionado no caput deve: I - abster-se de causar dano aos usuários (...); II - agir com proporcionalidade, transparência e isonomia; III - informar previamente de modo transparente, claro e suficientemente descriptivo aos seus usuários sobre as práticas de gerenciamento e mitigação de tráfego adotadas, inclusive as relacionadas à segurança da rede; e IV - oferecer serviços em condições comerciais não discriminatórias e abster-se de praticar condutas anticoncorrenciais".

A alternativa C está incorrecta. A "liberdade dos modelos de negócio" (inciso VIII) é um princípio, mas não é "prevalente" sobre os outros. Ele deve ser exercido em harmonia com os demais, como a neutralidade de rede (inciso IV) e a preservação do "caráter participativo da rede" (inciso II). Um modelo de negócio não pode, por exemplo, violar a neutralidade da rede para ser "economicamente eficiente". Veja a literalidade da Lei nº 12.965/2014: "Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: IV - preservação e garantia da neutralidade de rede; VIII - liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei".

A alternativa D está correta. Esta afirmativa descreve perfeitamente a "interpretação sistemática" solicitada. Ela reconhece o princípio da responsabilização (inciso VI), condicionando-o à natureza da atividade de cada agente (por exemplo, provedor de conexão vs. provedor de aplicação) e à lei, ao mesmo tempo em que ressalta que essa responsabilização deve coexistir e ser harmonizada com os outros princípios fundamentais, como a liberdade de expressão (inciso I) e a neutralidade (inciso IV). Veja a literalidade da Lei nº 12.965/2014: "Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: I - garantia da liberdade de expressão; IV - preservação e garantia da neutralidade de rede; VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;".

A alternativa E está incorrecta. A palavra "exclusivo" torna a questão falsa. A proteção da privacidade e dos dados pessoais (incisos II e III) é um princípio que já existia na Constituição Federal e foi enormemente detalhado e complementado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), que dialoga diretamente com o Marco Civil. O ordenamento jurídico funciona como um sistema integrado. Veja a literalidade da Lei nº 12.965/2014: "Art. 3º A disciplina do uso da internet no

Brasil tem os seguintes princípios: II - proteção da privacidade; III - proteção dos dados pessoais, na forma da lei;".

QUESTÃO 79. Uma instituição financeira realiza o tratamento de dados pessoais de seus clientes para fins de prevenção à lavagem de dinheiro, cumprindo com a sua obrigação legal e regulatória, e de controle.

No desenvolvimento de suas atividades internas, a instituição passou a integrar, de forma contínua e indistinta, dados originalmente coletados para fins regulatórios nas bases destinadas à análise preditiva do comportamento de consumo e à definição de estratégias comerciais, sem a atualização das informações fornecidas aos titulares. Ademais, manteve dados pessoais por prazo indeterminado, inclusive de clientes que encerraram a relação contratual, sem a revisão periódica quanto à pertinência, proporcionalidade ou atualização dos dados tratados.

À luz da relação entre as bases legais do tratamento e os princípios previstos no Art. 6º da LGPD, assinale a afirmativa correta.

- a) A invocação da base legal do cumprimento da obrigação legal afasta a incidência dos princípios da finalidade, da adequação e da necessidade, desde que o tratamento permaneça vinculado à atividade econômica desempenhada pelo agente.
- b) A conformidade do tratamento deve ser aferida primordialmente a partir da base legal que o legitima, de modo que eventuais inconformidades com os princípios do Art. 6º somente assumem relevância jurídica quando evidenciada a existência de dano ou prejuízo concreto aos direitos do titular.
- c) Ainda que exista base legal válida para o tratamento inicial dos dados pessoais, a reutilização para finalidades incompatíveis, a retenção excessiva e a ausência de controle quanto à atualização e à relevância dos dados caracterizam violação aos princípios da finalidade, da adequação, da necessidade e da qualidade dos dados.
- d) O princípio da responsabilização e da prestação de contas autoriza o agente de tratamento a redefinir as finalidades e os limites do tratamento dos dados pessoais, desde que disponha de políticas de governança formalmente instituídas e disponibilize o relatório de impacto.
- e) A utilização de dados pessoais para finalidades diversas daquelas que justificaram a coleta inicial é admissível sempre que vinculada a um legítimo interesse econômico do controlador e acompanhada da adoção de medidas adequadas de segurança da informação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou dos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Para resolver esta questão, vamos precisar da inteligência da LGPD: "Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios: I - finalidade: realização do

tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades; II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento; III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados; IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais; V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento; VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial; VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações accidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão; VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais; IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas. Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;".

A alternativa A está incorrecta. A existência de uma base legal é o ponto de partida, mas ela não afasta a aplicação de nenhum dos princípios do Art. 6º. Todos os princípios devem ser observados cumulativamente durante todo o ciclo de vida do tratamento. A reutilização dos dados para uma finalidade completamente diferente da original é uma violação direta do princípio da finalidade (Art. 6º, I da LGPD).

A alternativa B está incorrecta. A violação dos princípios da LGPD constitui uma inconformidade jurídica por si só, independentemente da comprovação de um dano concreto. A lei tem caráter preventivo, e o simples tratamento de dados em desacordo com os princípios já é passível de sanção. A conformidade é aferida pela combinação da base legal com a observância contínua de todos os princípios (Art. 6º, caput, da LGPD).

A alternativa C está correta. Ela descreve com precisão as múltiplas violações cometidas pela instituição financeira: 1) Reutilização para finalidades incompatíveis: Usar dados de compliance para marketing viola o princípio da finalidade (Art. 6º, I) e da adequação (Art. 6º, II), pois o novo tratamento é incompatível com o propósito original informado ao titular. 2) Retenção excessiva: Manter os dados por prazo indeterminado, mesmo após o fim da relação contratual, viola o princípio da necessidade (Art. 6º, III), que exige que o tratamento seja limitado ao mínimo necessário para atingir a finalidade. 3) Ausência de controle: Não revisar a pertinência e a atualização dos dados viola o princípio da qualidade dos dados (Art. 6º, V).

A alternativa D está incorrecta. O princípio da responsabilização e prestação de contas não é uma autorização para que o agente de tratamento altere as regras do jogo. Pelo contrário, ele impõe ao agente o dever de demonstrar que está cumprindo todas as normas da LGPD, incluindo o respeito à finalidade original do tratamento. Portanto, este princípio reforça a necessidade de seguir as regras, e não de criar

exceções para si mesmo, mesmo que documentadas em políticas internas ou relatórios de impacto. Fonte: Art. 6º, I e X, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

A alternativa E está incorrecta. "Legítimo interesse" é uma base legal específica (Art. 7º, IX), que não pode ser usada como uma justificativa genérica para reutilizar dados coletados sob outra base legal (como "cumprimento de obrigação legal"). Além disso, a base do legítimo interesse exige uma ponderação com os direitos e liberdades do titular e não se sobreponha ao princípio da finalidade. A palavra "sempre" torna a alternativa ainda mais incorreta.

QUESTÃO 80. Joana, cidadã brasileira, encaminhou pedido de acesso a informações públicas por meio do portal eletrônico oficial da Administração Pública Federal, solicitando dados relativos a contratos administrativos firmados nos últimos dois anos.

O órgão respondeu informando que o pedido não seria processado, pois não foi apresentado presencialmente, nem acompanhado de justificativa específica para o interesse na informação.

À luz da Lei nº 12.527/2011, assinale a afirmativa correta.

- a) O órgão agiu corretamente, pois o pedido de acesso a informações deve ser formulado presencialmente e conter a motivação do requerente.**
- b) A solicitação de informações públicas por meios digitais é facultativa, podendo a Administração exigir o requerimento físico para a validação do pedido.**
- c) O pedido poderia ser indeferido, pois a Administração Pública pode exigir a demonstração de interesse direto e específico para o acesso a dados contratuais.**
- d) O órgão agiu em desconformidade com a Lei de Acesso à Informação, pois é assegurado a qualquer interessado o direito de solicitar informações por meios digitais, sem necessidade de motivação.**
- e) O indeferimento é legítimo, pois informações relativas a contratos administrativos são, em regra, sigilosas, salvo nos casos de autorização expressa da autoridade competente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou dos princípios da Lei nº 12.527/2011.

Para resolver esta questão, vamos precisar da inteligência da Lei nº 12.527/2011: "Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. § 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que

inviabilizem a solicitação. § 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet. § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público”.

A alternativa D está correta. Ela resume com precisão as duas ilegalidades cometidas pelo órgão: (1) a recusa em processar um pedido feito por meio digital, quando a lei obriga a existência desse canal; e (2) a exigência de motivação, que é vedada. A conduta do órgão está em total desconformidade com a LAI. Ademais, cabe destacar, que na Administração Pública, a regra é a publicidade, e o sigilo é a exceção. Informações sobre contratos administrativos são, por natureza, de interesse público e devem ser transparentes. O sigilo só se aplica em hipóteses legalmente previstas (como segurança nacional, informações pessoais sensíveis, etc.), e não como regra geral para contratos.

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 81. Consoante dispõe a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, Importadores, distribuidores e comerciantes de diversos produtos. A esse respeito, avalie os itens a seguir.

I. Pneus.

II. Pilhas e baterias.

III. Óleos lubrificantes, seus resíduos e suas embalagens.

Estão sujeitos à logística reversa, de acordo com a Lei nº 12.305/2010, os produtos listados em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) I e II, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A alternativa E está correta. Todos os itens estão corretos. O Item I está correto. De acordo com art. 33, III, da Lei 12.305/2010: “Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço

público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: III - pneus;". O Item II está correto. De acordo com art. 33, II, da Lei 12.305/2010: "Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: II - pilhas e baterias;". O Item III está correto. De acordo com art. 33, IV, da Lei 12.305/2010: "Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;"

QUESTÃO 82. A Constituição Federal prevê que incumbe ao poder público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. Nesse contexto, o próprio texto constitucional dispõe que:

- a) Se consideram cruéis as práticas desportivas que provoquem dor ou sofrimento aos animais, haja vista que a proteção da fauna se insere no núcleo fundamental do meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- b) São vedadas práticas desportivas que utilizem animais envolvendo atividade econômica, pois a vida dos animais somente pode sucumbir visando à segurança alimentar do ser humano, seja por cultura de subsistência, seja pelo setor pecuário.
- c) Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme previsto na Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.
- d) Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações religiosas, independentemente de qualquer registro como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, pois o direito à crença e à liberdade de culto é absoluto.
- e) Não se consideram cruéis apenas as práticas desportivas que utilizem animais desenvolvidas por indígenas e povos originários, pois, ainda que essas atividades possam ser percebidas como cruéis sob uma ótica externa, quando praticadas por tais pessoas, devem ser compreendidas à luz de seus contextos culturais, cosmológicos e de subsistência, não se confundindo, automaticamente, com práticas de crueldade desvinculadas de significado social ou cultural.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Proteção ao Meio Ambiente.

A alternativa C está correta. Especificamente sobre as práticas desportivas que utilizam animais, a CF determina, em seu artigo 225, § 7º, o seguinte: "§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do

§ 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.”

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 83. O Estado Alf criou, mediante lei estadual, uma unidade de conservação que tem como objetivo a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais existentes em seus limites, sem a interferência humana direta ou as modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. A lei estadual prevê que a mencionada unidade de conservação é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com a lei. Ademais, é proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico. Finalmente, a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita a condições e restrições por ele estabelecidas, bem como aquelas previstas em seu regulamento. Diante da descrição acima, a unidade de conservação criada é um(a):

- a) Reserva Biológica.
- b) Estação Ecológica.
- c) Parque Estadual.
- d) Área de Proteção Ambiental.
- e) Área de Relevante Interesse Ecológico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985/2000).

A alternativa A está correta. Conforme art. 10 da Lei de SNUC: “Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. § 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. § 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico. § 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.”

A alternativa B está incorrecta. O objetivo da Estação Ecológica não é “a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais existentes em seus limites”, mas sim a “preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas”. Conforme art. 9º da Lei de SNUC: “Art. 9º A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.”

A alternativa C está incorrecta. Na unidade de conservação Parque Estadual não há proibição de visitação pública. Conforme art. 11, § 2º, da Lei de SNUC: “§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.”

A alternativa D está incorrecta. A Área de Proteção Ambiental pode ser constituída, também, por terras particulares. Ademais, a visitação pública não é vedada. Conforme art. 15, §§ 1º a 4º, da Lei de SNUC: “§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas. § 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental. § 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade. § 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

A alternativa E está incorrecta. A Área de Relevante Interesse Ecológico pode ser constituída, também, por terras particulares. Conforme art. 16, § 1º, da Lei de SNUC: “§ 1º A Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas.”

QUESTÃO 84. O Estado Gama editou uma lei estadual proibindo aos órgãos ambientais de fiscalização e à Polícia Militar do Estado Gama a destruição e inutilização de bens particulares apreendidos nas operações e fiscalizações ambientais no Estado. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, a citada lei é:

- a) Inconstitucional, pois apesar de observar a competência dos Estados para legislar sobre as normas gerais de proteção ao meio ambiente, viola a competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal e Processual Penal.**
- b) Inconstitucional, pois afronta a competência da União para legislar sobre as normas gerais de proteção ao meio ambiente e viola a competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal e Processual Penal.**
- c) Constitucional, pois observa a competência comum da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre as normas gerais de proteção ao meio ambiente, além de estar de acordo com a legislação federal de regência.**
- d) Constitucional, pois observa a competência comum da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre as normas gerais de proteção ao meio ambiente, bem como assegura maior proteção ambiental do que a legislação federal, não se aplicando o princípio da vedação do retrocesso ambiental.**

e) Constitucional, porque observa o princípio do federalismo de cooperação ambiental e confere concretude à norma constitucional que dispõe que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Competências em Direito Ambiental.

A alternativa B está correta. Conforme entendeu o STF, no bojo da ADI 7203: “A lei estadual que proíbe os órgãos ambientais estaduais e a polícia militar de destruírem ou inutilizarem bens particulares apreendidos em operações e fiscalizações ambientais no Estado é inconstitucional por violar o disposto nos arts. 22, inciso I, e 24, incisos VI e VII, da Constituição Federal.” (STF. Plenário. ADI 7.203/RO, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 01/03/2023). Portanto, a lei do Estado Gama é inconstitucional, pois afronta a competência da União para legislar sobre as normas gerais de proteção ao meio ambiente e viola a competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal e Processual Penal, conforme artigos 22, inciso I, e 24, incisos VI e VII, da Constituição Federal.

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 85. A Lei nº 12.187/2009 instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e estabeleceu os seus princípios, os seus objetivos, as suas diretrizes e os seus instrumentos. Analise, a seguir, temas de grande relevância em matéria de mudanças do clima.

I. Iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.

II. Transformações e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.

III. Processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera o gás de efeito estufa, aerossol ou precursor do gás de efeito estufa.

De acordo com o citado diploma normativo, as assertivas acima conceituam, respectivamente,

a) mitigação, adaptação e solução baseada na natureza.

b) adaptação, mitigação e sumidouro.

c) mitigação, adaptação e mercado de carbono.

d) precaução, prevenção e mercado de carbono.

e) prevenção, precaução e solução baseada na natureza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei 12.187/09 - Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

A alternativa B está correta. Os conceitos são, respectivamente, de Adaptação, Mitigação e Sumidouro. O Item I se refere à Adaptação, conforme art. 2º, I, da Lei 12.187/2009: "Art 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - adaptação: iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima;". O Item II se refere à Mitigação, conforme art. 2º, VII, da Lei 12.187/2009: "Art 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: VII - mitigação: mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros;". O Item III se refere à Sumidouro, conforme art. 2º, IX, da Lei 12.187/2009: "Art 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: IX - sumidouro: processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa;"

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 86. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante algumas diretrizes gerais, como a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e da edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais. Nesse contexto, acerca da regularização fundiária e de acordo com o Estatuto da Cidade, avalie as afirmativas a seguir.

I. O direito de preempção não pode ser exercido quando o poder público necessitar de áreas para a regularização fundiária.

II. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas, a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

III. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) II e III, apenas,

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Regularização Fundiária.

A alternativa C está correta. O Item I está incorrecto. Conforme art. 26, I, do Estatuto da Cidade: “Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: I – regularização fundiária;”. O Item II está correto. Conforme art. 32, § 2º, II, do Estatuto da Cidade: “§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas: II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.”. O Item III está correto. Conforme art. 35, caput e III, do Estatuto da Cidade: “Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de: III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.”.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 87. De acordo com a Lei nº 9.433/1997, são instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) os itens a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

a) Outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos.

b) Compensação aos Municípios.

c) Planos de Recursos Hídricos.

d) Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

e) Vedaçāo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997).

A alternativa A está incorrecta. De acordo com o art. 5º, III, da Lei 9.433/1997, a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos é, sim, um instrumento da PNRH. Vejamos: “Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;”.

A alternativa B está incorrecta. De acordo com o art. 5º, V, da Lei 9.433/1997, a compensação aos municípios é, sim, um instrumento da PNRH. Vejamos: “Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: V - a compensação a municípios;”.

A alternativa C está incorrecta. De acordo com o art. 5º, I, da Lei 9.433/1997, os planos de recursos hídricos são, sim, instrumentos da PNRH. Vejamos: “Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: I - os Planos de Recursos Hídricos;”.

A alternativa D está incorrecta. De acordo com o art. 5º, VI, da Lei 9.433/1997, o sistema de informações sobre recursos hídricos é, sim, um instrumento da PNRH. Vejamos: “Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.”.

A alternativa E está correta. A cobrança pelo uso de recursos hídricos não é vedada; pelo contrário, é um dos instrumentos da PNRH, conforme art. 5º, IV, da Lei 9.433/1997: “Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos: IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos;”.

QUESTÃO 88. O Estado Beta editou uma lei permitindo a dispensa do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para todas as obras hidrelétricas com potencial de 10 a 30 MW e com grande extensão da área inundada. De acordo com a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a citada lei é:

- a) constitucional, do ponto de vista formal, pois observa o federalismo cooperativo ecológico em matéria de competência legislativa ambiental, mas é inconstitucional sob a ótica material, por violar a vedação da proteção deficiente em matéria ambiental.**
- b) inconstitucional, do ponto de vista formal, pois apenas a União pode legislar sobre o licenciamento ambiental; no mérito, a norma seria constitucional, pois replica a legislação federal sobre o tema.**
- c) constitucional, do ponto de vista formal, pois observa a competência legislativa ambiental concorrente entre União, Estados e Distrito Federal para tratar do licenciamento ambiental, mas é inconstitucional sob a ótica material, por violar o direito fundamental do meio ambiente ecologicamente equilibrado.**
- d) inconstitucional, do ponto de vista formal, por invadir a competência legislativa geral da União, bem como sob a ótica material, por violar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, pois se trata de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.**
- e) constitucional, do ponto de vista formal, pois observa a competência legislativa comum de todos os entes federativos para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, mas é inconstitucional materialmente, pois a Constituição Federal e exige expressamente o Estudo de Impacto Ambiental para as hidrelétricas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Licenciamento Ambiental.

A alternativa D está correta. O STF decidiu, no bojo da ADI 4529, que a norma estadual que cria dispensa do licenciamento ambiental para atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente é inconstitucional. Vejamos: “É inconstitucional – por invadir a competência legislativa geral da União (art. 24, VI, §§ 1º e 2º, da CF/88) e violar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, § 1º, IV, da CF/88) – norma estadual que cria dispensa do licenciamento ambiental para atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.” (STF. Plenário. ADI 4529/MT, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 21/11/2022).

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 89. A liberdade de expressão é um direito fundamental previsto na Constituição Federal e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, por meio do qual se difundem informações e ideias de diversas naturezas, sendo meio hábil ao desenvolvimento de outros direitos.

Acerca do tema liberdade de expressão, considerando a jurisprudência das Cortes Superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) Na hipótese de publicação de entrevista, por quaisquer meios, em que o entrevistado imputa falsamente a prática de crime a terceiro, a empresa jornalística poderá ser responsabilizada objetivamente.**
- b) Na hipótese de entrevistas realizadas e transmitidas ao vivo, fica excluída a responsabilidade do veículo por ato exclusivamente de terceiro quando este falsamente imputa a outrem a prática de um crime, sendo inexigível o dever da emissora de assegurar o exercício do direito de resposta ao ofendido, ante a ausência de dolo ou culpa.**
- c) A responsabilidade civil de jornalista, ao divulgar notícias sobre figuras públicas ou assuntos de interesse social, só ocorre em casos de dolo ou culpa grave, podendo o jornalista se recusar a revelar todas as ações em torno de seu domicílio se caracterizado assédio judicial.**
- d) Não é possível que Magistrado condene a honra ou ofensa a divulgar sentença condenatória nos mesmos veículos de comunicação em que foi cometida a ofensa à honra, cabendo à escolha do meio de publicação ao réu, em nome do princípio pro homine.**
- e) É constitucional norma que proíbe o proselitismo nas rádios comunitárias, ante a caracterização de hate speech, vedado no ordenamento jurídico pátrio.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda os limites da liberdade de expressão e a responsabilidade civil de jornalistas.

A alternativa C está correta. O STF, no julgamento conjunto das ADIs 6.792 e 7.055, consolidou o entendimento de que a liberdade de expressão e de imprensa ocupa uma posição preferencial no ordenamento jurídico, o que impõe um ônus argumentativo maior para sua restrição. Nesse contexto, a Corte fixou teses que protegem a atividade jornalística contra perseguições e intimidações, estabelecendo que a responsabilização civil por publicações de interesse público depende de um padrão mais elevado de comprovação de ilicitude. A tese firmada pelo STF dispõe: "(STF — ADI 6792 e 7055) 1. Constitui assédio judicial comprometedor da liberdade de expressão o ajuizamento de inúmeras ações a respeito dos mesmos fatos, em comarcas diversas, com o intuito ou o efeito de constranger jornalista ou órgão de imprensa, dificultar sua defesa ou torná-la excessivamente onerosa. 2. Caracterizado o assédio judicial, a parte demandada poderá requerer a reunião de todas as ações no foro de seu domicílio. 3. A responsabilidade civil de jornalistas ou de órgãos de imprensa somente estará configurada em caso inequívoco de dolo ou de culpa grave (evidente negligência profissional na apuração dos fatos)." Portanto, a alternativa C descreve com precisão o entendimento da Suprema Corte ao condicionar a responsabilidade do jornalista à comprovação de dolo ou culpa grave e ao reconhecer a figura do assédio judicial como uma prática a ser coibida, permitindo ao jornalista, nesse cenário, a recusa em revelar informações que possam facilitar essa prática.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 90. O Brasil é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) e reconheceu, por meio do Decreto nº 4.463/2002, a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), nos termos do Art. 68 do referido diploma.

Nesse contexto, no que tange à eficácia, no Brasil, das resoluções da Corte IDH e à jurisprudência das Cortes Superiores, é correto afirmar que

- a) possuem eficácia vinculante e imediata, tendo efeitos meramente declaratórios.**
- b) não possuem eficácia vinculante e imediata, tendo os seus efeitos condicionados à homologação do Supremo Tribunal Federal (STF).**
- c) não possuem eficácia vinculante e imediata, tendo os seus efeitos condicionados à homologação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).**
- d) possuem eficácia vinculante e imediata, tendo efeitos constitutivos.**
- e) não possuem eficácia vinculante e imediata, tendo os seus efeitos condicionados à aprovação de lei em sentido estrito pelo Poder Legislativo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda a eficácia das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

A alternativa D está correta. Ao reconhecer a competência da Corte IDH, o Brasil se submeteu à sua jurisdição e se comprometeu a cumprir suas decisões. O Artigo 68.1 da Convenção Americana sobre

Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) estabelece que "Os Estados-partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes". A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se consolidado no sentido de que as decisões da Corte IDH possuem eficácia vinculante e imediata para o Estado brasileiro, não necessitando de qualquer ato de homologação ou internalização para produzirem efeitos, vejamos: "(STJ - AgRg no HC: 912913 RJ 2024/0170091-2) A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos - CIDH - possui eficácia vinculante, é imediata e de efeitos meramente declaratórios, razão pela qual o período no qual o agravante permaneceu custodiado no IPPSC deve ser computado em dobro."

Devido ao fundamento da letra D, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 91. A expressão “discriminação contra a mulher” significa toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tem por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural civil ou em qualquer outro campo.

Nesse contexto, à luz da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular o direito às mesmas oportunidades de emprego, exceto nos casos de aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego.

II. Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera dos cuidados médicos a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, o acesso a serviços médicos, exceto os referentes ao planejamento familiar.

III. Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação, e em particular, para garantir condições de igualdade entre homens e mulheres, tais como a redução da taxa de abandono feminino dos estudos e a organização de programas para aquelas jovens e mulheres que tenham deixado os estudos prematuramente.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda as disposições específicas da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

O Item I está incorrecto. A afirmativa cria uma exceção que não existe na Convenção. O Artigo 11 da CEDAW, que trata do emprego, determina que os Estados devem assegurar o direito às mesmas oportunidades, *inclusive* a aplicação dos mesmos critérios de seleção. A palavra "exceto" inverte o sentido da norma. Veja o texto: "Artigo 11. Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular: b) O direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego;"

O Item II está incorrecto. Similarmente ao item anterior, a afirmativa introduz uma exceção falsa. O Artigo 12 da CEDAW, sobre a saúde, garante o acesso a serviços médicos adequados, *incluindo* os que se referem ao planejamento familiar. A Convenção reforça a importância do planejamento familiar como um direito da mulher, tornando a exclusão proposta pela assertiva uma contradição direta ao texto do tratado. Conforme o Artigo 12, 1: "Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera dos cuidados médicos a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, o acesso a serviços médicos, inclusive os referentes ao planejamento familiar."

O Item III está correcto. A assertiva descreve com precisão uma das obrigações dos Estados-partes na esfera da educação. O Artigo 10, alínea 'f', da CEDAW estabelece textualmente o compromisso com a redução das taxas de abandono escolar feminino e a criação de programas para mulheres que deixaram os estudos. Veja o texto: "Artigo 10. Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres: [...]f) A redução da taxa de abandono feminino dos estudos e a organização de programas para aquelas jovens e mulheres que tenham deixado os estudos prematuramente."

QUESTÃO 92. A alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que incluiu o § 3º no art. 5º da Constituição Federal, trouxe o duplo status dos tratados internacionais de Direitos Humanos, que passaram a poder assumir a roupagem de norma constitucional ou de norma suprallegal.

Nesse contexto, no que tange à possibilidade de realização de controle de convencionalidade pelos Procuradores Legislativos, com base na jurisprudência das Cortes Superiores e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), assinale a afirmativa correta.

- a) O Poder Judiciário tem competência exclusiva para realizar o controle de convencionalidade, tendo em vista se tratar de atividade jurisdicional típica.**
- b) Os Procuradores Legislativos que atuam em juízo têm legitimidade para, no bojo da demanda, realizar controle de convencionalidade, não cabendo o mesmo aos Procuradores que exercem atividades meramente consultivas.**
- c) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para, em juízo, realizar o controle de convencionalidade, ante a sua posição constitucional de custos iuris.**
- d) A Defensoria Pública e o Ministério Público são os únicos legitimados para, em juízo ou fora dele, realizar controle de convencionalidade, ante as suas posições constitucionais de custos iuris e custos vulnerabilis.**
- e) Toda e qualquer autoridade pública tem o poder-dever de exercer o controle de convencionalidade, tendo como norte o horizonte da fraternidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a titularidade do controle de convencionalidade.

A alternativa E está correta. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), especialmente a partir do caso Almonacid Arellano vs. Chile, e a doutrina majoritária estabelecem que o controle de convencionalidade é um dever de toda e qualquer autoridade pública, não se restringindo ao Poder Judiciário. Isso significa que agentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito de suas competências, devem zelar pela aplicação das normas internacionais de direitos humanos, deixando de aplicar a norma interna que com elas conflitar. O STJ já se manifestou nesse sentido: "(STJ - REsp: 1640084 SP 2016/0032106-0) Nesse particular, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando do julgamento do caso Almonacid Arellano y otros v. Chile, passou a exigir que o Poder Judiciário de cada Estado Parte do Pacto de São José da Costa Rica exerça o controle de convencionalidade das normas jurídicas internas que aplica aos casos concretos.". Embora o julgado mencione o Poder Judiciário, a interpretação evoluiu para abranger todas as autoridades. Assim, Procuradores Legislativos, em suas funções consultivas ou contenciosas, também possuem o poder-dever de realizar essa análise de compatibilidade.

Devido ao fundamento da letra E, as demais alternativas, que restringem essa competência, estão incorrectas.

QUESTÃO 93. O racismo estrutural demanda atuação incisiva do Estado na mitigação dos efeitos deletérios das práticas segregacionistas na sociedade, cabendo a todos os Poderes a constante atuação e vigilância para a proteção dos direitos fundamentais de todos.

Além das disposições constantes da Constituição Federal acerca da temática, considerando a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a jurisprudência das Cortes Superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) A incitação de ódio público feita por líder religioso contra outras religiões não configura crime de racismo, ante a proteção constitucional ao direito de religião.**
- b) Não há injúria racial quando uma pessoa negra ofende uma pessoa branca por causa da cor de sua pele (não existe racismo reverso).**
- c) A vítima heterossexual não pode sofrer injúria caso seja ofendida com insultos preconceituosos e homofóbicos, visto que não atinge o núcleo do direito a ser protegido pela norma.**
- d) A Lei nº 7.716/1989 não pode ser aplicada para punir as condutas homofóbicas e transfóbicas, ante o princípio da tipicidade e da legalidade.**
- e) A expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas exclusivamente em raça e cor, desde que afete qualquer domínio da vida pública do cidadão.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a jurisprudência das Cortes Superiores.

A alternativa B está correta. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do HC 929.002/AL, firmou o entendimento de que o crime de injúria racial, previsto na Lei nº 7.716/1989, tem como bem jurídico tutelado a dignidade de grupos historicamente vulnerabilizados. O racismo é um fenômeno estrutural e sistêmico de opressão, que não se manifesta de forma inversa contra grupos socialmente dominantes. “(STJ - HC: 929002 AL 2024/0256174-0) 1. A injúria racial não se configura em ofensas dirigidas a pessoas brancas exclusivamente por esta condição. 2. O racismo é um fenômeno estrutural que visa proteger grupos minoritários historicamente discriminados.”. Portanto, a ofensa de uma pessoa negra contra uma pessoa branca, ainda que baseada na cor da pele, não se enquadra no tipo penal de injúria racial, pois falta o elemento estrutural de opressão que caracteriza o racismo.

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 94. O direito à saúde é direito fundamental de segunda dimensão previsto expressamente no caput do Art. 6º da Constituição Federal, bem como no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do qual o Brasil é signatário. Trata-se da positivação do movimento de superação do simples direito à vida para alcançar o direito à vida digna.

Sobre o direito à saúde, tutelado pelo ordenamento jurídico brasileiro, considerando a jurisprudência das Cortes Superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) É possível a interrupção do fornecimento de medicamentos a menor de idade obtidos por decisão judicial se a genitora utilizou os valores recebidos do Estado para adquirir, com**

urgência, outros medicamentos também destinados ao filho menor incapaz, visto que houve desvio de finalidade e descumprimento da decisão judicial, revelando a má-fé da conduta.

B) Pessoas transexuais e travestis devem ter acesso a especialidades médicas de acordo com as suas necessidades biológicas e devem ser identificadas nas Declarações de Nascidos Vivos (DNVs) de seus filhos, de acordo com sua identidade de gênero.

c) O Estado pode ser obrigado a fornecer medicamento não registrado na Anvisa se a sua importação estiver autorizada e se mostrar imprescindível ao tratamento, ainda que o paciente possua capacidade financeira, ante os princípios da integralidade da assistência e da universalidade de acesso aos serviços públicos de saúde.

d) As pessoas transexuais e travestis não podem ter acesso integral ao serviço ginecológico no Sistema Único de Saúde (SUS), visto que a escassez de recursos demanda a priorização do atendimento de pessoas cisgêneras, em razão do princípio da reserva do possível.

e) O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais prevê unicamente o direito à saúde física, ficando a saúde mental tutelada pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o direito fundamental à saúde conforme a jurisprudência das Cortes Superiores.

A alternativa B está correta. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADPF 787, consolidou o entendimento de que o direito à saúde de pessoas transexuais e travestis deve ser garantido de forma integral e sem discriminação, vejamos: “Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente, confirmada a medida cautelar deferida, para determinar ao Ministério da Saúde, no prazo de 30 dias, a adoção das medidas necessárias para garantir o acesso ao agendamento de consultas e exames, independentemente do gênero declarado da pessoa, bem como adequação do formulário da Declaração de Nascido Vivo, em conformidade com a autodeclarada identidade de gênero dos genitores. Supremo Tribunal Federal (STF) — Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: ADPF 787 DF — Publicado em 18/12/2024”. A Corte determinou que o Sistema Único de Saúde deve assegurar o acesso a especialidades médicas conforme as necessidades de cada indivíduo, independentemente da identidade de gênero. Além disso, estabeleceu que as Declarações de Nascidos Vivos (DNVs) devem identificar os genitores de acordo com a identidade de gênero que declaram, garantindo o respeito à dignidade e à autodeterminação.

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorrectas

QUESTÃO 95. Foi impetrado, perante órgão jurisdicional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, mandado de segurança contra o ato praticado pela autoridade competente da Assembleia Legislativa, em que se argumenta com a afronta à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O ato praticado consistiu na transferência de informações relacionadas à pessoa do impetrante, que se encontram em poder dessa Casa Legislativa, para subsidiar

investigação conduzida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. O Procurador Legislativo que analisou a petição inicial da impetração, observou corretamente que:

- a) a LGPD não foi afrontada, pois não ocorreu o tratamento de dados pessoais.**
- b) a LGPD não é aplicável nas investigações conduzidas pelo Ministério Público.**
- c) a transferência das informações deve ter sido precedida de autorização judicial.**
- d) a transferência das informações somente observou a LGPD caso tenham sido anonimizadas.**
- e) a LGPD não é aplicável em se tratando de atividades de investigação, desde que tenham por objeto infrações penais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A alternativa A está incorrecta. A LGPD não se aplica no caso de atividades de investigação, vide comentário da letra E.

A alternativa B está incorrecta. O artigo 4º da LGPD não traz tal proibição. Vejamos: “Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos; II - realizado para fins exclusivamente: a) jornalístico e artísticos; ou b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei; III - realizado para fins exclusivos de: a) segurança pública; b) defesa nacional; c) segurança do Estado; ou d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.”

A alternativa C está incorrecta. Não existe tal requisito na LGPD.

A alternativa D está incorrecta. Não existe tal requisito na LGPD. De acordo com seu artigo 12: “Art. 12. Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.”

A alternativa E está correta. Conforme art. 4º, III, “d”, da LGPD: “Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: III - realizado para fins exclusivos de: d) atividades de investigação e repressão de infrações penais;”.

QUESTÃO 96. Maria é servidora ocupante de cargo de provimento efetivo em determinada estrutura orgânica da Administração Pública Direta do Estado do Rio de Janeiro. Após cinco anos de exercício contínuo de suas funções, a órgão competente considerou o seu cargo

desnecessário, o que resultou na sua extinção. Na situação descrita, à luz dos balizamentos estabelecidos pelo Decreto nº 2.479/1979, assinale a afirmativa correta.

- a) Maria somente poderá ser aposentada após retornar ao serviço ativo.**
- b) Restabelecido o cargo que foi considerado desnecessário, Maria terá o direito subjetivo de voltar a ocupá-lo.**
- c) Maria passará a receber proventos proporcionais ao tempo de serviço, podendo ser aproveitada em cargo diverso, preenchidos os requisitos legais.**
- d) Maria passará a integrar o quadro especial, podendo ser adida ao gabinete do agente que ocupa o ápice da pirâmide hierárquica, sem o prejuízo de posterior reintegração.**
- e) Maria será reintegrada ao serviço público caso sejam admitidos servidores para o exercício de funções semelhantes as que desempenhava, ainda que em cargo com denominação diversa.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Decreto nº 2.479/1979 do Estado do Rio de Janeiro.

A alternativa A está incorrecta. De acordo com art. 213 do Decreto nº 2.479/1979 do Estado do Rio de Janeiro: “Art. 213. O funcionário em disponibilidade poderá ser aposentado.”

A alternativa B está incorrecta. Não há direito subjetivo. De acordo com art. 212, § 2º, do Decreto nº 2.479/1979 do Estado do Rio de Janeiro: “§ 2º Restabelecido o cargo, ainda que modificada a sua denominação, poderá nele ser aproveitado o funcionário posto em disponibilidade, quando de sua extinção ou da declaração de sua desnecessidade, ressalvado o direito de optar por outro cargo em que já tenha sido aproveitado.”

A alternativa C está correta. No caso narrado, Maria possui 5 anos de serviço público contínuo; logo, infere-se que já é estável, na forma do art. 41 da CF: “Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.”. Dessa forma, tomando por base o Decreto nº 2.479/1979 do Estado do Rio de Janeiro, na hipótese de seu cargo ser extinto, por ser servidora estável, Maria ficará em disponibilidade, na forma do art. 55, II. Vejamos: “Art. 55. O funcionário perderá o cargo: II - quando, por ser desnecessário, for extinto, ficando o seu ocupante, se estável, em disponibilidade;”. Nesse caso, a servidora ficará recebendo proventos proporcionais ao tempo de serviço e poderá ser aproveitada em cargo de natureza e vencimento compatíveis com os do anteriormente ocupado, conforme art. 212, caput e § 1º: “Art. 212. Extinto o cargo, ou declarada sua desnecessidade, por ato do Poder Executivo, será o funcionário, se estável, colocado em disponibilidade. § 1º O funcionário em disponibilidade perceberá provento proporcional ao tempo de serviço e poderá ser aproveitado em cargo de natureza e vencimento compatíveis com os do anteriormente ocupado.”

A alternativa D está incorrecta. Não existe tal disposição acerca de “quadro especial” no Decreto nº 2.479/1979 do Estado do Rio de Janeiro. Conforme já explicado no comentário da letra C, Maria ficará, na verdade, em disponibilidade.

A alternativa E está incorrecta. Vide comentário da letra B.

QUESTÃO 97. Foi apresentado um projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de alterar diversos preceitos da Lei Estadual nº X/1987. Na perspectiva da técnica legislativa, optou-se pela adoção das seguintes medidas:

- I. Foi promovida a reorganização interna dos incisos que compõem o Art. 2º;**
- II. Foram renumerados os dois últimos preceitos, os artigos 9º e 10, em razão da inserção de um novo Art. 9º;**
- III. Foi aproveitada a numeração do parágrafo único do Art. 7º, preceito que fora vetado pelo Chefe do Poder Executivo durante o processo legislativo que culminou com a edição da Lei estadual nº X/1987.**

Em relação a essas três medidas, está correto o que se apresenta em

- a) I, apenas.**
- b) III, apenas.**
- c) I e II, apenas.**
- d) II e III, apenas.**
- e) I, II e III.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Lei Complementar 95/1998.

A alternativa A está correta. O Item I está correto. Conforme art. 12, III, alínea "d", da LC 95/1998: "Art. 12. A alteração da lei será feita: III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras: d) é admissível a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, identificando-se o artigo assim modificado por alteração de redação, supressão ou acréscimo com as letras 'NR' maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final, obedecidas, quando for o caso, as prescrições da alínea "c".". O Item II está incorrecto. Conforme art. 12, III, alínea "b", da LC 95/1998: "Art. 12. A alteração da lei será feita: III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras: b) é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do art. 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos;". O Item III está incorrecto. Conforme art. 12, III, alínea "c", da LC 95/1998: "Art. 12. A alteração da lei será feita: III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras: c) é vedado o

aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou de execução suspensa pelo Senado Federal em face de decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão ‘revogado’, ‘vetado’, ‘declarado constitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal’, ou ‘execução suspensa pelo Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição Federal;’

QUESTÃO 98. Uma comissão permanente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) decidiu convocar um Secretário de Estado para prestar informações sobre determinado ente da Administração Pública Indireta vinculado à sua pasta. Na situação descrita, à luz do Regimento Interno da Alerj, correto afirmar que:

- a) A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do Presidente da Alerj.**
- b) A convocação do Secretário de Estado foi decidida pela maioria dos presentes na sessão em que ocorreu a deliberação pela Comissão.**
- c) O Secretário de Estado deve encaminhar ao Presidente da Comissão, até a sessão de véspera da sua presença, o sumário da matéria de que irá tratar.**
- d) A autonomia do ente da Administração Pública Indireta obsta que o Secretário de Estado seja convocado para prestar informações no lugar dos seus dirigentes.**
- e) O Secretário de Estado deva atender aos pedidos de esclarecimentos formulados pelos Deputados Estaduais que integram a Comissão, ainda que se ultrapasse o horário normal da sessão ordinária da Alerj.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Regimento Interno da ALERJ.

A alternativa A está incorrecta. A comunicação é feita mediante ofício do Primeiro Secretário ou do Presidente da comissão, e não do Presidente da ALERJ. De acordo com art. 204, § 2º, do Regimento Interno da ALERJ: “§ 2º - A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do Primeiro Secretário ou do Presidente da comissão, que definirá o local, dia e hora de sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada, aceita pela Assembleia.”

A alternativa B está incorrecta. É pela maioria da totalidade de membros, e não apenas dos presentes. De acordo com art. 204, § 1º, do Regimento Interno da ALERJ: “§ 1º - A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembleia ou comissão, pela deliberação de maioria da respectiva composição plenária, a Requerimento de qualquer Deputado ou membro da comissão, conforme o caso.”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 206 do Regimento Interno da ALERJ: “Art. 206 - Na hipótese da convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembleia ou da comissão, até a

sessão da véspera da sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.”

A alternativa D está incorrecta. Não existe tal objeção. De acordo com art. 204 do Regimento Interno da ALERJ: “Art. 204 - O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembleia ou suas comissões: I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado; II - por sua iniciativa, conforme entendimentos com a Mesa ou a Presidência da comissão e mediante aprovação do Plenário, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.”

A alternativa E está incorrecta. Não pode ultrapassar o horário normal da sessão ordinária. De acordo com art. 205, § 3º, do Regimento Interno da ALERJ: “§ 3º - Em qualquer hipótese, a presença de Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da sessão ordinária da Assembleia.”

QUESTÃO 99. O Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado competente, identificou a conveniência de ser realizado um empréstimo, de modo a contribuir para o equilíbrio das contas públicas, o que levou o setor competente a analisar o procedimento a ser adotado, principiado pela legislação estadual. Após análise da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, concluiu-se corretamente que a realização da referida operação, de natureza

- a) externa, é de competência privativa da União, sendo vedada ao Estado do Rio de Janeiro a sua realização.**
- b) externa, deve ter a respectiva proposta, a ser apresentada ao órgão federal competente, autorizado pela maioria absoluta dos Deputados Estaduais.**
- c) externa, deve ser autorizada pelo Senado Federal, não havendo previsão de participação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.**
- d) interna ou externa, pressupõe apenas a previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a celebração de respectivo ajuste pelo Chefe de Poder Executivo.**
- e) interna ou externa, deve ser autorizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, caso o patrimônio público, material ou imaterial, seja dado em garantia.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

A alternativa B está correta. Acerca da proposta de empréstimo externo, é o art. 99, incisos XXVI e XXXII, da CE/RJ que determina o trâmite. Vejamos: “Art. 99 - Compete privativamente à Assembleia Legislativa: XXVI - autorizar previamente operações financeiras externas de interesse do Estado. (...) XXXII - autorizar previamente, por maioria absoluta dos Deputados, proposta de empréstimo externo a ser apresentada pelo Governador ao Senado Federal;”. Ressalte-se, a título de complementação, que o órgão responsável pela autorização de crédito externo é o Senado Federal, na forma do art. 52, V, da CF/88: “Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: V - autorizar operações externas de

natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;". Portanto, a realização da referida operação, de natureza externa, deve ter a respectiva proposta, a ser apresentada ao órgão federal competente, autorizado pela maioria absoluta dos Deputados Estaduais.

As demais alternativas ficam automaticamente incorrectas.

QUESTÃO 100. Em determinada legislatura, encontrava-se em tramitação, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), a proposição legislativa que tinha por objeto a delegação ao Governador do Estado do Rio de Janeiro de competências dessa Casa Legislativa. Nesse caso, à luz dos balizamentos estabelecidos pelo Regimento Interno da Alerj, assinale a afirmativa correta.

- a) A proposição deve ter por objeto matérias de competência exclusiva da Alerj.**
- b) A proposição pode ter surgido de iniciativa de qualquer Deputado Estadual ou Comissão.**
- c) A proposição, caso tenha por objeto matéria orçamentária, deve ser aprovada pela maioria absoluta dos membros da Alerj.**
- d) Caso ocorra a delegação e seja determinada a apreciação, pela Alerj, do projeto elaborado pelo Governador, isso deve ocorrer em votação única, vedada qualquer emenda.**
- e) A delegação deve especificar o conteúdo do ato a ser editado e os termos do seu exercício, bem como a necessidade de ser submetido à Alerj nos cinco dias subsequentes à edição.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Regimento Interno da ALERJ.

A alternativa A está incorrecta. Atos de competência exclusiva da ALERJ não podem ser objeto de delegação. Conforme art. 93, § 1º, do Regimento Interno da ALERJ: "§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, a matéria reservada à Lei Complementar nem a legislação sobre:"

A alternativa B está incorrecta. São de iniciativa do Governador. Conforme art. 93, caput, do Regimento Interno da ALERJ: "Art. 93 - As Leis Delegadas são de iniciativa do Governador do Estado que deverá solicitar a delegação à Assembleia Legislativa."

A alternativa C está incorrecta. Matéria orçamentária não pode ser objeto de delegação. Conforme art. 93, § 1º, II, do Regimento Interno da ALERJ: "§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, a matéria reservada à Lei Complementar nem a legislação sobre: II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos."

A alternativa D está correta. Conforme art. 93, § 3º, do Regimento Interno da ALERJ: “§ 3º - Se a Resolução determinar a apreciação do Projeto pela Assembleia, esta a fará em votação única, vedada qualquer emenda.”

A alternativa E está incorrecta. A lei não fala em “necessidade de submissão à Alerj nos cinco dias subsequentes à edição”. Conforme art. 93, § 2º, do Regimento Interno da ALERJ: “necessidade de ser submetido à Alerj nos cinco dias subsequentes à edição.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [@estrategiacarreirajurídica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajurídica)